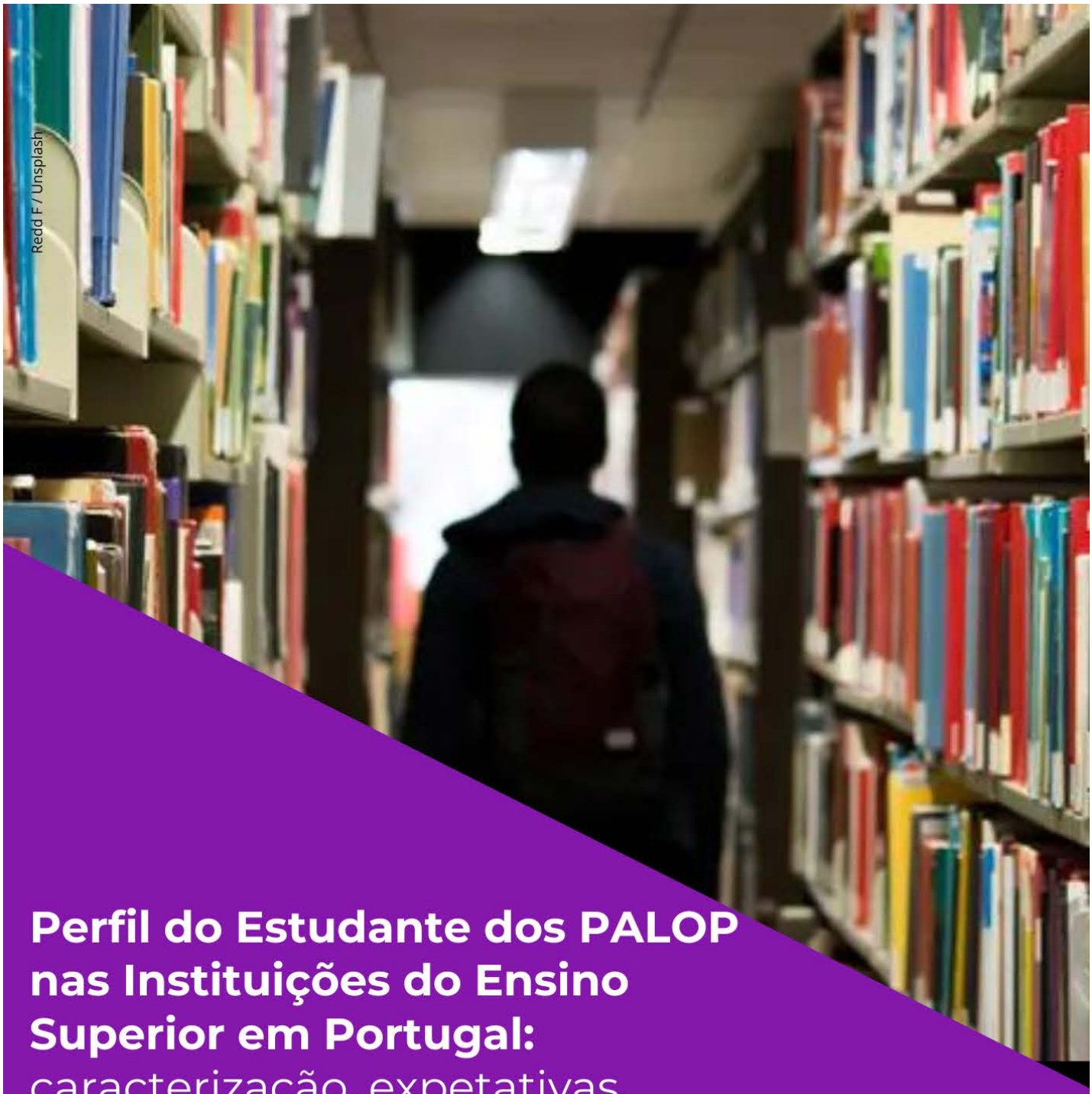

Redd F / Unsplash

Perfil do Estudante dos PALOP nas Instituições do Ensino Superior em Portugal:

caracterização, expetativas, constrangimentos
2015-2021

Relatório elaborado no âmbito da linha de financiamento do Camões, I.P.
Apoio à Organização de Congressos, Colóquios, Conferências, Seminários e Estudos

Financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (ref. UIDB/03122/2020)

iscte INSTITUTO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
cei_iscte Centro de Estudos Internacionais
fct Fundação para a Ciência e a Tecnologia
CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS UNIVERSIDADE DO PORTO
POLITÉCNICO DE LEIRIA
CAMÕES INSTITUTO DA COOPERAÇÃO E DA LINGUA PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

AUTORES

Clara Carvalho
Centro de Estudos Internacionais do Iscte

Filipe Santos
Instituto Politécnico de Leiria

Isaiete Jabula
Centro de Estudos Internacionais do Iscte

Maria Antónia Barreto
Instituto Politécnico de Leiria e Centro de Estudos Internacionais do Iscte

Rui da Silva
Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto

Publicado no âmbito do Projeto "Perfil do Estudante dos PALOP nas Instituições do Ensino Superior em Portugal: caracterização, expetativas, constrangimentos (2015-2021)", financiado pela linha de "Apoio à Organização de Congressos, Colóquios, Conferências, Seminários e Estudos" do Camões, I.P.

© 2023 CEI-Iscte

Abreviaturas e siglas

CPLP - Comunidade dos Países da Língua Oficial Portuguesa

PALOP - Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

IES - Instituição do Ensino Superior

IP – Instituto Politécnico

ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas

IST – Instituto Superior Técnico de Lisboa

CEI-Iscte - Centro de Estudos Internacionais do Iscte

DGES - Direção Geral do Ensino Superior

DGEEC - Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência

NEA - Núcleo de Estudantes Africanos

SAS – Serviço de Ação Social

SEF- Serviços de Estrangeiros e Fronteiras

FAAL – Federação Académica Africana de Lisboa

LCT – Laboratório de Competências Transversais

LAAUE – Liga dos Estudantes Africanos da Universidade de Évora

Índice

..... 1
Abreviaturas e siglas 3
Índice 4
Índice de Figuras e Quadros 6
Introdução 8
Quadro legislativo 8
Estudos sobre estudantes dos PALOP nas IES em Portugal 10
Estratégia de Investigação 11
1.Mapeamento dos estudantes dos PALOP 2015-2021 14
Angola: tipo de ensino e principais IES de preferência 19
Cabo-Verde: tipo de ensino e principais IES 24
Guiné-Bissau: tipo de ensino e principais IES de preferência 29
Moçambique: tipo de ensino e principais IES de preferência 34
São-Tomé e Príncipe: tipo de ensino e principais IES de preferência 38
Considerações finais 43
Estudo de um caso: Iscte 46
2.Acolhimento Institucional 47
Estratégia 49
Identificação dos estudantes 51
Resposta das instituições às necessidades dos estudantes dos PALOP 52
Boas práticas na inserção dos estudantes 60
3. Perfis / caraterísticas de estudantes dos PALOP 63
Contextos socioculturais e diversas identidades étnicas e linguísticas 63
Modelos e sistemas educativos 63
Classes sociais e condições financeiras 64
Dificuldades e experiências apresentadas 65
Obtenção de vistos de estudo 65
Obrigatoriedade de pagamento de propinas em atraso / acumuladas 65
Alojamentos 66
Principais desafios apresentados pelos estudantes dos PALOP em Portugal 67
Inserção e integração académica e social 67
Barreiras culturais e linguísticas 68
Métodos de ensino e sistemas de avaliação 69
Adaptação à mudança do clima 70
Processos de acolhimento, inserção e integração dos estudantes PALOP pelas IES 71
Iniciativas de apoio à inserção e integração de estudantes africanos 72
Apoios sociais e ofertas formativas 72
Construção de espaços de intervenção e redes de interajuda 74

Atividades promovidas, pelos NEA, para inserção e/ou integração de estudantes 75
Participação de estudantes nas atividades dos Núcleos de Estudantes Africanos 75
Limitações das Associações e Núcleos de Estudantes Africanos 76
Relação estudantes e embaixadas de países de origem 77
Redes locais de apoio a estudantes 78
Propostas apresentadas para superar alguns desafios 79
4. Conclusões 81
5. Recomendações 83
Referências bibliográficas 84
Anexos 85
Instituições do Ensino Superior entrevistadas 85
Organizações estudantis entrevistadas 87
Questionário aplicado às associações de estudantes 88

Índice de Figuras e Quadros

Figura 1 Evolução do nº de estudantes dos PALOP nas IES portuguesas 2015-2022 12
Figura 2 Evolução do nº de estudantes por Nacionalidade: 2015-2021 15
Figura 3 Nº de inscritos por Sexo e por Nacionalidade 16
Figura 4 Nº de inscritos por Sexo e Nacionalidade 16
Figura 5 Nº de inscritos no Ensino Universitário e no Ensino Politécnico 17
Figura 6 IES com maior nº de inscritos dos PALOP 17
Figura 7 Universidades com maior nº de inscritos dos PALOP 18
Figura 8 Institutos Politécnicos com maior nº de inscritos dos PALOP 18
Figura 9 Nº de inscritos por grau de ensino 19
Figura 10 Nº de Inscritos angolanos nas Instituições do Ensino Superior 19
Figura 11 Nº de inscritos angolanos no Ensino Politécnico 20
Figura 12 Nº de inscritos angolanos no Ensino Universitário 20
Figura 13 Nº de inscritos angolanos por área de estudo 21
Figura 14 Nº de inscritos angolanos por ciclo de estudos 21
Figura 15 Nº de inscritos angolanos no 3º ciclo (doutoramento) 22
Figura 16 Nº de inscritos angolanos no 2º ciclo (mestrado) 22
Figura 17 Nº de inscritos angolanos no 1º ciclo (licenciatura) 23
Figura 18 Nº de inscritos angolanos em cursos pós-licenciatura 23
Figura 19 Nº de inscritos angolanos em Cursos de Especialização Tecnológica 24
Figura 20 Nº de inscritos angolanos em Cursos Técnico-Superior Profissionais 24
Figura 21 Nº de inscritos cabo-verdianos nas Instituições do Ensino Superior 25
Figura 22 Nº de inscritos cabo-verdianos no Ensino Politécnico 25
Figura 23 Nº de inscritos cabo-verdianos no Ensino Universitário 26
Figura 24 Nº de inscritos cabo-verdianos por área de estudo 26
Figura 25 Nº de inscritos cabo-verdianos no 3º ciclo (doutoramento) 27
Figura 26 Nº de inscritos cabo-verdianos no 2º ciclo (mestrado) 27
Figura 27 Nº de inscritos cabo-verdianos no 1º ciclo (licenciatura) 28
Figura 28 Nº de inscritos cabo-verdianos em Cursos de Especialização Pós-Licenciatura 28
Figura 29 Nº de inscritos cabo-verdianos em Cursos de Especialização Tecnológica 28
Figura 30 Nº de inscritos cabo-verdianos em Cursos Técnico-Superior Profissionais 29
Figura 31 Nº de inscritos bissau-guineenses nas Instituições do Ensino Superior 29
Figura 32 Nº de inscritos bissau-guineenses no Ensino Politécnico 30
Figura 33 Nº de inscritos bissau-guineenses no Ensino Universitário 30
Figura 34 Nº de inscritos bissau-guineenses por área de estudo 31
Figura 35 Nº de inscritos bissau-guineenses no 3º ciclo (doutoramento) 31
Figura 36 Nº de inscritos bissau-guineenses no 2º ciclo (mestrado) 32
Figura 37 Nº de inscritos bissau-guineenses no 1º ciclo (licenciatura) 32
Figura 38 Nº de inscritos bissau-guineenses em cursos pós-licenciatura 33
Figura 39 Nº de inscritos bissau-guineenses em Cursos de Especialização Tecnológica 33
Figura 40 Nº de inscritos bissau-guineenses em Cursos Técnico-Profissionais 34
Figura 41 Nº de inscritos moçambicanos nas Instituições do Ensino Superior 34
Figura 42 Nº de inscritos moçambicanos no Ensino Politécnico 35
Figura 43 Nº de inscritos moçambicanos no Ensino Politécnico 35
Figura 44 Nº de inscritos moçambicanos por área de estudo 36
Figura 45 Nº de inscritos moçambicanos no 3º ciclo (doutoramento) 36
Figura 46 Nº de inscritos moçambicanos no 2º ciclo (mestrado) 37
Figura 47 Nº de inscritos moçambicanos no 1º ciclo (licenciatura) 37
Figura 48 Nº de inscritos moçambicanos em Cursos pós-licenciatura 38
Figura 49 Nº de inscritos moçambicanos em Cursos Técnico-Superior Profissionais 38
Figura 50 Nº de inscritos são-tomenses nas Instituições do Ensino Superior 39
Figura 51 Nº de inscritos são-tomenses no Ensino Politécnico 39
Figura 52 Nº de inscritos são-tomenses no Ensino Universitário 40
Figura 53 Nº de inscritos são-tomenses por área de estudo 40
Figura 54 Nº de inscritos são-tomenses no 3º ciclo (doutoramento) 41
Figura 55 Nº de inscritos são-tomenses no 2º ciclo (mestrado) 41
Figura 56 Nº de inscritos são-tomenses no 1º ciclo (licenciatura) 42
Figura 57 Nº de inscritos são-tomenses em cursos pós-licenciatura 42
Figura 58 Nº de inscritos são-tomenses em Cursos de Especialização Tecnológica 42
Figura 59 Nº de inscritos são-tomenses em Cursos Técnico-Superior Profissionais 43

Figura 60 Nº de estudantes em cursos TESP por nacionalidade 2015-2021 _____ *44*
Figura 61 Nº de alunos do Iscte por ciclo de estudos _____ *46*
Figura 62 Instituições do Ensino Superior Entrevistadas com maior número de estudantes dos PALOP *47*
Figura 63 Síntese das entrevistas _____ *49*
*Figura 64 Resumo das entrevistas*_____ *55*

Introdução

O Centro de Estudos Internacionais do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, O Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto e a Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria realizaram, com o apoio do Camões IP, um Estudo e Conferência sobre o *Perfil do Estudante dos PALOP nas IES em Portugal: caracterização, expetativas, dificuldades.* Pretendeu-se com esta iniciativa dar continuidade à reflexão sobre a cooperação a nível da Educação entre os países africanos e outros países, à luz dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente o ODS 4 e o ODS 8.

O número de estudantes, provenientes dos PALOP, no sistema universitário português, tem vindo a crescer na última década de forma visível. Os estudos existentes sobre estes estudantes são escassos e de caracter monográfico. Urge um conhecimento desta nova realidade, em que Portugal se posiciona de acordo com os ODS (nomeadamente ODS4 e ODS8) facilitando a formação avançada de estudantes. Neste quadro, o projeto sobre o *Perfil dos Estudantes dos PALOP nas Instituições do Ensino Superior Português* (PEPIP) visou:

- Mapear a evolução do número de estudantes africanos, provenientes dos PALOP, em Portugal de 2015 a 2021
- Caracterizar o processo de integração dos estudantes
- Caracterizar o perfil do estudante dos PALOP em Portugal
- Conhecer as expetativas dos estudantes para a formação e a pós-formação.

Quadro legislativo

A vinda de estudantes dos PALOP para frequentarem o ensino superior em Portugal tem um percurso histórico longo. Focando-nos no período pós-independências (e, como tal, ignorando as políticas do Estado Novo e, em particular, a constituição da Casa dos Estudantes do Império para acolher os estudantes vindos das chamadas "províncias ultramarinas") podemos reconhecer os seguintes momentos:

1. 1999: Estabelecimento de uma política de atribuição de bolsas no quadro do documento enquadrador da cooperação portuguesa (resolução 33/99 de 15 de maio do Conselho de Ministros) (Correia, 2011: 17).
2. 1999: Criação de um regime especial de acesso ao 1º ciclo do ensino universitário: regime especial alínea D, (Decreto-Lei n.º 393-A/99) que define estes estudantes como "alunos bolseiros". Este Decreto-Lei abrange os estudantes que, cumulativamente:
    - Sejam estudantes nacionais dos países africanos de expressão portuguesa;
    - Apresentem a sua **candidatura** ao ensino superior público português através deste regime, **por via diplomática**, no âmbito dos acordos de cooperação firmados pelo Estado Português;

- Sejam titulares de um **curso de ensino secundário** português ou de habilitação equivalente;
- Não tenham nacionalidade portuguesa ou se a tiverem, tenham concluído, após frequência de pelo menos dois anos letivos, o curso de ensino secundário num dos países africanos de expressão portuguesa;
- Sejam BOLSEIROS:
- Do Governo Português;
- Dos Governos respetivos, nos termos e limites estabelecidos por acordos firmados no âmbito de comissões paritárias;
- Ao abrigo de convenções internacionais celebradas com a União Europeia; ou
- Da Fundação Calouste Gulbenkian.

3. 2014: A criação do estatuto de Estudante Internacional (Decreto-Lei 36/2014) que se aplica aos estudantes de todos os níveis de ensino superior: CTESP, licenciatura, pós-graduação, mestrado e doutoramento. Aplica-se a estudantes que não têm nacionalidade portuguesa, com exceção dos que residam em Portugal há mais de 2 anos. Este concurso é organizado pelas Instituições de Ensino Superior e gerido localmente pelas IES, que fixam as propinas

4. 2018: O artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º 9/2018, de 11 de setembro, publicado no Diário da República n.º 175/2018, Série I de 2018-09-11, no Aditamento ao Decreto Regulamentar n.º 84/2007, de 5 de novembro, declara que "É dispensado da prova de meios de subsistência o requerente de visto de residência, nacional de Estado terceiro de língua oficial portuguesa, quando admitido em instituição de ensino superior" (https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/decreto-regulamentar/9-2018-116382281).

5. 2021: Na reunião da CPLP realizada em julho em Luanda é estabelecido o Acordo sobre a Mobilidade entre os Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Aos nacionais de países em que este acordo esteja em vigor passa a ser facilitado visto desde que, entre outras condições, apresente um termo de responsabilidade assinado por um cidadão ou residente em Portugal que se responsabiliza pela sua vinda e estadia.

Este conjunto de regulamentações vão abrir as portas do Ensino Superior português aos estudantes dos países de língua oficial portuguesa, incluindo os estudantes dos PALOP, e permitem o aumento exponencial da presença destes alunos nas IES em Portugal.

Estudos sobre estudantes dos PALOP nas IES em Portugal

Segundo a literatura, a elevada procura das IES portuguesas por estudantes dos PALOP deve-se aos seguintes fatores: (i) laços históricos e culturais que unem Portugal e os países que foram antigas colónias (S. Pinto, 2021, p. 898); (ii) democratização do ensino superior, nos últimos 30 anos em Portugal, possibilitando a entrada para o sistema de *estudantes não tradicionais*, incluindo os dos PALOP (Doutor et al., 2016); (iii) qualidade de ensino em Portugal (Novo et al., 2020); (iv) necessidade de formação de quadros dos PALOP que não encontra resposta nos sistemas de ensino locais (Doutor et al., 2016); (v) existência de redes de interconhecimento, constituídas por familiares e amigos do mesmo país de origem (Novo et al., 2020; Neto, 2021); (vi) necessidade de internacionalização das IES portuguesas (P. F. Pinto & Matias, 2018; S. Pinto, 2021); (vii) estabelecimento de acordos de cooperação entre o estado português e os estados dos diferentes PALOP (Ambrósio et al., 2017; Doutor et al., 2016; P. F. Pinto & Matias, 2018; S. Pinto, 2021).

A estratégia de internacionalização do Ensino Superior português, expressa no DL 16 de 2014, visava "permitirá o acesso às instituições e apoios europeus, aos mercados e, naturalmente, à rede de ensino superior e de investigação científica organizada no seio da União Europeia", "(…) conferindo a Portugal um papel central nas relações internacionais". Esta estratégia privilegiou os estudantes da CPLP, particularmente do Brasil em primeiro lugar e dos PALOP depois, sendo encarada como meio de "promoção e expansão da língua portuguesa" e como um "instrumento de ciência, de cultura e de negócios falado por 250 milhões de pessoas" (Pinto, 2021).

A língua portuguesa é um importante mecanismo de atração de estudantes dos PALOP, sendo percepcionada como uma das grandes motivações para a escolha das IES portuguesas por parte destes estudantes. Contudo, o domínio da língua revela-se insuficiente, sendo este um dos principais obstáculos à inserção e integração académica dos estudantes da CPLP. O estudo desenvolvido por Paulo Feytor Pinto e Ana Raquel Matias, assinala que "trata-se de estudantes fluentes em português, mas não no português europeu usado nas IES de acolhimento" (Pinto & Matias, 2018, pp. 364–365). Os constrangimentos linguísticos e o fraco domínio do português na variante europeia referida tanto por esses autores, como por vários outros estudos precedentes, gera incompreensões várias. As dificuldades de comunicação entre os estudantes dos PALOP e a comunidade académica repercutem-se no isolamento destes estudantes, podendo afetar o bem-estar psicológico, a autoestima e o desempenho escolar dos mesmos (Neto, 2021, p. 409; P. F. Pinto & Matias, 2018; S. Pinto, 2021). Um estudo sobre doutorandos angolanos e moçambicanos na Universidade de Aveiro, realizado por Susana Pinto, verifica que o desconhecimento da variante europeia do português dificulta a compreensão de conteúdos e a comunicação com professores e orientadores por parte destes alunos. Este facto, segundo a autora, é vivido com angústia e aflição, principalmente nos momentos de redação da tese, e intensificam os sentimentos de solidão e de saudade causados pela distância cultural e familiar. Este isolamento é exacerbado pela vivência de dificuldades financeiras, como atesta o estudo de Félix Neto sobre o tema. A falta de condições financeiras pode impedir os estudantes de interagir socialmente, concluindo o autor que "o *status* financeiro está significativamente relacionado à solidão" (Neto, 2021, p. 408). Num outro trabalho, intitulado Obstáculos de Estudantes Internacionais IES portuguesas, alguns

professores afirmam que a principal razão pela qual os estudantes dos PALOP não convivem com os nacionais "está relacionada com questões financeiras, pois vivem graves problemas económicos e não têm dinheiro extra para gastar em saídas, jantares, etc." (Ambrósio et al., 2017, pp. 387–389). Como indica um estudo desenvolvido por Rosa Maria Ramos Novo, Ana Raquel Russo Prada, Lara Simone Sousa Lopes e Luísa Ferreira Cunha Moreno, mais de metade de estudantes entrevistados aufere de um rendimento mensal baixo (Novo et al., 2020, p. 13). A literatura realça a questão de solidão sofrida pelos estudantes africanos, bem como a relação entre a solidão e a baixa autoestima. Susana Pinto salienta que "naturalmente, os sentimentos de solidão estão relacionados com a separação da família e dos amigos, mas a investigação tem demonstrado que esses sentimentos se acentuam com a sensação de invisibilidade na universidade de acolhimento, o que dificulta a integração dos estudantes na comunidade académica".

A estratégia de internacionalização do Ensino Superior trouxe consigo diversas consequências. A primeira, conforme Paulo Feytor Pinto e Ana Raquel Matias, é expressa em "uma maior heterogeneidade de perfis de estudantes, que trazem consigo necessidades e constrangimentos particulares aos seus percursos individuais, cada vez mais diversificados" (Pinto & Matias, 2018, p. 364), situações comuns em processos de migração. Aliás, a vinda destes estudantes pode ser vista, também, como efeito de globalização. Segundo Parvati Raghuram e Gunjan Sondh,

> Os estudantes internacionais, tal como os migrantes altamente qualificados, são inerentes à globalização. O seu estudo internacional é simultaneamente um resultado das aspirações globalizantes dos jovens e resulta também na formação de jovens que podem tornar-se potenciais arquitetos da globalização e utilizar os seus conhecimentos para impulsionar o crescimento económico (Raghuram & Sondhi, 2021, p. 222).

A maioria dos estudantes internacionais não se concentra apenas nos objetivos académicos no país de acolhimento, mas procura expandir seus pontos de vista por meio de experiências interculturais (Neto, 2020). No caso dos estudantes dos PALOP, enquanto vão assimilando novos conhecimentos, vão integrando a visão do mundo do país de acolhimento e dando a conhecer suas culturas. Refere Clara Carvalho que "o ensino superior, além de ser o principal meio de transmissão de um conjunto de conhecimentos e competências, é igualmente um meio de difundir uma particular visão mundo" (Carvalho, 2019, p. 144).

Os candidatos dos PALOP ao ensino superior português provêm de contextos socioculturais e linguísticos diversos, frequentaram sistemas de ensino heterogéneos e possuem condições financeiras diferentes. A demora na obtenção de vistos de estudo, as limitações financeiras, as dificuldades encontradas na busca de alojamento, as competências linguísticas insuficientes, o confronto com preconceitos raciais, vêm sendo identificados na literatura como os maiores obstáculos à sua inserção e integração nas IES portuguesas.

Estratégia de Investigação

Considerando a extensão do objeto de estudo, envolvendo um universo que corresponde a 3% do total de estudantes do ensino universitário e politécnico português, este estudo privilegiou uma

abordagem centrada nas instituições mais representativas em termos do número de alunos dos PALOP que integram. O primeiro passo consistiu no mapeamento dos estudantes e das instituições. Foi realizada uma análise de tipo quantitativo sobre os dados disponibilizados no site da Direção Geral de Estatística do Ensino Superior e da Ciência (DGEEC) que permitiu identificar as vinte IES que acolhem um maior número de alunos provenientes dos PALOP. Este estudo constatou que se assiste a um aumento significativo destes alunos nos últimos anos, pelo que se escolheu como datas-limite os anos de 2015 e 2021. Os dados relativos a 2022 foram disponibilizados quando o estudo já estava em andamento e apenas foram verificados para se perceber se as tendências identificas tinham continuidade, como aconteceu. É de assinalar que neste último ano o número de estudantes da Guiné-Bissau ultrapassa todas as restantes nacionalidades. Como este dado se refere a um ano fora do período em análise, não foi reportado no estudo que tratou os números totais de alunos para o período considerado.

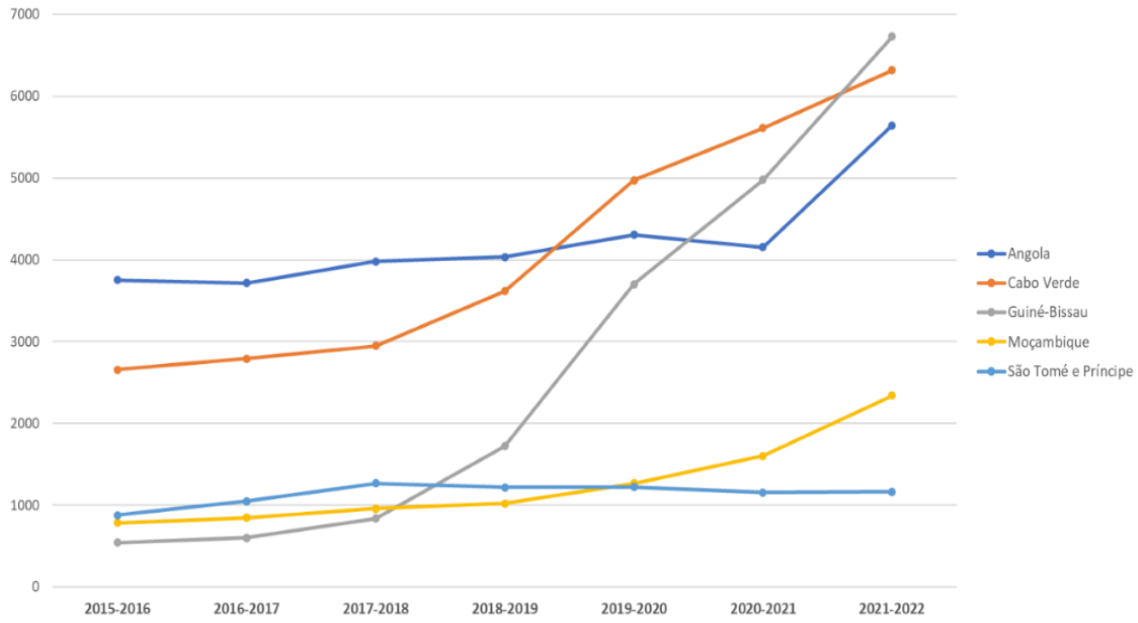

Figura 1 Evolução do nº de estudantes dos PALOP nas IES portuguesas 2015-2022

As vinte IES com maior número de estudantes dos PALOP para o período considerado foram de seguida contatadas, tendo sido entrevistados os responsáveis pelo acolhimento e acompanhamento pelos estudantes internacionais e, em particular, do contingente abordado. Estas entrevistas semiestruturadas permitiram traçar o quadro das estratégias de integração de estudantes nas IES mais representativas e caracterizar o processo de integração dos estudantes dos PALOP, os problemas encontrados, as soluções ensaiadas e as boas práticas identificadas.

O perfil dos estudantes dos PALOP, as suas expetativas, problemas e anseios, foi completado pelas entrevistas realizadas aos seus representantes associativos, através das associações de estudantes e, em particular, aos núcleos de estudantes africanos. Procuraram-se integrar os responsáveis associativos das IES mais representativas, seguindo o mapeamento realizado no início do estudo. A estes passos da investigação correspondem as três partes que compõem o

presente estudo, nomeadamente o Mapeamento dos Estudantes dos PALOP, Acolhimento Institucional e Perfil dos Estudantes dos PALOP.

1.Mapeamento dos estudantes dos PALOP 2015-2021

O primeiro objetivo deste estudo consistiu no mapeamento dos estudantes dos PALOP. Partiu-se da análise dos dados estatísticos disponibilizados pela Direção Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC), relativos aos estudantes provenientes dos 5 PALOP, inscritos nas IES em Portugal nos anos 2015 a 2021.

O presente relatório pretende descrever a evolução dos candidatos, de 2015 a 2021, considerando que mais de setenta e dois mil estudantes inscritos, entre os anos 2015 e 2021 são provenientes dos PALOP. Procurou-se identificar as 20 IES com mais candidatos em Portugal e responder às seguintes questões:

- Como tem evoluído a mobilidade de estudantes dos PALOP para Portugal, nos últimos 6 anos, anos letivos 2015 a 2021?
- Quais as 20 principais Instituições do Ensino Superior em Portugal mais requisitadas por estudantes de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe?
- Quais as 15 áreas de estudo (cursos) mais requisitadas por nacionalidade?
- Em termos numéricos, quais as diferenças de género dos candidatos dos PALOP?

Foram analisadas as seguintes variáveis, da base de dados da DGEEC:

- país de nacionalidade (Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São-Tomé e Príncipe)
- tipo de IES (universidade ou politécnico)
- Sexo (masculino/feminino)
- Ciclo de estudos (doutoramento, mestrado, licenciatura, especialização pós-licenciatura, especialização pós-bacharelato, curso especialização tecnológica, curso técnico superior profissional)
- Área científica

Foram identificados:

- 15 áreas de estudo por curso e por nacionalidade;
- 20 IES mais requisitadas, por nacionalidade;
- candidatos por sexo / nacionalidade;
- Número de inscritos, nos diferentes ciclos de estudos, por nacionalidade.

O número de estudantes, provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), nas Instituições de Ensino Superior (IES) em Portugal tem vindo a crescer nos últimos seis (6) anos de forma visível, conforme é expresso no gráfico em baixo.

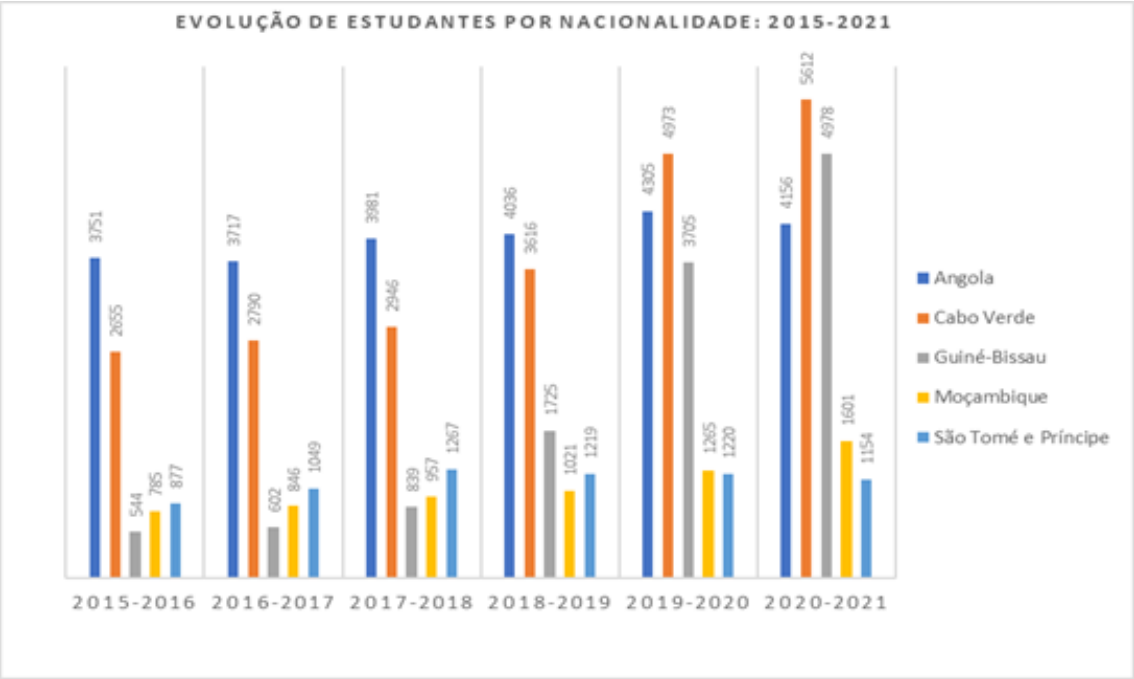

Figura 2 Evolução do nº de estudantes por Nacionalidade: 2015-2021

No universo de dois milhões e oitocentos e sete mil e quarenta (2.287.040) estudantes, de mais de 200 nacionalidades, inscritos nas IES portuguesas, entre os anos letivos 2015 e 2021, setenta e dois mil e cento e noventa e dois (72.192) são provenientes dos PALOP, correspondendo a 3,15% do total. Entre os PALOP que mais enviam alunos, na primeira posição figura a República de Angola, com um total de vinte e três mil e novecentos e quarenta e seis (23.946) estudantes inscritos, sendo que treze mil e duzentos e dez mil (13.210) são do sexo masculino e dez mil e setecentos e trinta e seis (10.736) do sexo feminino. Na segunda posição encontra-se Cabo-Verde, com vinte e dois mil e quinhentos e noventa e dois (22.592) inscritos, sendo doze mil e seiscentos e trinta e um (12.631) mulheres e nove mil e novecentos e sessenta e um (9.961) homens; na 3ª posição, a Guiné-Bissau, com um total de doze mil e trezentos e noventa e três (12.393) estudantes inscritos, sendo sete mil e quinhentos e oitenta e dois (7.582) homens e quatro mil e oitocentos e onze (4.811) mulheres. Na 4ª posição, encontra-se São-Tomé e Príncipe com seis mil e setecentos e oitenta e seis (6.786) estudantes inscritos, dos quais três mil e quatrocentos e trinta e três (3.433) são homens e três mil trezentos e cinquenta e três (3.353) são mulheres. Na 5ª posição aparece Moçambique, com seis mil e quatrocentos e setenta e cinco (6.475) inscritos, sendo três mil e quinhentos e quinze (3.515) homens e dois mil e novecentos e sessenta (2.960) mulheres.

No universo de inscritos apresentado no gráfico acima, podemos verificar que, com exceção de Cabo-Verde, que apresenta maior número de mulheres do que homens, e de São-Tomé

e Príncipe e Angola que parecem apresentar um equilíbrio de género, há mais estudantes do sexo masculino inscritos, como ilustra o gráfico a seguir.

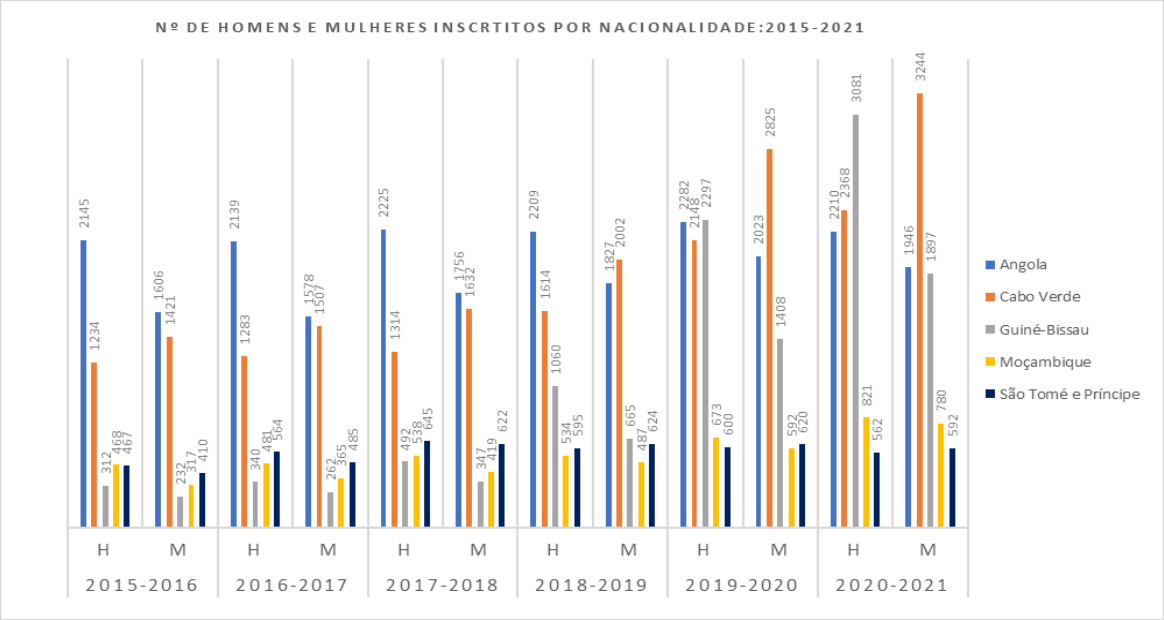

Figura 3 Nº de inscritos por Sexo e por Nacionalidade

De forma resumida, o gráfico que se segue, representa, em termos percentuais, a soma total de homens e mulheres inscritos, por nacionalidade, de 2015-2016 a 2020-2021:

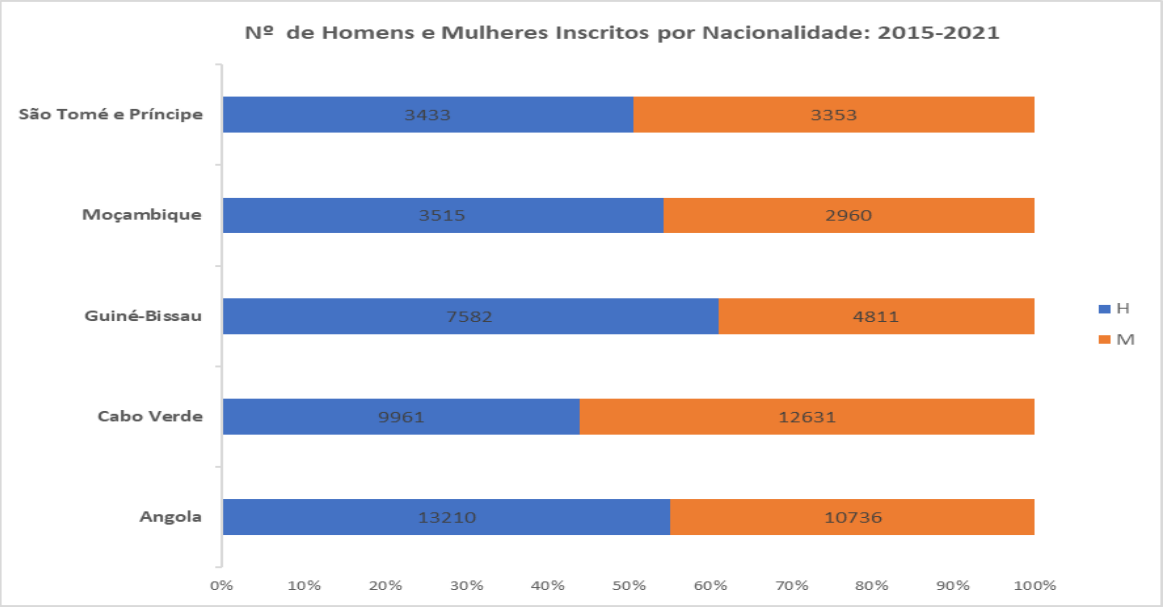

Figura 4 Nº de inscritos por Sexo e Nacionalidade

A maioria de estudantes dos PALOP opta pelo ensino politécnico, à exceção dos estudantes angolanos, que se encontram maioritariamente em instituições do ensino universitário.

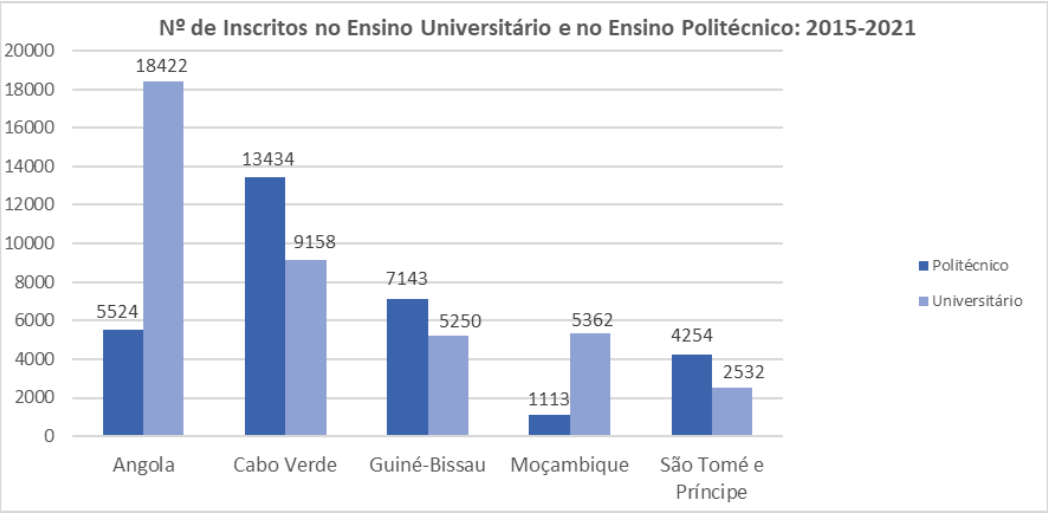

Figura 5 Nº de inscritos no Ensino Universitário e no Ensino Politécnico

No gráfico seguinte encontram-se as 20 principais IES mais procuradas por estudantes provenientes dos PALOP, entre os anos letivos 2015-2016 e 2020-2021. O Instituto Politécnico de Bragança lidera a lista de procura com sete mil e oitocentos e trinta e nove (7839), correspondendo a 10,85% do total de inscritos.

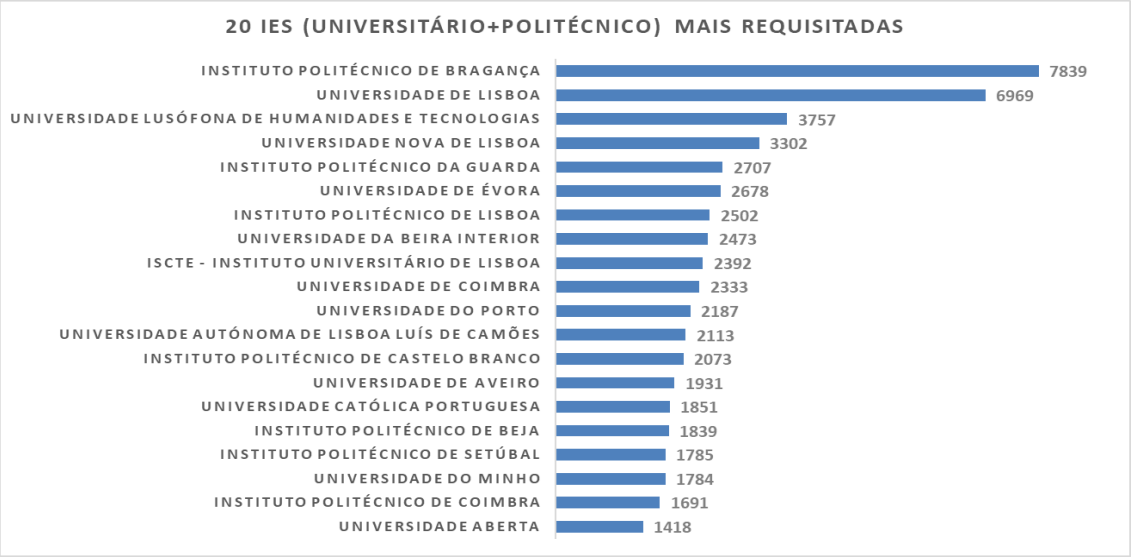

Figura 6 IES com maior nº de inscritos dos PALOP

Se dividirmos a grelha por tipo de ensino, encontramos os 20 estabelecimentos de ensino universitário com mais estudantes dos PALOP, em que a Universidade de Lisboa ocupa a 1ª posição.

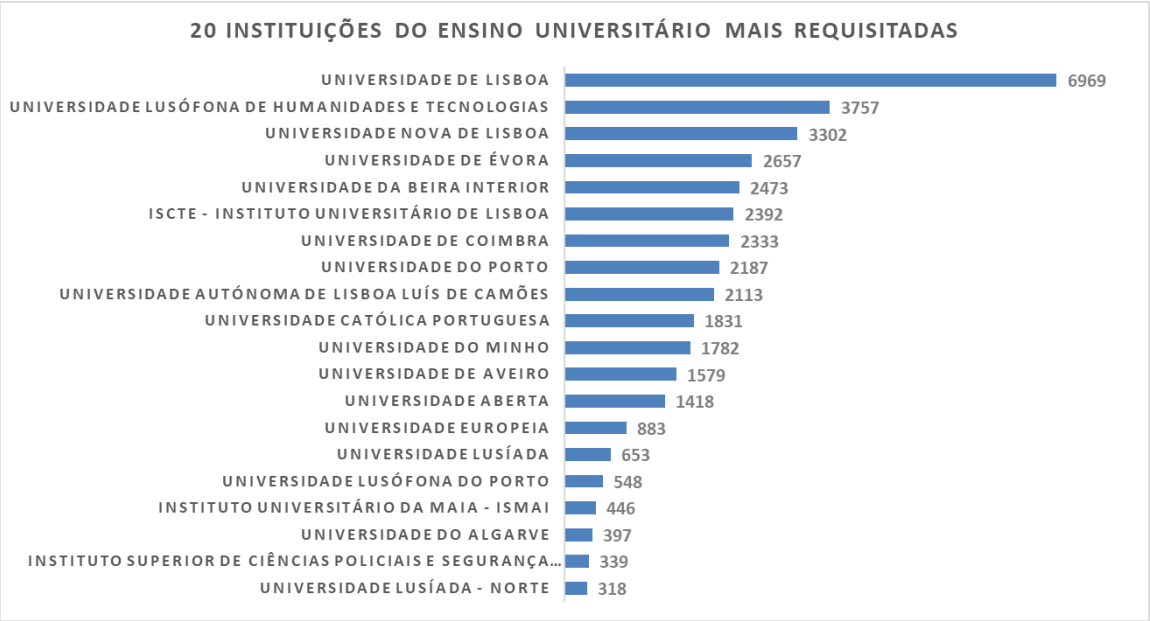

Figura 7 Universidades com maior nº de inscritos dos PALOP

O Instituto Politécnico de Bragança confirma a sua posição, como a 1ª instituição do ensino superior mais requisitada em Portugal e o instituto politécnico que recebe o maior contingente de estudantes.

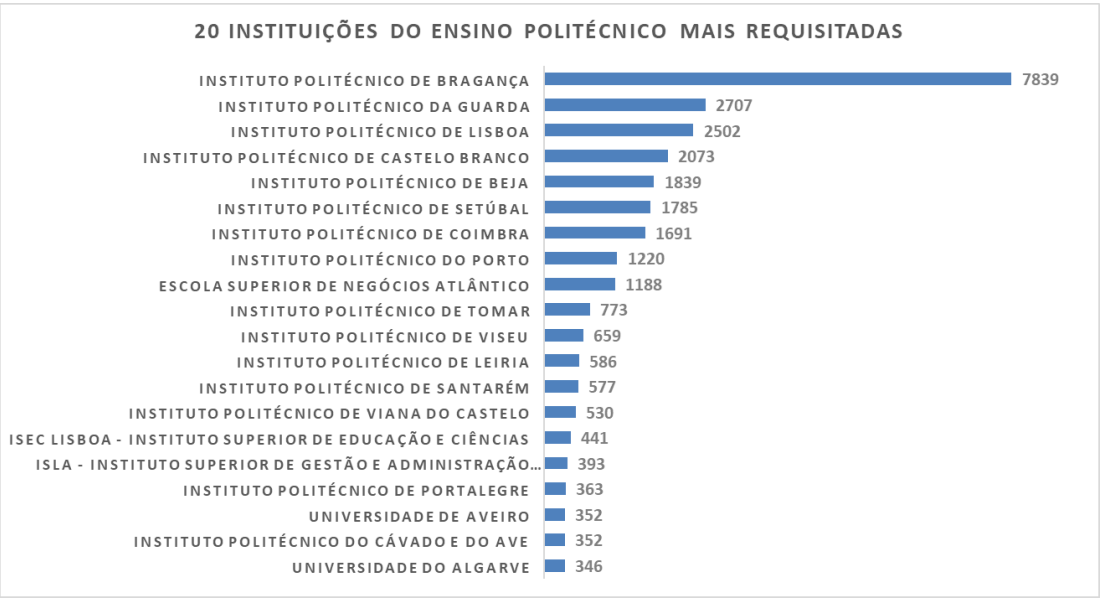

Figura 8 Institutos Politécnicos com maior nº de inscritos dos PALOP

No que diz respeito aos ciclos de estudos, os estudantes da Guiné-Bissau são os mais representados nos cursos técnico-profissionais, os de Cabo Verde são dominantes nos cursos de licenciatura e os estudantes angolanos são os mais representados na formação pós-graduada. Em termos relativo, Moçambique apresenta uma aposta maior na formação pós-graduada, especificamente no doutoramento, reunindo mais de metade de todos os estudantes nesse ciclo. A Guiné-Bissau parece ser uma realidade heterogénea, tendo um número bastante considerável de estudantes a fazer cursos técnicos e/ou profissionalizantes, licenciatura e um reduzido número em mestrado e doutoramento.

Os seguintes gráficos detalham a divisão dos estudantes por níveis de ensino:

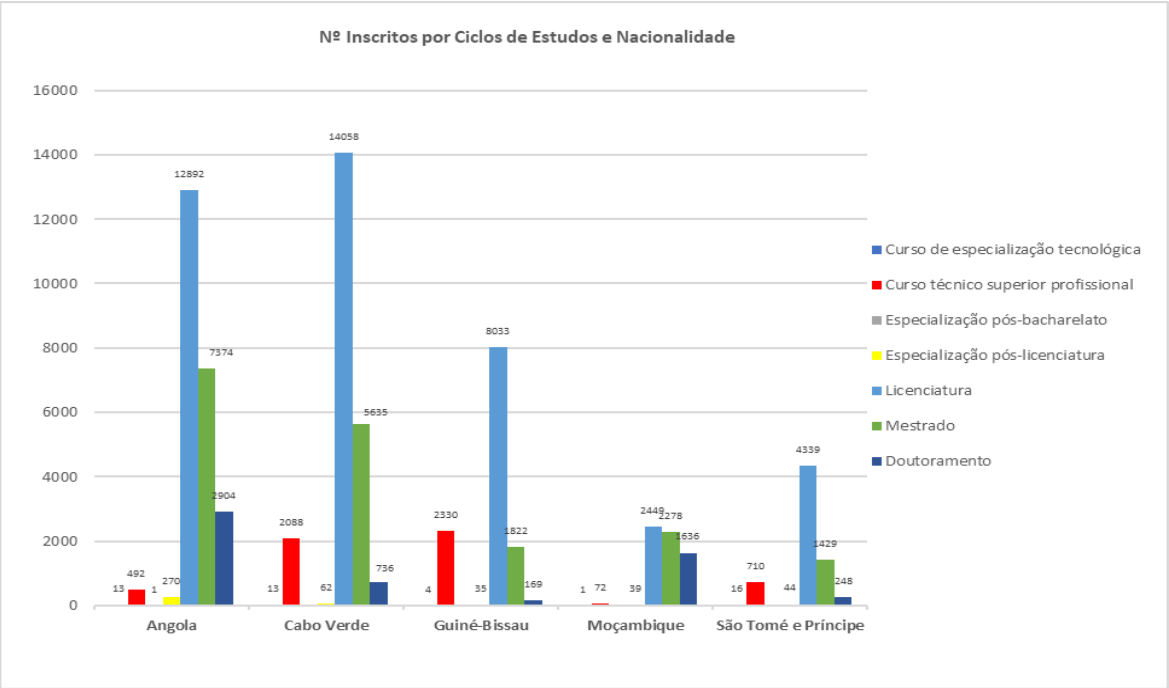

Figura 9 Nº de inscritos por grau de ensino

Nas secções seguintes são apresentadas as principais características do perfil dos estudantes de cada PALOP.

Angola: tipo de ensino e principais IES de preferência

Quanto ao tipo de ensino, dos vinte e três mil e novecentos e quarenta e seis estudantes (23.946) estudantes angolanos inscritos nas IES em Portugal, entre 2015 e 2021, no ensino universitário, inscreveram-se dezoito mil e quatrocentos e vinte e dois (18.422) e no ensino politécnico, encontram-se inscritos cinco mil e quinhentos e vinte e quatro (5.524), como indicam os gráficos:

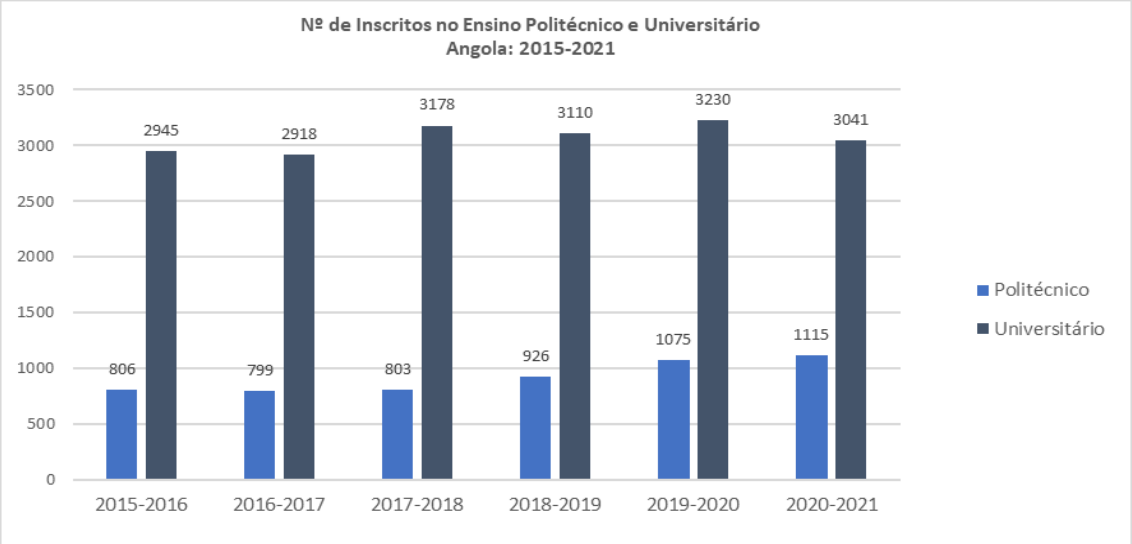

Figura 10 Nº de Inscritos angolanos nas Instituições do Ensino Superior

Os 20 Institutos Politécnicos mais requisitados pelos angolanos são:

Figura 11 Nº de inscritos angolanos no Ensino Politécnico

Quanto às Universidades, as 20 mais procuradas pelos angolanos são as seguintes:

Figura 12 Nº de inscritos angolanos no Ensino Universitário

As 15 áreas de estudo do curso mais requisitadas pelos estudantes angolanos em Portugal são as seguintes:

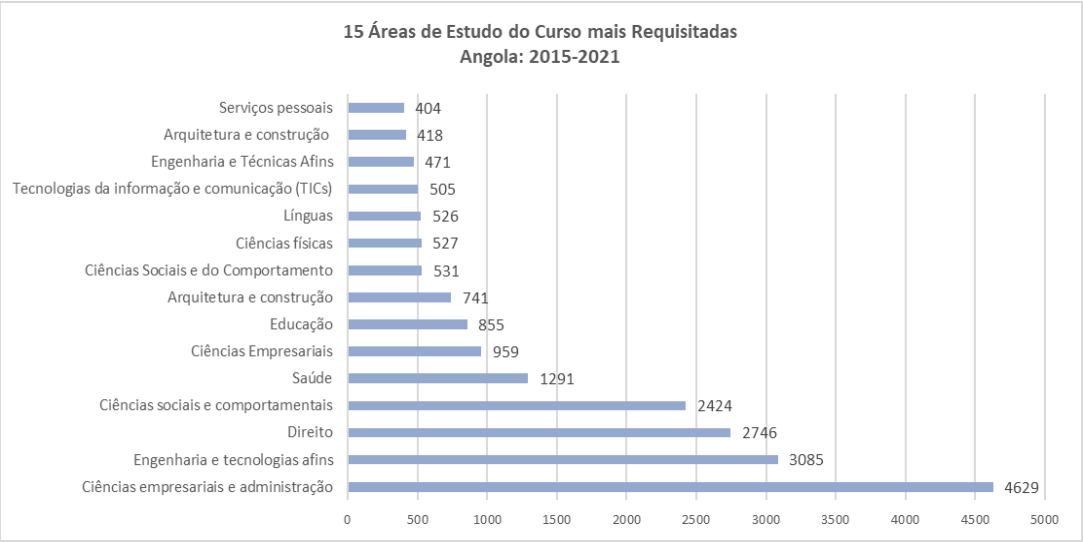

Figura 13 Nº de inscritos angolanos por área de estudo

Relativamente ao número de inscritos por ciclos de estudos, durante o período indicado, Angola registou no Doutoramento/3ºciclo um total de dois mil e novecentos e dois (2902) estudantes inscritos, como representam os gráficos1 em baixo, nos cursos de. A Universidade de Lisboa, a Universidade de Évora e a Universidade Nova de Lisboa, são as três IES com maior número de candidatos ao doutoramento.

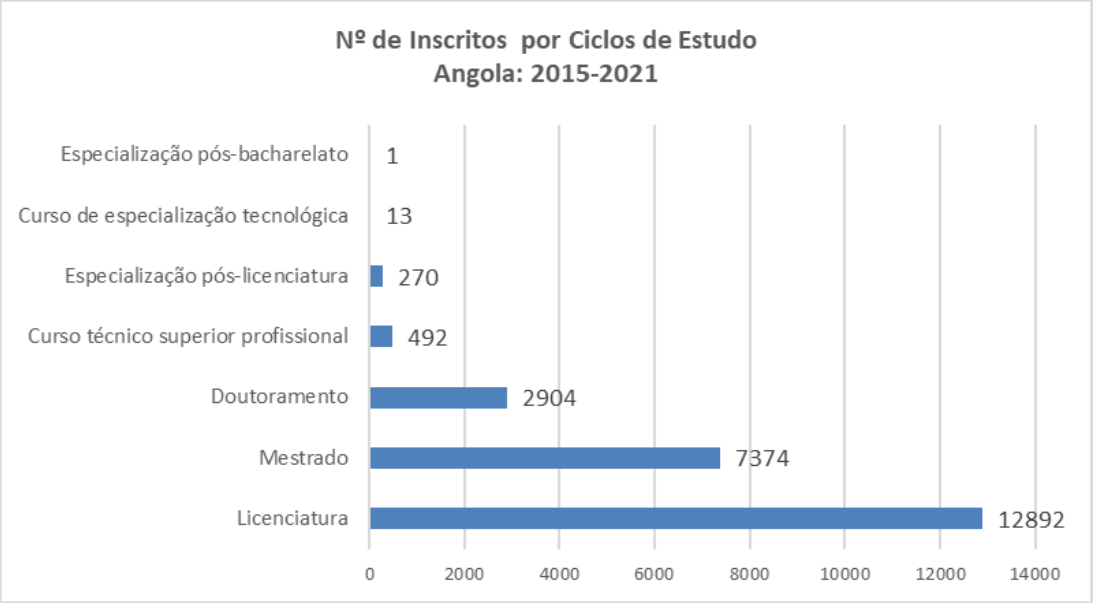

Figura 14 Nº de inscritos angolanos por ciclo de estudos

Os gráficos a seguir dão a conhecer a repartição dos estudantes angolanos por instituições de ensino superior.

[1] Os gráficos representam as 15 principais IES de acolhimento, por ciclo de estudo.

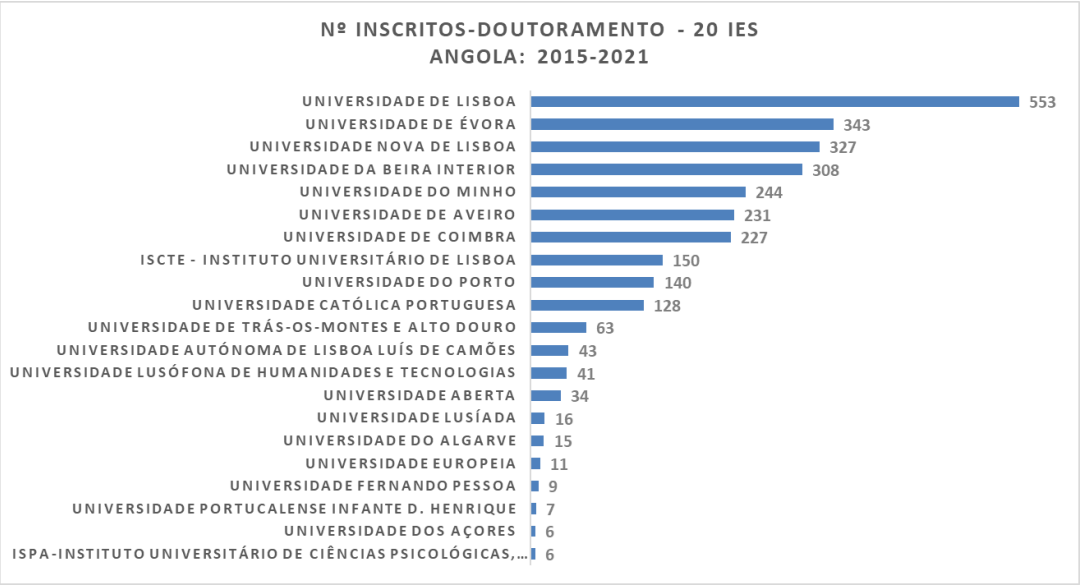

Figura 15 Nº de inscritos angolanos no 3º ciclo (doutoramento)

No mestrado/2ºciclo, registou um total de sete mil e trezentos e setenta e quatro (7374) inscritos, albergando a Universidade de Lisboa o maior número de inscritos:

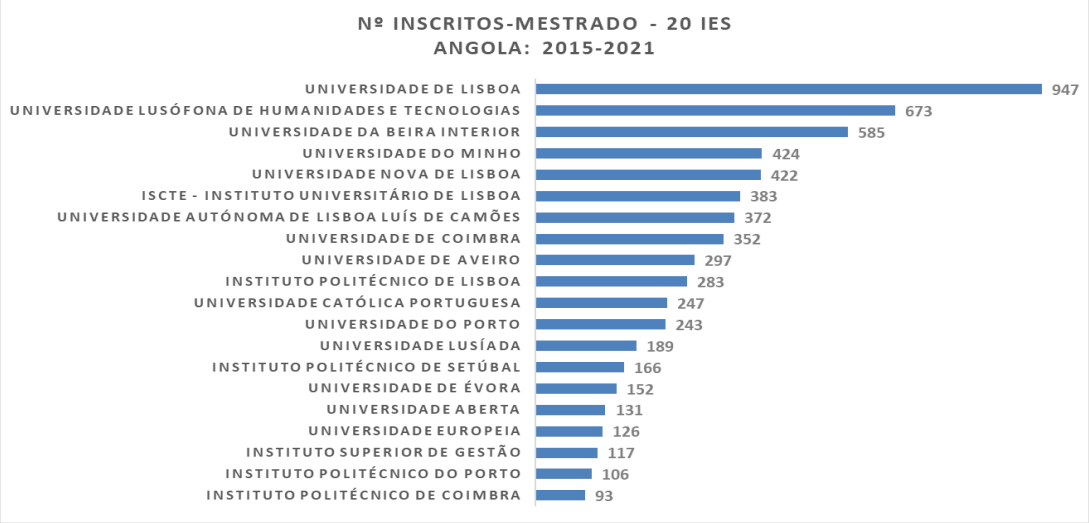

Figura 16 Nº de inscritos angolanos no 2º ciclo (mestrado)

No curso da licenciatura/1ºciclo, Angola registou um total de doze mil e oitocentos e noventa e dois (12892) inscritos.

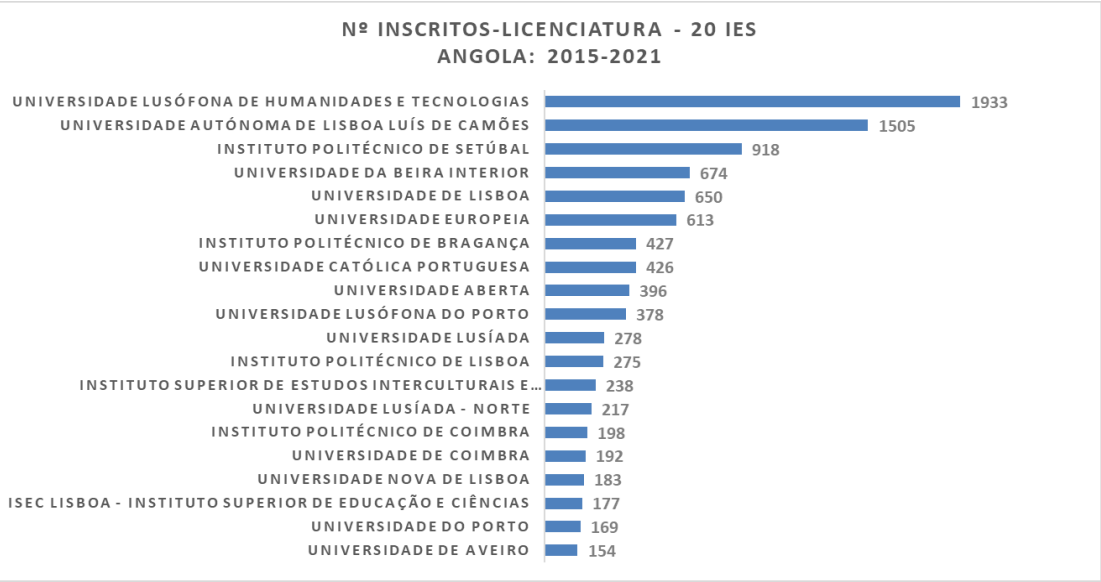

Figura 17 Nº de inscritos angolanos no 1º ciclo (licenciatura)

No curso de especialização pós-bacharelato, Angola tem apenas um (1) estudante inscrito, na Universidade de Lisboa, e no de especialização pós-licenciatura, conta com duzentos e setenta (270) estudantes inscritos:

Figura 18 Nº de inscritos angolanos em cursos pós-licenciatura

Enquanto isto, no Curso de Especialização Tecnológica, encontram-se inscritos treze inscritos (13) estudantes angolanos.

Figura 19 Nº de inscritos angolanos em Cursos de Especialização Tecnológica

No Curso Técnico Superior Profissional, conta com quatrocentos e noventa e dois (492) estudantes inscritos. No gráfico que se segue, o número de inscritos nas diferentes IES.

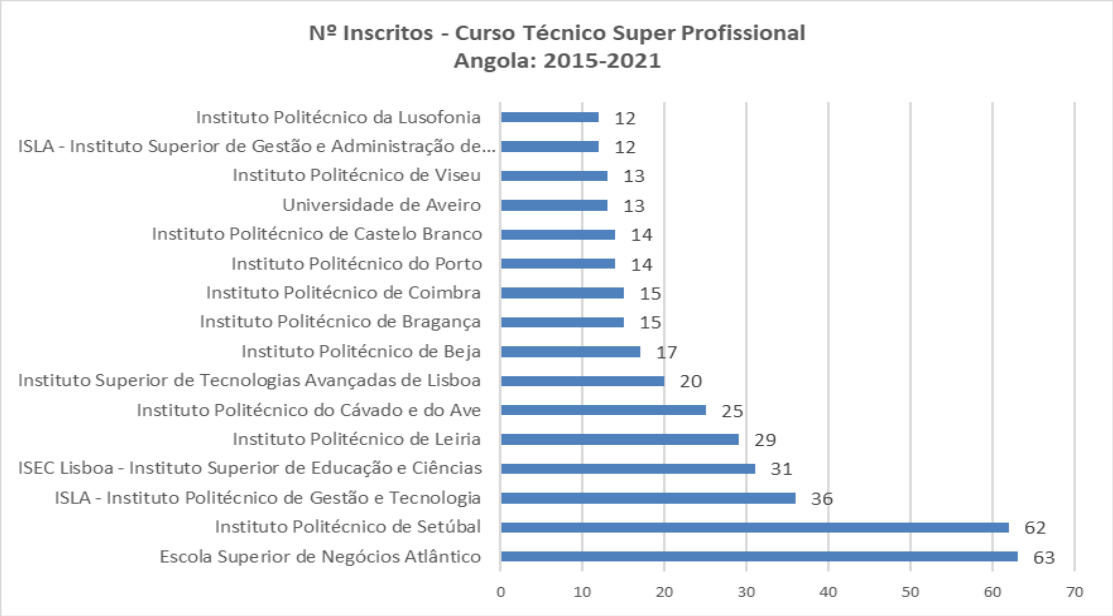

Figura 20 Nº de inscritos angolanos em Cursos Técnico-Superior Profissionais

Cabo-Verde: tipo de ensino e principais IES

No que diz respeito a Cabo-Verde, segundo país do PALOP com mais candidatos inscritos nas IES em Portugal, do total de vinte e dois mil e quinhentos e noventa e dois (22592) inscritos, encontram-se no ensino universitário nove mil e cento e cinquenta e oito (9158) estudantes, dos quais 5106 mulheres e 4052 homens. No ensino politécnico estão inscritos treze mil e quatrocentos e trinta e quatro (13434) estudantes, dos quais sete mil e quinhentos e vinte e cinco (7525) são mulheres e cinco mil e novecentos e nove (5909) são homens:

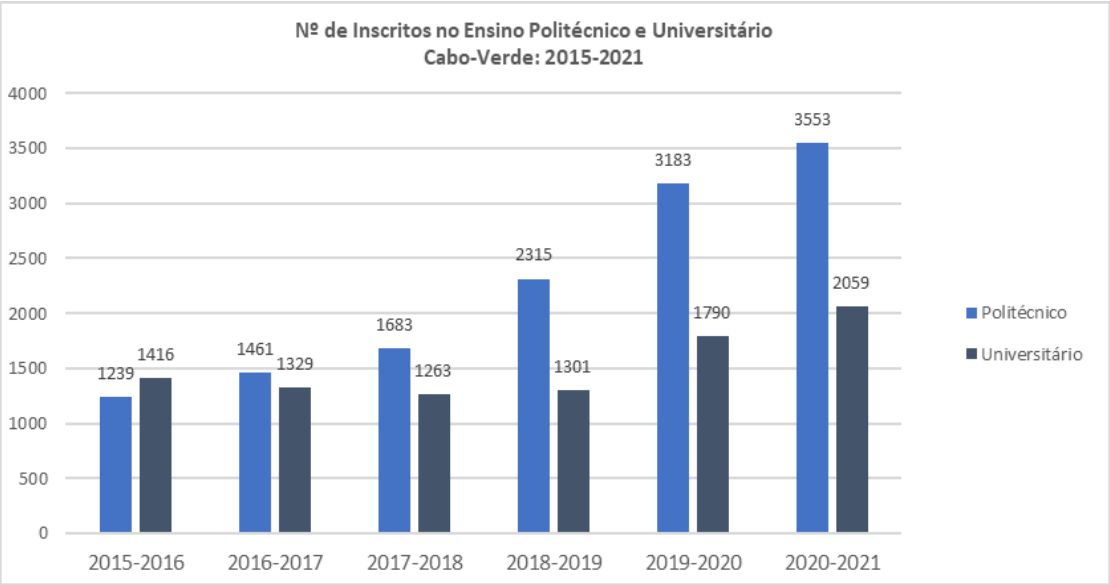

Figura 21 Nº de inscritos cabo-verdianos nas Instituições do Ensino Superior

Os estudantes cabo-verdianos concentram-se mais nos seguintes institutos politécnicos:

Figura 22 Nº de inscritos cabo-verdianos no Ensino Politécnico

As 20 universidades mais procuradas pelos cabo-verdianos são as seguintes:

Figura 23 Nº de inscritos cabo-verdianos no Ensino Universitário

E no que diz respeito às áreas de estudo do curso mais procuradas pelos estudantes de Cabo-Verde em Portugal, os 15 mais requisitados são os seguintes:

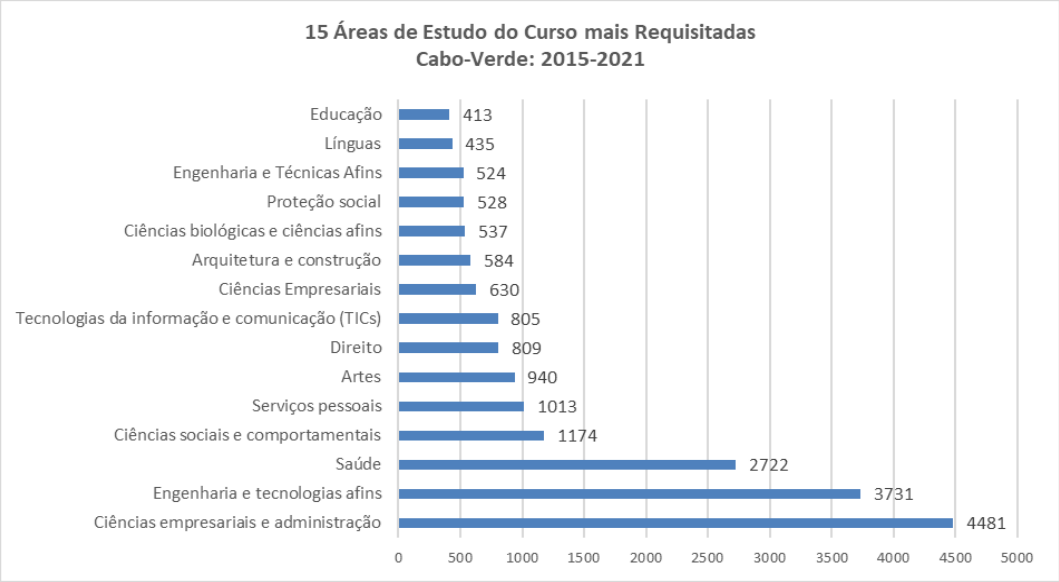

Figura 24 Nº de inscritos cabo-verdianos por área de estudo

Sobre o número de inscritos por ciclos de estudos, entre 2015 e 2021, encontram-se inscritos no curso de doutoramento/3ºciclo, setecentos e trinta e seis (736) estudantes cabo-verdianos, dos quais 432 homens e 304 mulheres, nas seguintes instituições:

Figura 25 Nº de inscritos cabo-verdianos no 3º ciclo (doutoramento)

No mestrado/2ºciclo, estão cinco mil e seiscentos e trinta e quatro (5634) estudantes inscritos, sendo que três mil e noventa e seis são do sexo feminino e dois mil e quinhentos e trinta e oito do sexo masculino (3096 mulheres e 2538 homens).

Figura 26 Nº de inscritos cabo-verdianos no 2º ciclo (mestrado)

No curso de licenciatura/1ºciclo, encontram-se inscritos catorze mil e cinquenta e oito estudantes (14058 = 8070 mulheres e 5988 homens). Em termos de número de estudantes inscritos, o Instituto Politécnico de Bragança lidera a lista dos 15 Institutos Politécnicos mais procurados, ultrapassando em larga escala os outros.

Figura 27 Nº de inscritos cabo-verdianos no 1º ciclo (licenciatura)

Na especialização pós-licenciatura, encontram-se sessenta e dois (62) estudantes inscritos, divididos por 10 IES, representadas no gráfico:

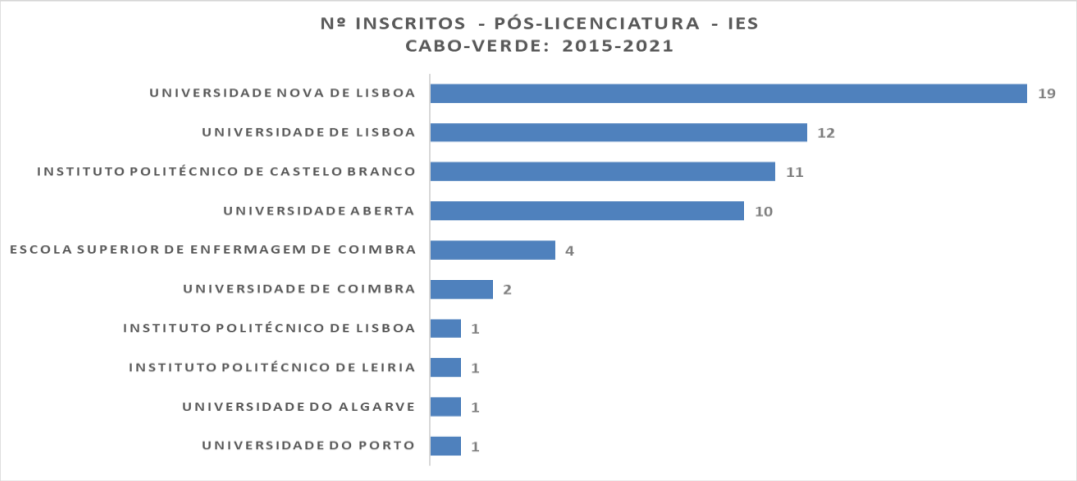

Figura 28 Nº de inscritos cabo-verdianos em Cursos de Especialização Pós-Licenciatura

No curso de especialização tecnológica, estão inscritos treze (13) estudantes cabo-verdianos, nas seguintes instituições:

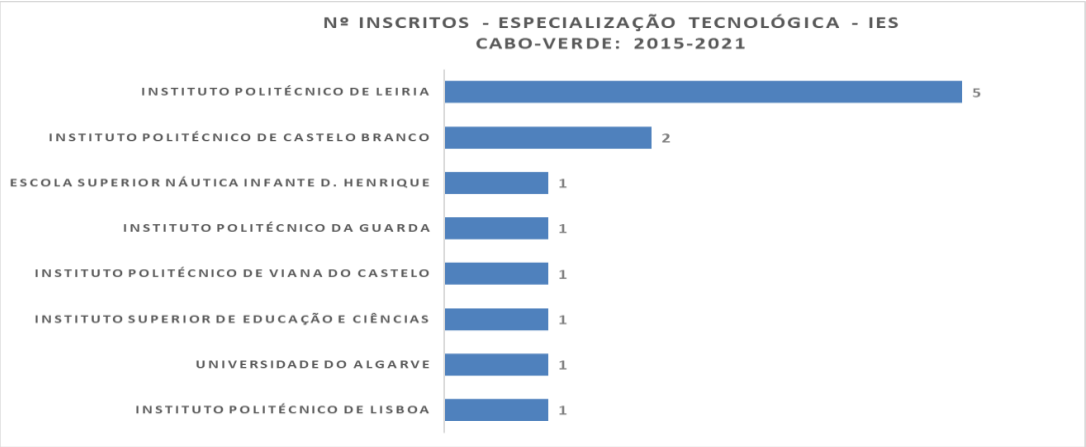

Figura 29 Nº de inscritos cabo-verdianos em Cursos de Especialização Tecnológica

Nos cursos Técnico Superior Profissional, estão inscritos dois mil e oitenta e oito (2088, dos quais 1130 mulheres e 958 homens) estudantes provenientes de Cabo-Verde.

Figura 30 Nº de inscritos cabo-verdianos em Cursos Técnico-Superior Profissionais

Guiné-Bissau: tipo de ensino e principais IES de preferência

Relativamente à Guiné-Bissau, do total de doze mil e trezentos e noventa e três (12393) guineenses inscritos nas IES portuguesas, de 2015 a 2021, mais de metade, sete mil e cento e quarenta e três (7143) está no ensino politécnico e o restante, cinco mil e duzentos e cinquenta (5250), está no ensino universitário, como se pode ver nos gráficos:

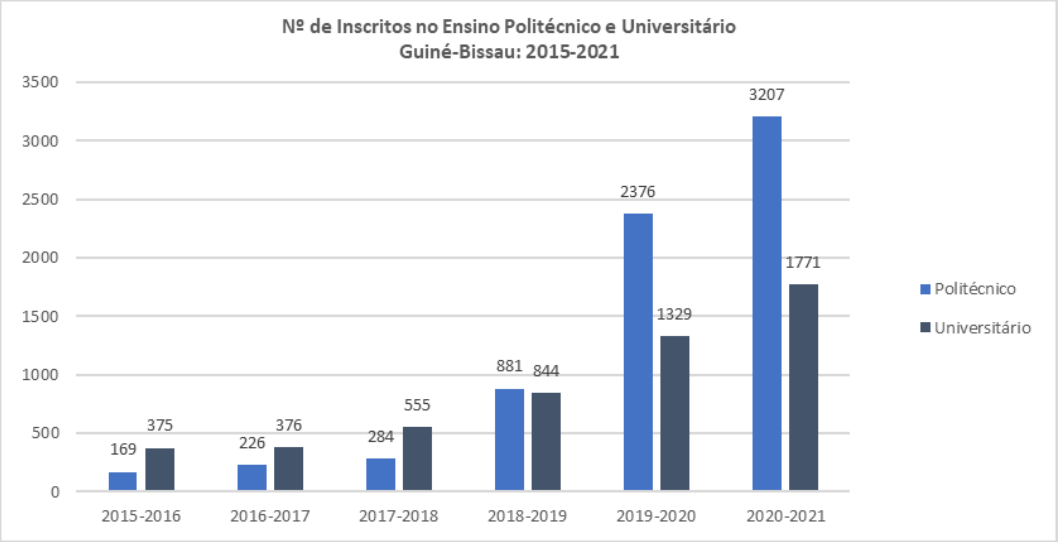

Figura 31 Nº de inscritos bissau-guineenses nas Instituições do Ensino Superior

O Instituto Politécnico de Beja é o favorito dos guineenses. Aqui se encontram novecentos e trinta e seis (936) guineenses inscritos. Os 20 Institutos Politécnicos mais requisitados por guineenses são os seguintes:

Figura 32 Nº de inscritos bissau-guineenses no Ensino Politécnico

As 20 universidades mais procuradas pelos estudantes guineenses, em Portugal são:

Figura 33 Nº de inscritos bissau-guineenses no Ensino Universitário

As 15 áreas de estudo mais requisitadas pelos candidatos guineenses são as seguintes:

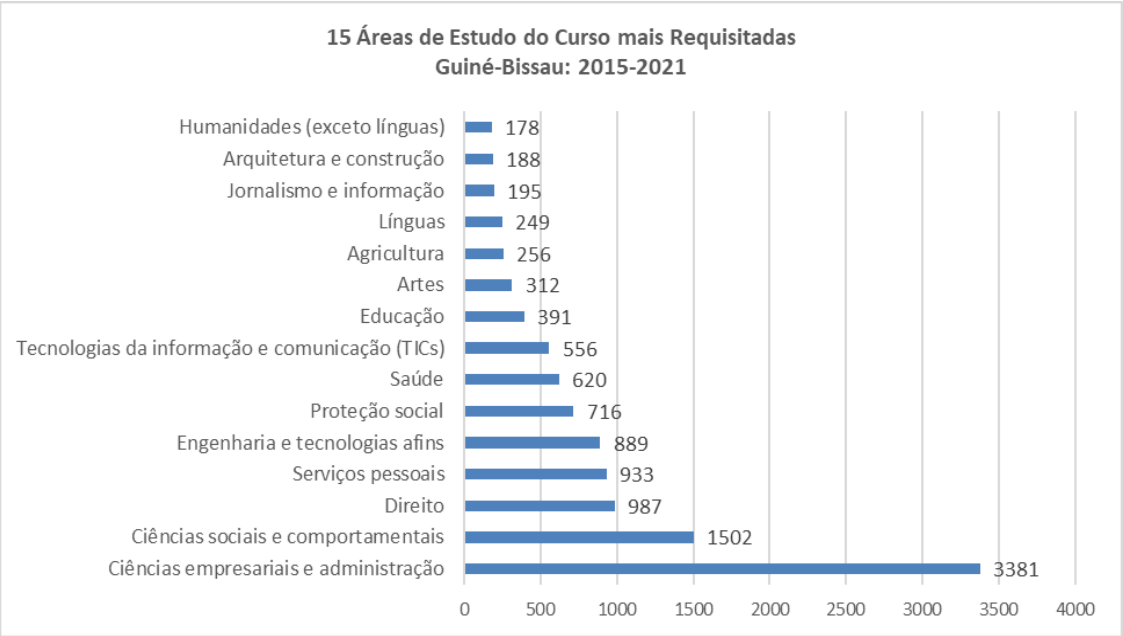

Figura 34 Nº de inscritos bissau-guineenses por área de estudo

No curso de doutoramento, encontram-se inscritos 169 estudantes, espalhados por 12 IES a saber:

Figura 35 Nº de inscritos bissau-guineenses no 3º ciclo (doutoramento)

No curso de mestrado/2ºciclo, existem mil e oitocentos e vinte e dois (1822) estudantes inscritos. A Universidade de Lisboa e o Iscte concorrem, em quase pé de igualdade, no acolhimento de estudantes provenientes da Guiné-Bissau.

Figura 36 Nº de inscritos bissau-guineenses no 2º ciclo (mestrado)

No curso da licenciatura/1ºciclo, encontram-se inscritos oito mil e trinta e três (8033) inscritos, divididos entre ensino universitário e politécnico. A Universidade de Lisboa é quem recebe a maior fatia, ultrapassando com larga margem todas as outras IES.

Figura 37 Nº de inscritos bissau-guineenses no 1º ciclo (licenciatura)

No curso de especialização pós-licenciatura, trinta e cinco (35) guineenses estão inscritos nas seguintes instituições:

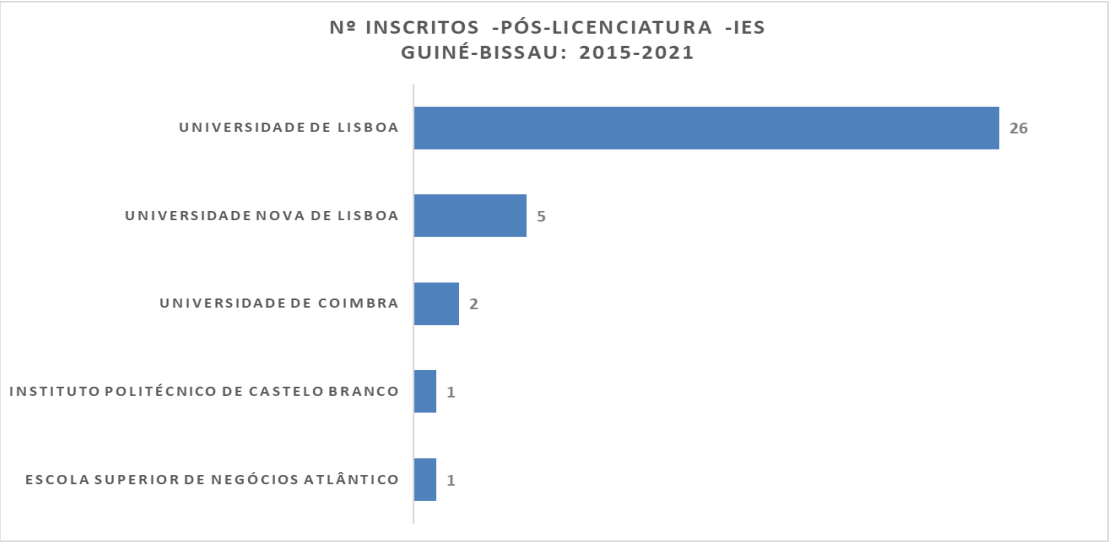

Figura 38 Nº de inscritos bissau-guineenses em cursos pós-licenciatura

Durante os anos letivos 2015 a 2021, o curso de especialização profissional tecnológica registou quatro (4) inscrições de guineenses.

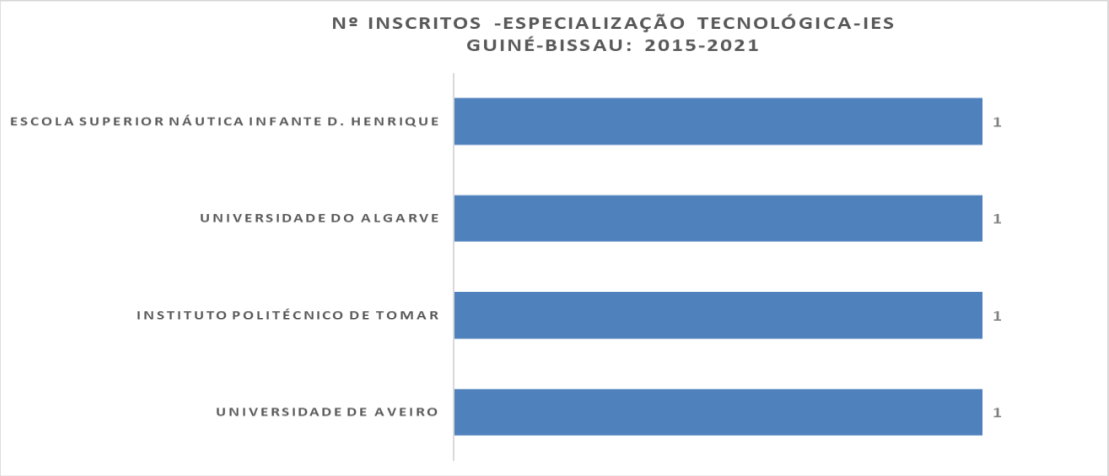

Figura 39 Nº de inscritos bissau-guineenses em Cursos de Especialização Tecnológica

Enquanto isto, no curso técnico superior profissional há registo de dois mil e trezentos e trinta (2330) estudantes guineenses.

Figura 40 Nº de inscritos bissau-guineenses em Cursos Técnico-Profissionais

Moçambique: tipo de ensino e principais IES de preferência

Dos seis mil e quatrocentos e setenta e cinco (6475) estudantes moçambicanos inscritos nas IES portuguesas, cinco mil e trezentos e sessenta e dois (5362) estão no ensino universitário, e mil e cento e treze (1113) estão no politécnico.

Nos últimos dois anos, o quadro relativo ao número de candidatos moçambicanos às IES em Portugal tem registado um notável crescimento.

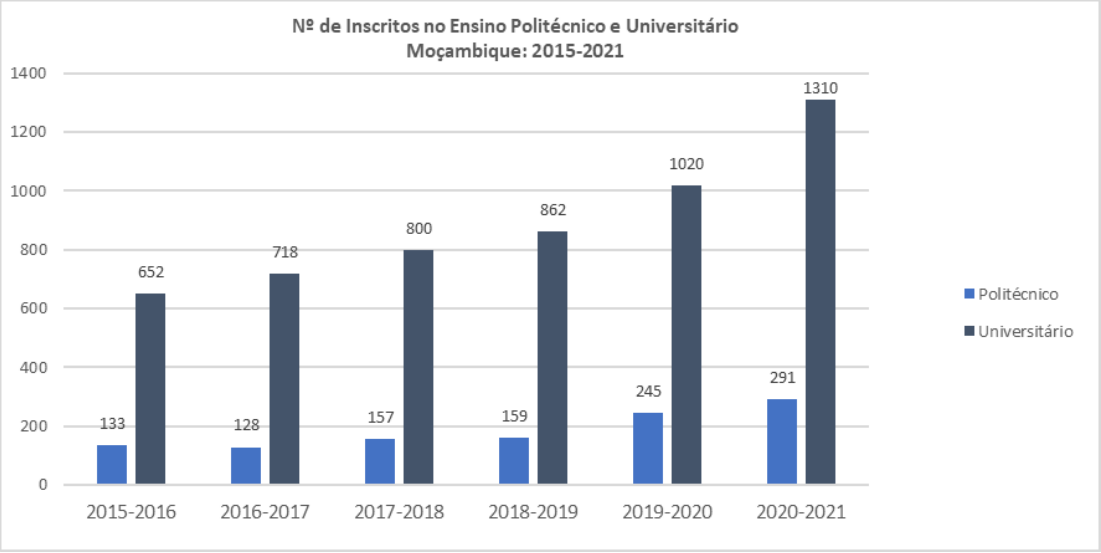

Figura 41 Nº de inscritos moçambicanos nas Instituições do Ensino Superior

Os 20 Institutos Politécnicos mais requisitados pelos moçambicanos em Portugal são:

Figura 42 Nº de inscritos moçambicanos no Ensino Politécnico

Quanto às Universidades, as 20 mais procuradas pelos moçambicanos são as seguintes:

Figura 43 Nº de inscritos moçambicanos no Ensino Politécnico

Ora, no gráfico a seguir, a lista das 15 áreas de estudo do curso mais requisitadas por candidatos moçambicanos, figurando nos 3 primeiros lugares: Ciências empresariais e administração; Ciências sociais e comportamentais; e Engenharia e tecnologias afins.

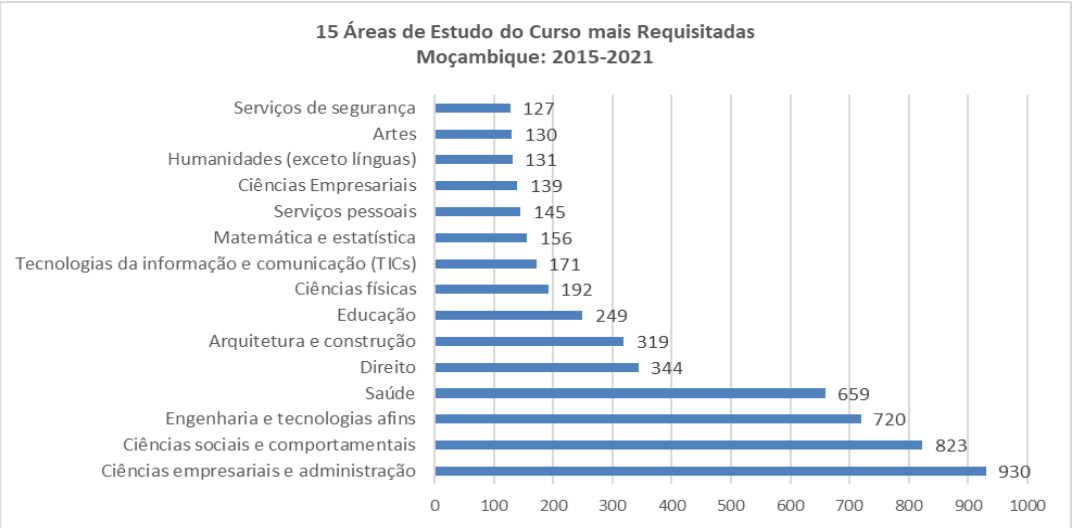

Figura 44 Nº de inscritos moçambicanos por área de estudo

Durante o período de 2015 a 2021, mil e seiscentos e trinta e seis (1636) moçambicanos estão inscritos no curso de doutoramento nas IES portuguesas.

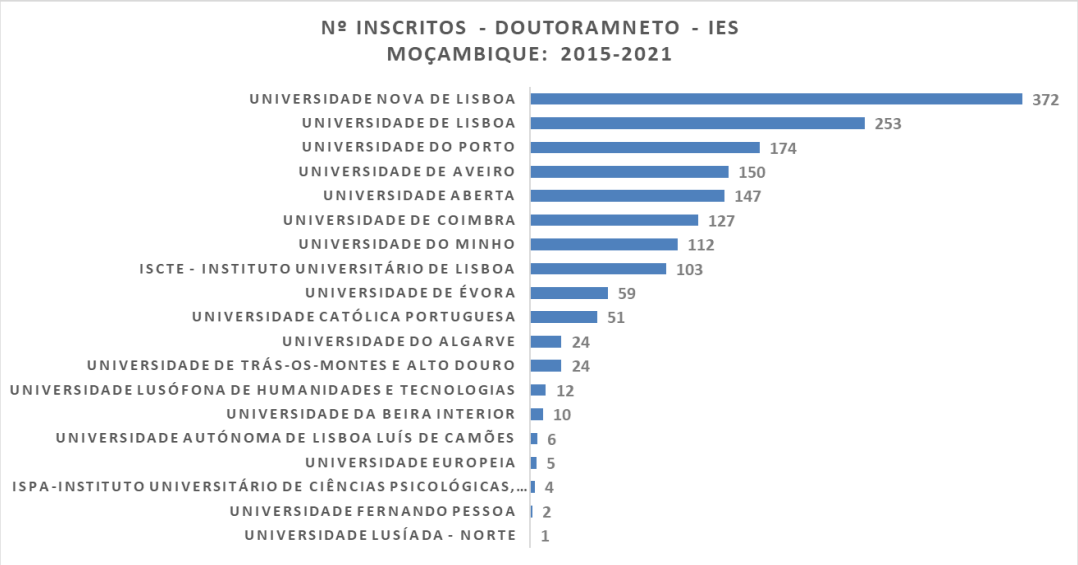

Figura 45 Nº de inscritos moçambicanos no 3º ciclo (doutoramento)

No curso de mestrado/2ºciclo, dois mil e duzentos e setenta e oito (2278) estudantes inscritos estão matriculados.

Figura 46 Nº de inscritos moçambicanos no 2º ciclo (mestrado)

No curso da licenciatura/1ºciclo, estão inscritos dois mil e quatrocentos e quarenta e nove (2449), moçambicanos:

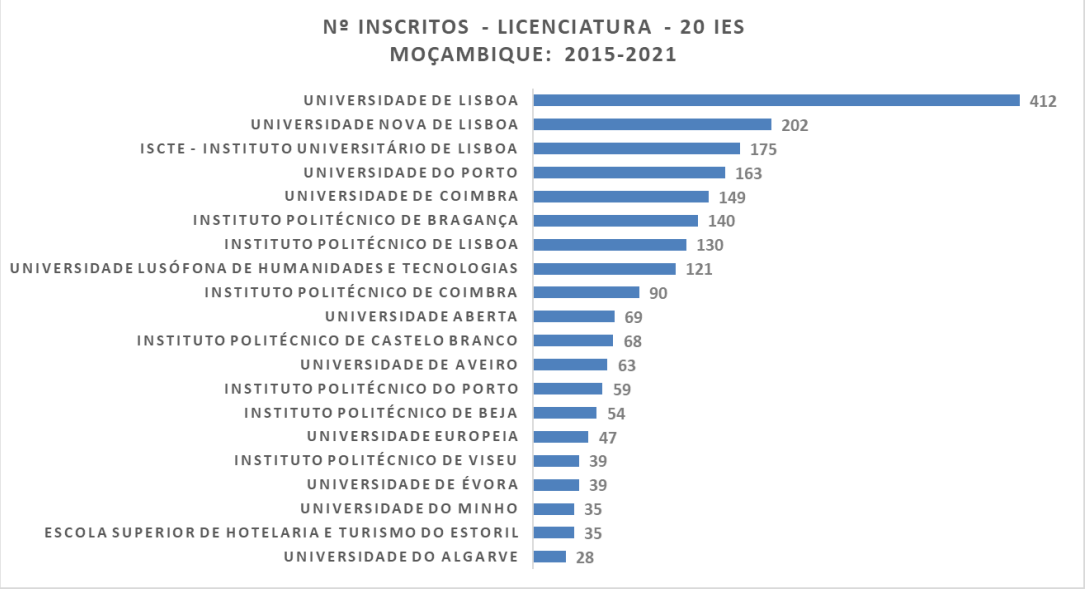

Figura 47 Nº de inscritos moçambicanos no 1º ciclo (licenciatura)

No Curso de Especialização pós-licenciatura, estão inscritos trinta e nove (39) estudantes moçambicanos inscritos:

Figura 48 Nº de inscritos moçambicanos em Cursos pós-licenciatura

No Curso de Especialização Tecnológica Moçambique conta apenas com um (1) inscrito. No Curso Técnico Superior Profissional, conta com setenta e dois (72) estudantes inscritos.

Figura 49 Nº de inscritos moçambicanos em Cursos Técnico-Superior Profissionais

São-Tomé e Príncipe: tipo de ensino e principais IES de preferência

Quanto ao São-Tomé e Príncipe, no universo de seis mil e setecentos e oitenta e seis (6786) candidatos inscritos nas IES portuguesas, quatro mil e duzentos e cinquenta e quatro (4254) encontram-se no ensino politécnico e dois mil e quinhentos e trinta e dois ((2532) no universitário. Pelos gráficos, em baixo, fica evidente que a maioria de santomenses procura o ensino politécnico. Em termos de evolução de candidatos por ano, a tendência parece regular. A média dos inscritos, ao longo dos 6 anos, tem sofrido apenas ligeiras oscilações.

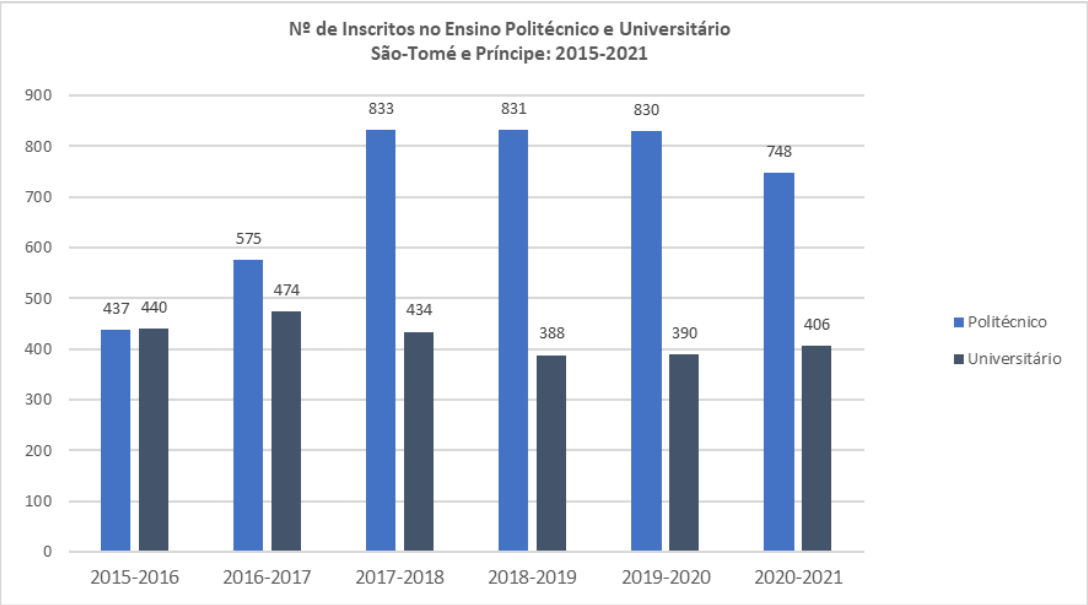

Figura 50 Nº de inscritos são-tomenses nas Instituições do Ensino Superior

Eis os 20 politécnicos onde se encontram mais estudantes santomenses inscritos em Portugal:

Figura 51 Nº de inscritos são-tomenses no Ensino Politécnico

No que diz respeito às instituições do ensino universitário, os santomenses encontram-se nas 20 principais:

Figura 52 Nº de inscritos são-tomenses no Ensino Universitário

Quanto às áreas de estudo do curso mais procuradas, os santomenses têm mais preferências por as 15 que se apresentam:

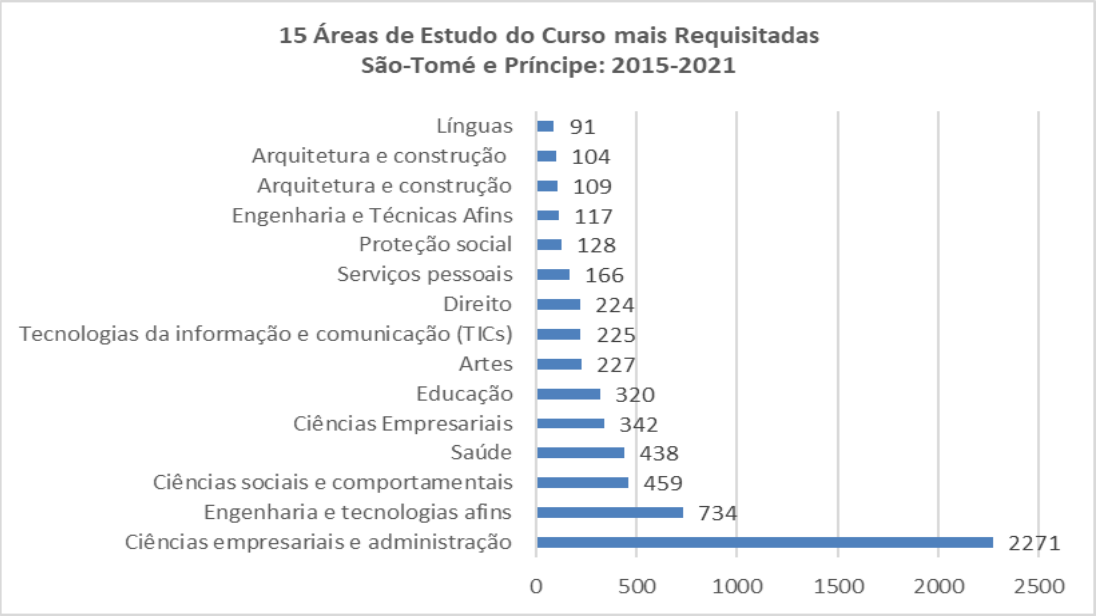

Figura 53 Nº de inscritos são-tomenses por área de estudo

No que diz respeito ao número de candidatos por ciclo de estudos, o curso de doutoramento/3ºciclo, conta com duzentos e quarenta e oito (248) estudantes inscritos, (180 homens e 68 mulheres). A Universidade de Évora é instituição que acolhe mais inscritos no doutoramento.

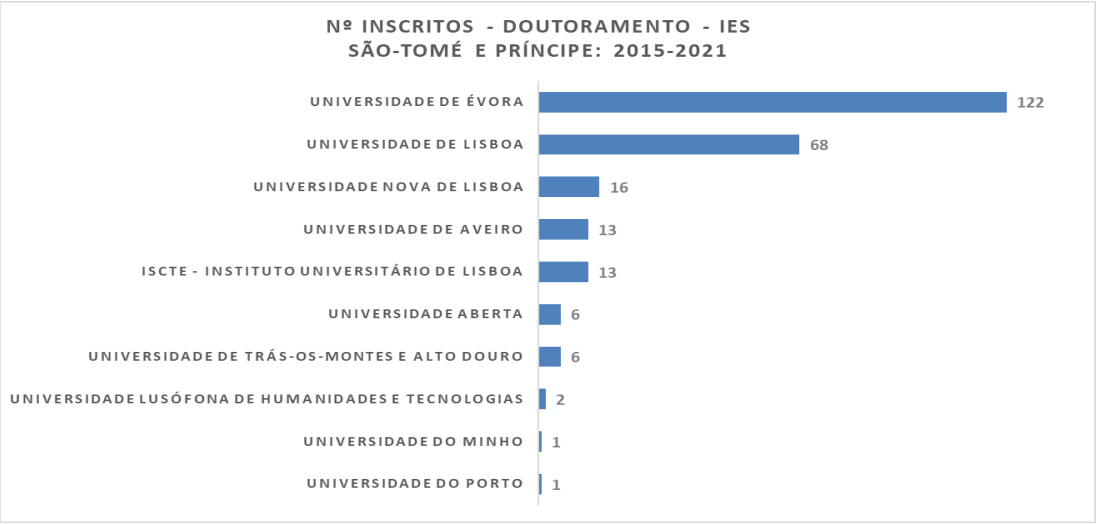

Figura 54 Nº de inscritos são-tomenses no 3º ciclo (doutoramento)

O curso de mestrado/2ºciclo conta com mil e quatrocentos e vinte e nove (1429) estudantes inscritos. Das 22 IES onde se encontram inscritos santomenses no mestrado, o gráfico representa as 20 principais:

Figura 55 Nº de inscritos são-tomenses no 2º ciclo (mestrado)

O curso de licenciatura/1ºciclo regista uma soma de santomenses, concentrados nas 20 principais IES:

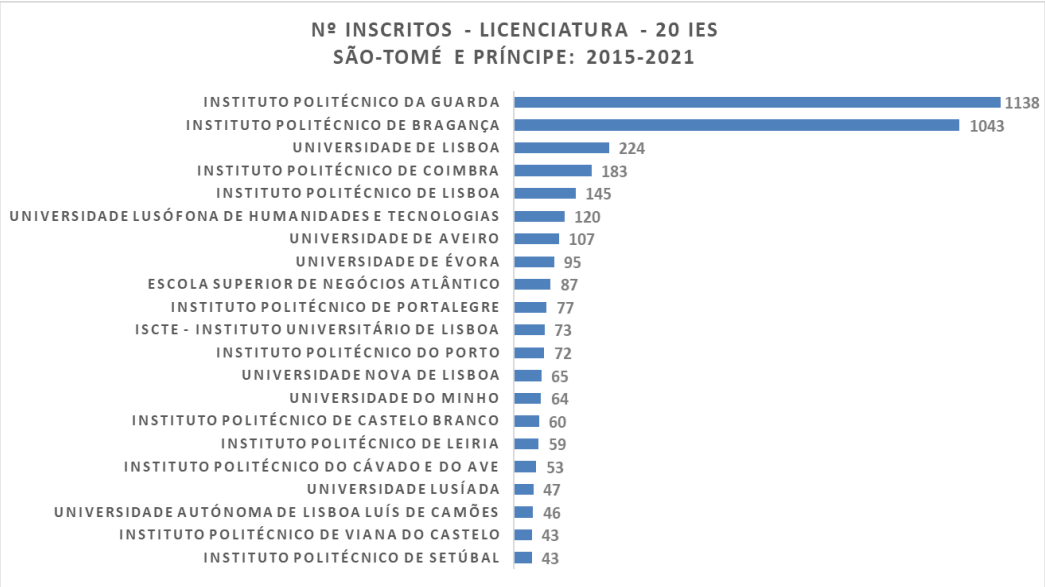

Figura 56 Nº de inscritos são-tomenses no 1º ciclo (licenciatura)

No curso de especialização pós-licenciatura, encontram-se inscritos quarenta e quatro (44) estudantes santomenses inscritos, repartidos por seguintes IES:

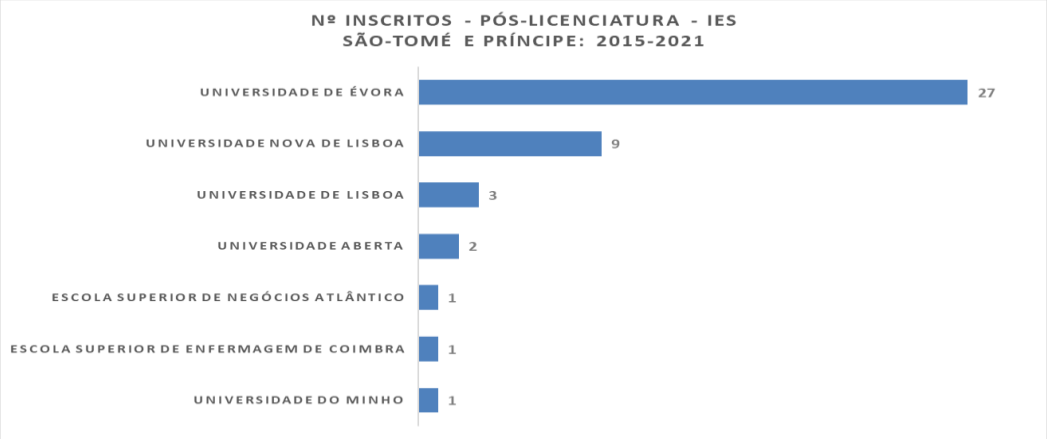

Figura 57 Nº de inscritos são-tomenses em cursos pós-licenciatura

No Curso de Especialização Tecnológica, encontram-se inscritos dezasseis (16) estudantes santomenses, repartidos por seguintes IES:

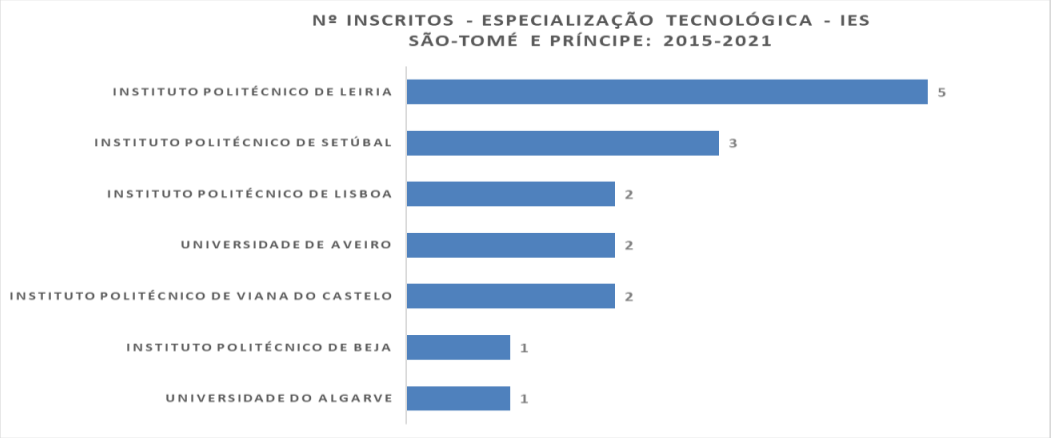

Figura 58 Nº de inscritos são-tomenses em Cursos de Especialização Tecnológica

O Curso Superior Técnico Profissional recebe setecentos e dez (710) estudantes inscritos. Grande parte concentra-se na Escola Superior de Negócios Atlântico.

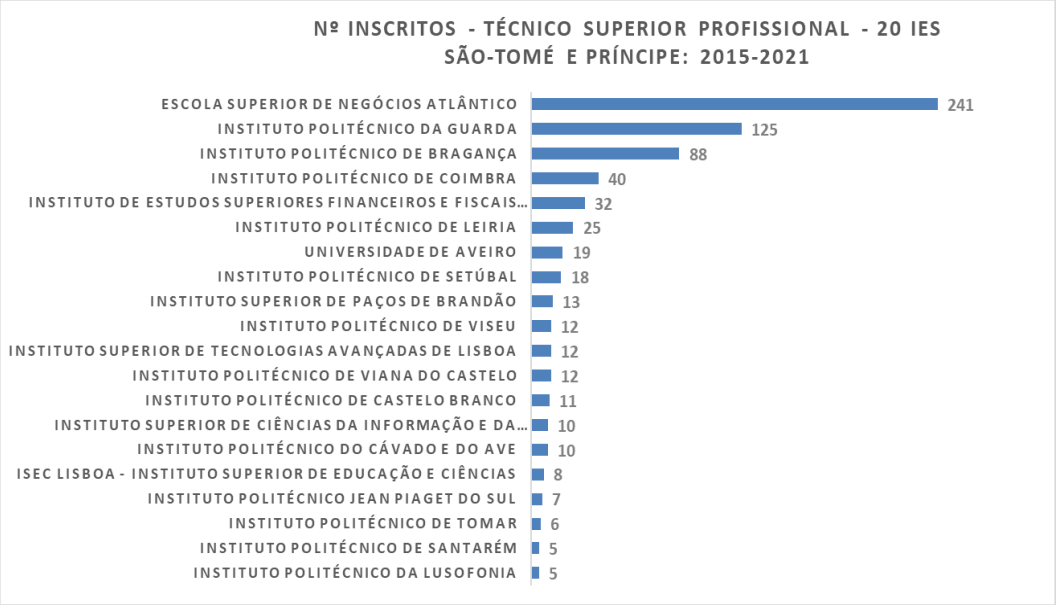

Figura 59 Nº de inscritos são-tomenses em Cursos Técnico-Superior Profissionais

De assinalar que não se encontra nenhum estudante santomense inscrito no curso de especialização pós-bacharelato.

Considerações finais

Pode-se observar que a mobilidade de estudantes dos PALOP para Portugal, nos últimos 6 anos letivos, de 2015 a 2021, tem evoluído notavelmente. A Guiné-Bissau é a nacionalidade que tem registado o maior salto, de 839 estudantes inscritos, no ano letivo 2017-2018, para 4978, no ano letivo 2020-2021, representando um aumento de 600% neste curto período – e superior a 900% no período de referência entre 2015 e 2021.

Assinala-se que Angola, seguida de Cabo-Verde e Guiné-Bissau, regista o maior número de ingresso nas Instituições do Ensino Superior em Portugal. São-Tomé e Príncipe e Moçambique, com quase a mesma média de inscritos, figuram em quarta e quinta posição, respetivamente. Todos os países analisados apresentam mais inscritos nos cursos de licenciatura, depois nos de mestrado. Angola e Moçambique sobressaem por terem poucas inscrições nos cursos pré-licenciaturas e elevadas no ensino pós-graduado de mestrado e doutoramento.

No que diz respeito à natureza das IES, nota-se grande preferência dos estudantes dos PALOP pelos politécnicos, à exceção dos estudantes de Angola. Em parte, a preferência pelo politécnico pode-se justificar pela existência dos cursos TESP, pela vigência de protocolos específicos / regimes especiais e pelo menor valor das propinas.

Quanto aos cursos pré-licenciatura, que aparentam um acelerado ritmo de crescimento, sobretudo a partir do ano letivo 2018-2019, continuam a apresentar uma taxa inferior de inscrições, quando comparado com o curso de licenciatura, mestrado e doutoramento.

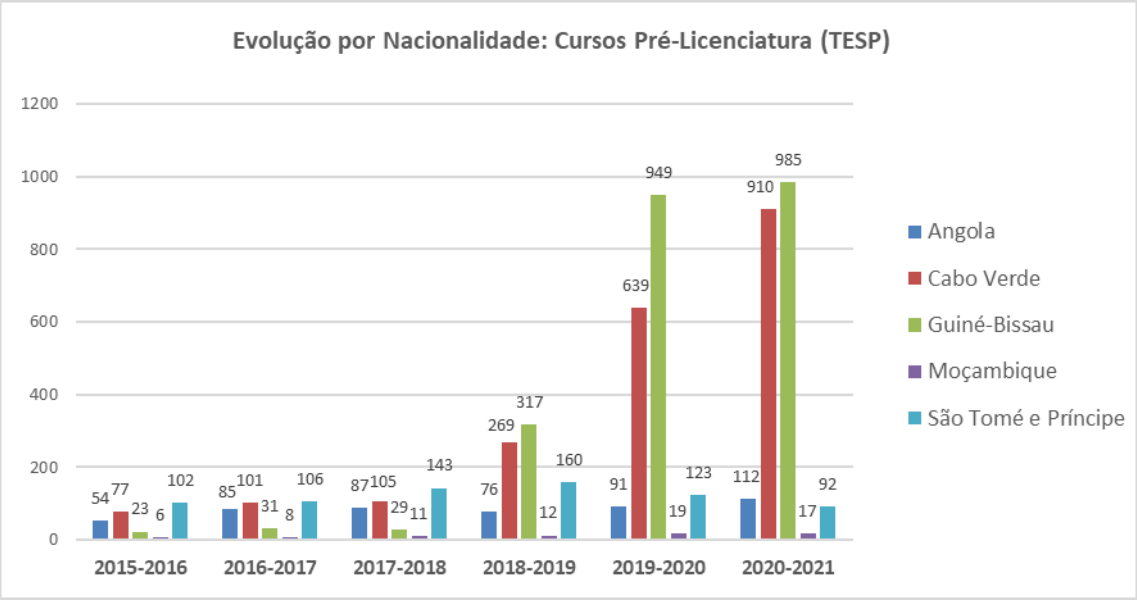

Figura 60 Nº de estudantes em cursos TESP por nacionalidade 2015-2021

De todas as nacionalidades, Moçambique é a que menos procura por este tipo de ensino e a Guiné-Bissau é a que mais o procura. Aliás, a par de Cabo-Verde, os estudantes da Guiné-Bissau estão mais representados no ensino politécnico. O Instituto Politécnico de Bragança tem sido a escolha preferida dos PALOP, principalmente de cabo-verdianos. Do universo total de cabo-verdianos inscritos em todos politécnicos, o Instituto Politécnico de Bragança, só em si, tem acolhido cinco mil e trezentos e sessenta e um (5361) estudantes.

Por ser o principal destinado dos PALOP, destacamos os 3 Institutos Politécnicos mais procurados por cada nacionalidade:

- ✓ **Cabo-Verde**: Instituto Politécnico de Bragança (5361), Instituto Politécnico de Lisboa (1612) e Instituo Politécnico de Castelo Branco (1096);
- ✓ **Angola**: Instituto Politécnico de Setúbal (1151), Instituto Politécnico de Lisboa (559) e Instituto Politécnico de Bragança (492);
- ✓ **Guiné-Bissau**: Instituto Politécnico de Beja (569), Instituto Politécnico de Castelo Branco (481) e Instituto Politécnico de Bragança (431);
- ✓ **Moçambique**: Instituto Politécnico de Bragança (93), Instituto Politécnico de Lisboa (73) e Instituto Politécnico de Coimbra (56);
- ✓ **São Tomé e Príncipe**: Instituto Politécnico de Guarda (1305), Instituto Politécnico de Bragança (1166) e Escola Superior de Negócios Atlântico (329).

Relativamente às áreas científicas preferidas, "ciências empresariais e administração" é o primeiro curso de preferência para todos os estudantes de todas as nacionalidades. Significa isto que, em termos de mercado laboral local, esta área oferece maiores possibilidades de emprego?

O número de mulheres e homens inscritos é equilibrado para todos os PALOP, com a exceção da Guiné-Bissau, onde a assimetria entre números de homens e de mulheres inscritos é acentuada.

São-Tomé e Príncipe é o país em que este equilíbrio é mais visível. Cabo-Verde apresenta mais mulheres inscritas do que homens em todos os ciclos de estudos.
É também de assinalar o elevado número de estudantes de Cabo Verde nas IES portuguesas relativamente ao seu quadro demográfico, comparando com os restantes PALOP.

Estudo de um caso: Iscte

Os dados sobre o Iscte são reveladores das preferências dos estudantes dos PALOP. Nesta IES sobressaem os alunos da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de Angola.

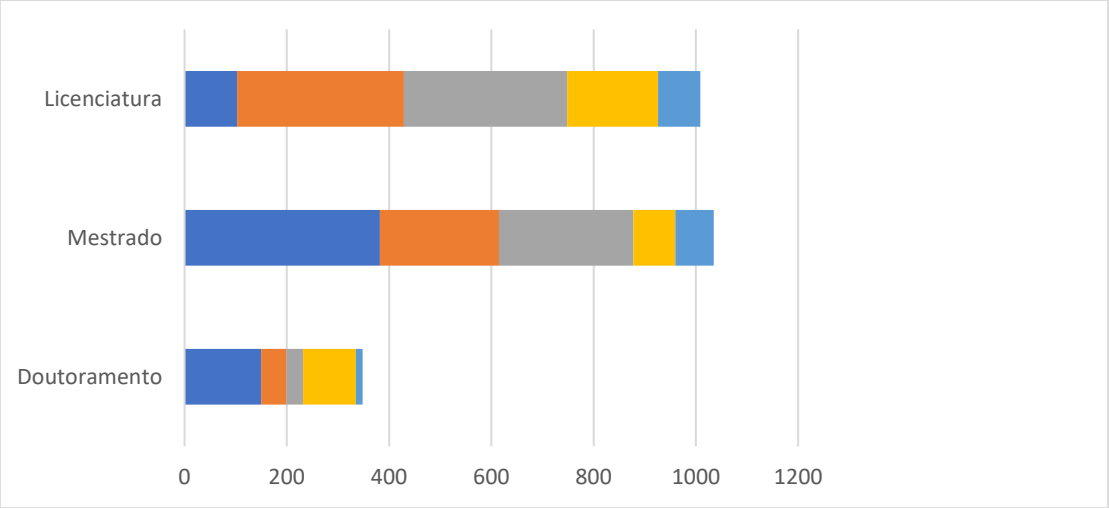

Figura 61 Nº de alunos do Iscte por ciclo de estudos

Os estudantes angolanos são 383 em mestrado (6ª IES mais procurada), 150 em doutoramento (8ª IES mais procurada), e não se encontra entre as 15 IES mais procuradas pelos alunos de licenciatura. Com 635 alunos, o Iscte é a 11ª IES mais procurada por estes estudantes.

Da Guiné-Bissau estavam inscritos, no período em apreço, 319 alunos em licenciatura (9ª IES mais procurada), 263 em mestrado (2ª IES mais procurada, quase *ex-aqueo* com a Universidade de Lisboa com 264) e 33 em doutoramento (2ª IES mais procurada). Com 615 alunos provenientes deste país, o Iscte é a segunda universidade mais procurada por estes estudantes, apesar de muito longe da Universidade de Lisboa onde se encontram 1665 estudantes no mesmo período.

De Cabo Verde inscreveram-se no Iscte 280 alunos em licenciatura (13ª IES mais procurada), 279 em mestrado (9ª IES mais procurada), e 49 em doutoramento (7ª IES mais procurada), sendo o Iscte a 4ª IES mais procurada por estes estudantes (608 alunos no total).

A presença de São Tomé e Príncipe é reduzida, com 73 alunos inscritos em licenciatura (11ª IES mais procurada), 85 em mestrado (3ª IES mais procurada) e 13 em doutoramento (4ª IES mais procurada) no período em apreço.

Moçambique tem uma muito baixa representação, com 175 inscritos em licenciatura (3ª IES), 83 em mestrado (9ª IES) e sem alunos de doutoramento.

2.Acolhimento Institucional

Foram selecionadas 20 Instituições do Ensino Superior onde se inscreveram um número maior de estudantes dos PALOP, ao abrigo da alínea D do regime especial ou como estudante internacional, nos diferentes níveis de ensino. Procedeu-se a uma apresentação do estudo por e-mail e foi pedida uma entrevista, presencial ou por Zoom, com os responsáveis das instituições ligados à inserção dos estudantes dos PALOP. Embora a maioria das IES tenham sido entrevistadas por Zoom, as instituições proponentes (Iscte e IP Leiria), a Universidade Lusófona e a Universidade Autónoma Luís de Camões foram entrevistadas presencialmente. Algumas instituições não responderam aos pedidos de entrevista, incluindo-se aqui a Universidade de Coimbra, a Universidade Católica, Universidade do Minho, a Universidade Aberta e o Instituto Politécnico de Setúbal. No caso das IES com diferentes escolas com administrações descentralizadas procurou-se entrevistar as escolas mais representativas, como foi o caso da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Instituição	N° de estudantes PALOP
IP. Bragança	7839
U. Lisboa	6969
U. Lusófona	3757
U. Nova de Lisboa	3302
IP. Guarda	2707
U. Évora	2678
IP. Lisboa	2502
U. Beira Interior	2473
Iscte	2392
U. Coimbra	2333
U. Porto	2187
U. Autónoma	2113
IP Castelo Branco	2007
U. Aveiro	1931
U. Católica	1851
IP. Beja	1839
IP. Setúbal	1851
U. Minho	1782
IP Coimbra	1691
U. Aberta	1418

Figura 62 Instituições do Ensino Superior Entrevistadas com maior número de estudantes dos PALOP

Todas as entrevistas obedeceram a um mesmo guião, do qual os entrevistados foram previamente informados. Em dois casos, na Universidade de Évora e no Instituto Politécnico de Lisboa, os

entrevistados, depois de uma conversa prévia, optaram por responder diretamente às questões do guião. Assinale-se que algumas instituições tinham já realizado estudos próprios sobre os estudantes internacionais em geral, ou sobre os estudantes dos PALOP no quadro dos estudantes dos PALOP. A Universidade Lusófona e a Universidade de Aveiro partilharam estes estudos com a equipa de avaliação. O guião de entrevista baseava-se num conjunto de questões organizadas segundo os grandes tópicos identificados anteriormente. Este guião foi ensaiado com os responsáveis académicos das instituições proponentes, o que permitiu afinar as questões e a abordagem.

O guião de entrevista (em anexo) abarcou os seguintes elementos:

- Qual a estratégia da instituição para com os estudantes dos PALOP?
- Qual o perfil dos estudantes dos PALOP presentes? São maioritariamente estudantes de graduação ou de pós-graduação? São estudantes que vêm pelo regime especial ou como estudantes internacionais ou ambos?
- Existem regulamentos específicos para acomodar estes estudantes (por ex., cobrarem as mesmas propinas que os estudantes internacionais; procurarem não penalizar os estudantes que chegam apenas no segundo semestre permitindo uma inscrição em tempo parcial)
- Quais as principais dificuldades identificadas na integração dos estudantes dos PALOP?
- São promovidas ações para a integração dos estudantes dos PALOP? Existem programas de receção e apoio aos estudantes dos PALOP?
- São procurados os atores externos que promovem a integração destes estudantes?

No quadro seguinte é apresentado um resumo das respostas obtidas nas entrevistas realizadas

Síntese das Entrevistas

Questões	IP Bragança	U Lisboa (FLUL)	U Lusófona	U Nova Lisboa	IP Guarda	U Evora	IP Lisboa	Iscte-IUL	U Porto	U Autónoma	IP C.Branco	U Aveiro	IP Beja	IP Coimbra
Estratégia	P	R	P	R/P	P	P	R	R	R	P	P	P	P	R
Identificação	RE+I	RE+I	I	I	RE+I	RE+I	RE+I	RE+I	RE+I	I	RE+I	RE+I	RE+I	RE+I
Regulamento	N	N	S	N	S	S	N	S	N	S	S	N	S	N
Problema	C+E	C+E	C	C	C+E	C+E	C+E	C+E	C+E	C	C+E	C+E	C+E	C+E
Receção e apoio	+	0	+	0	+	+	0	+	0	+	+	+	+	0
Inserção	+				+	+					+	+	+	
Relação com outros atores	+		+		+	+				+	+	+	+	

Figura 63 Síntese das entrevistas

Legenda
P e R: Pró-ativas e Reativas
RE e I: Regime Especial e Estudantes Internacionais
N e S: Não e Sim
C: Competências académicas
E: Capacidade Económica

A análise das entrevistas seguiu os pontos do guião de entrevista, agrupados pelos tópicos principais, a saber Estratégia da instituição para promover, ou não, a vinda de estudantes dos PALOP; as formas de acesso, identificação e contato com os estudantes dos PALOP; existência de regulamentos específicos para os estudantes dos PALOP; necessidades específicas dos estudantes dos PALOP e resposta institucional; exemplos de boas práticas.

Estratégia

Distinguiram-se, nas entrevistas, duas atuações face ao ingresso dos estudantes dos PALOP, uma mais passiva e outra pró-ativa. No primeiro caso consideramos todas as IES que não procuraram ativamente atrair estudantes dos PALOP, enquanto no segundo foram incluídas as IES que seguiram uma estratégia de divulgação das instituições junto destes estudantes. De um modo geral, podemos dizer que as instituições públicas situadas no litoral do país ou em zonas de maior densidade populacional, como Lisboa e Porto, têm-se adaptado à procura crescente por parte destes estudantes, mas não procuraram necessariamente aumentar o seu fluxo. Pelo contrário, várias instituições do interior do país promoveram programas para atrair os estudantes

internacionais, onde se integram os estudantes dos PALOP, e reconhecem que esta é uma "estratégia para encher os cursos" (IP Castelo Branco).

O caso mais bem-sucedido de atração destes estudantes é o Instituto Politécnico de Bragança que, com um total de 7.839 estudantes para o período considerado, se situa à frente de todas as IES nacionais. Os responsáveis deste instituto reportaram que, desde 2006, foi estabelecido um programa de internacionalização que visou atrair estudantes permanentes de vários países. É de realçar que este programa é independente dos acordos Erasmus que se destinam aos estudantes da mobilidade, também investidos pela instituição. O crescimento dos estudantes internacionais tem sido exponencial, com particular relevo para os estudantes do Brasil, situação comum a todas as IES, sendo que estes representarem a maioria dos estudantes internacionais no país. No contexto dos PALOP procuraram uma aproximação a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe, inicialmente baseada nos acordos entre municípios.

Outras universidades desenvolveram projetos específicos com determinados países, como sejam: a universidade de Évora, com projetos direcionados a Cabo Verde e a São Tomé e Príncipe; a Universidade da Beira Interior, instituição que cresceu 3% nos últimos 10 anos em grande parte graças aos estudantes internacionais e que possui uma parceria desde os anos 1990 com o Instituto de Bolsas de Angola, estabelecida através dos contatos de um pró-reitor; os Institutos Politécnicos da Guarda e de Castelo Branco, com programas de aproximação aos governos dos PALOP com destaque para a Guiné-Bissau (IPG) e São Tomé e Príncipe; o Instituto Politécnico de Beja, que seguiu a mesma estratégia nos últimos anos e tem hoje uma importante comunidade dos PALOP com destaque para os originários da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, além de um acordo com o governo de Moçambique. No IP Castelo Branco desenvolvem programas próprios que permitem garantir que os cursos podem ser do interesse do país em causa - por exemplo, nos CTESP para São Tomé e Príncipe - e que os alunos regressam ao país de origem: podem obter uma bolsa, mas só recebem o diploma depois de regressarem.

As universidades de Lisboa, Porto e Aveiro, os institutos politécnicos de Lisboa, Coimbra e Leiria, não identificaram programas de aproximação ou parcerias específicas com os estados dos PALOP. Destaca-se o caso da Universidade Nova de Lisboa, onde foram desenvolvidos dois projetos de formação de staff com os PALOP que permitiram uma aproximação com as instituições universitárias. A situação das instituições públicas contrasta com o caso das universidades privadas. Tanto a Universidade Lusófona como a Universidade Autónoma de Lisboa reportaram ter parcerias de mais de uma década com alguns dos PALOP que facilitaram o seu acesso à instituição. No primeiro caso, a ULHT recebe 10% dos seus alunos dos países membros da CPLP. Além disso, tem um envolvimento próximo com a organização multilateral que une todos estes países, sendo um observador da CPLP. Entre os estudantes dos PALOP

destacam-se os de Angola, de Cabo Verde e da Guiné-Bissau. Note-se que esta universidade se insere num grupo empresarial com delegações/instituições de ensino superior tanto em Angola como na Guiné-Bissau, facilitando o contato com alunos destes países. No caso da Universidade Autónoma, um vice-reitor estabeleceu desde há três décadas uma parceria com a empresa angolana SONANGOL visando a formação dos seus quadros. Desde então, a UAL tem desenvolvido uma política voltada para os alunos dos PALOP, em particular de Angola, que representa o país de origem da sua maior comunidade.

Verificamos que tanto as universidades privadas, como as instituições do interior do país, têm desenvolvido políticas específicas de captação de alunos dos PALOP, com resultados muito positivos que permitem ultrapassar as variações e limitações do número de estudantes nacionais.

Identificação dos estudantes

Conforme foi verificado anteriormente, os alunos dos PALOP, estão presentes, em primeiro lugar nas licenciaturas, seguidas dos mestrados e dos doutoramentos. De forma residual encontram-se também nos CTESP e nas pós-graduações. Para acesso às licenciaturas podem chegar através do Regime Especial alínea D, ou com o estatuto de estudante internacional. Ao nível do segundo e terceiro ciclo, todos os alunos ingressam como estudantes internacionais.

O concurso para o Regime Especial alínea D é realizado pelo estudante no site da DGES e, segundo o regulamento, destina-se a estudantes bolseiros, embora esta situação possa ser ultrapassada ou não comprovada em determinadas situações, nomeadamente para os estudantes da Guiné-Bissau que apenas têm de apresentar um tutor que se responsabilize pelas suas despesas. O aluno internacional, por seu turno, candidata-se e inscreve-se segundo as regras internas da instituição.

Todas as instituições testemunharam que uma parte dos alunos dos PALOP, sobretudo os inscritos em cursos de primeiro ciclo e que chegam pelo regime especial alínea D, não chegam a comparecer na instituição. Em muitos casos apenas o fazem para pagar as propinas e receberem o certificado respetivo, o qual é necessário para obterem o visto de residente junto dos Serviços de Estrangeiros e Fronteiras. Algumas instituições referiram que este problema se faz sobretudo sentir entre os alunos que chegam pelo Regime Especial alínea D (UA, UBI, FLUL) e identificaram o contingente de alunos oriundos da Guiné-Bissau como os que apresentam maior taxa de não-comparência ou desistência (U Aveiro, IP Guarda, IP Beja). As instituições não conseguem contatar diretamente os estudantes que chegam pelo Regime Especial alínea D por não possuírem os seus dados completos. A inscrição no curso pode ser feita por um tutor, tendo

sido relatados casos em que uma mesma pessoa inscreve diversos estudantes dando a mesma morada e endereço email, o que impede a relação direta com o estudante.

Relativamente aos alunos do contingente internacional, abarcando os três ciclos de estudos, o problema da não comparência levanta-se, sobretudo, ao nível do primeiro ciclo. Contudo, estes alunos candidatam-se diretamente junto das instituições, e estas podem implementar políticas para facilitar o seu acesso ou selecionar os estudantes. Algumas IES recebem um elevado número de estudantes internacionais PALOP nos segundo e terceiro ciclos, destacando-se o caso do Iscte e da UBI, que têm mais estudantes PALOP de mestrado do que de licenciatura. Note-se que algumas IES, com destaque para a UBI e a Universidade de Aveiro, têm neste momento contingentes mais elevados de estudantes internacionais (inclui PALOP) no segundo e terceiro ciclos do que no primeiro: a primeira destas universidades reporta 10% de Estudantes Internacionais no 1º ciclo, 36% no segundo ciclo e 37% no 3º ciclo.

Diversas IES reconhecem que muitos alunos que chegam, sobretudo, pelo regime especial alínea D, se destinam ao mercado de trabalho. Esta situação foi reportada por todos os entrevistados com exceção das instituições privadas e salientada pelos Institutos Politécnicos de Coimbra, Guarda, Beja e Leiria, pelo Iscte e pela FLUL. Este grupo, identificado pelo número de alunos que não comparecem nas aulas embora paguem as propinas, com a finalidade de obterem um certificado de residência, diferencia-se do elevado número de alunos que são obrigados a trabalhar para cobrirem as suas despesas, e que continuam a frequentar o ensino. Todas as IES que reportaram estes casos descritos como "estudantes-fantasma" consideraram que são sobretudo os alunos da Guiné-Bissau, seguidos pelos de São Tomé e Príncipe, que se encontram nesta situação.

Resposta das instituições às necessidades dos estudantes dos PALOP

As principais necessidades identificadas pelas instituições relativamente aos estudantes PALOP são as seguintes: dificuldades académicas, problemas financeiros e dificuldade de inserção, quer académica, quer social.

As dificuldades académicas foram reportadas por todas as instituições entrevistadas, relativamente aos alunos do primeiro ciclo. Note-se que os contingentes de alunos PALOP são muito diversificados, podendo provir de países com exames nacionais (Cabo Verde) ou não (Guiné-Bissau), de sistemas de ensino secundário próximos da realidade portuguesa ou com níveis de exigência muito diferentes, de escolas privadas ou públicas nos seus países de origem. A este problema acresce capacidade de expressão e compreensão da língua portuguesa, sobretudo no caso da Guiné-Bissau, onde a língua nacional de contato é o crioulo. As instituições têm

reagido de forma diversa a estas situações, bem como aos diferentes problemas reportados pelos estudantes, enunciados em baixo.

Na entrada no ensino, várias IES optam por realizar exames internos de acesso apenas para os alunos internacionais que provêm de países sem exames nacionais (note-se que esta norma é para todos os alunos internacionais e não apenas para os dos PALOP). É este o caso da UBI que submete a admissão à universidade da realização com sucesso de exames (online), conseguindo por esta via garantir um denominador mínimo comum nas competências dos estudantes admitidos. A realização de exames permitiu ultrapassar o problema dos alunos que nunca compareciam e garantir que todos os que vêm estudar têm competências académicas para ingressarem no ensino terciário. Também a ULHT faz um exame interno aos estudantes internacionais que considera semelhante aos exames nacionais de acesso. Na Universidade Nova de Lisboa os alunos internacionais da Faculdade de Ciências e Tecnologia fazem exame de Matemática e de Física e Química ou Biologia, e aos alunos da Faculdade de Direito é exigido o nível B1 a inglês. Algumas instituições optam por realizar um "semestre zero" de preparação dos estudantes internacionais para o ensino universitário. Esta prática foi reportada pelas duas universidades privadas, a ULHT e a UAL, e por uma pública, a Universidade Nova de Lisboa, sempre com resultados considerados positivos pelas elevadas taxas de sucesso.

Uma vez admitidos os alunos, todas as instituições reportaram endividar esforços para os incluir em termos académicos. A solução mais usual consiste da oferta formativa em expressão portuguesa, TIC e em matemática. Salienta-se a criação do Laboratório de Competências Transversais no Iscte, onde é oferecida formação em Português Académico, Matemática, Informática, Apresentações Públicas, Inglês. Em algumas instituições são assinaladas iniciativas dedicadas, como o programa de mentoria (programa Buddies ou Associação SerMaisValia, explicitada em baixo). Realçamos que todas as formações e apoios são criadas e oferecidas para o conjunto dos alunos internacionais, embora algumas, como Português Académico, sejam de particular interesse para os estudantes dos PALOP. Contudo, muito embora os entrevistados reconheçam a necessidade de os alunos poderem frequentar estas formações, todos reportam que o atendimento é muito inferior ao esperado. As causas apontadas são os horários que nem sempre são convenientes e, sobretudo, o facto de muitos dos alunos trabalharem para financiar os seus estudos e não terem disponibilidade de tempo. Os apoios prestados pelas instituições são resumidos no quadro seguinte.

IES	Propinas	Apoio Social a Estudantes dos PALOP / Internacionais	Apoio Académico a Estudantes dos PALOP/ Internacionais	Apoio integração estudantes PALOP/internacionais
IP. Bragança	Propina de estudante internacional igual para licenciatura e mestrado (1329€). Regime parcial.	Ação social. Residências para bolseiros ou alunos de fora	Mentoria por professores e alunos; curso de português	Receção aos estudantes; centro inter-religioso
U. Lisboa (FLUL)	NPI. Poucos alunos internacionais em Lic. Pagamento propina parcial	Ação social. Residências para bolseiros ou alunos de fora, mas com poucas vagas, não conseguem incluir os alunos dos PALOP	Projeto Integrar sobre competências básicas	Atividades de receção ao estudante
U. Lusófona	I+B. Dispõem de semestre zero e de programa de bolsas de mestrado e de redução de propinas	Protocolos de apoio com entidades externas. Bolsas para quem colabora com os serviços	"Ano zero" de preparação dos estudantes. Programa de mentoria	Facilitam contato com o SEF e, em Angola e Guiné-Bissau onde têm escolas, com os serviços consulares.
U. Nova Lisboa (FCT-UNL e FD-UNL)	I. na FD-UNL, propina igual a nacionais na FCT-UNL	Igual a outros estudantes	Igual a outros estudantes (estes alunos fizeram o semestre de preparação para ingresso na FCT e na FD). Programa Buddies (mentoria)	Apoio no agendamento SEF
IP. Guarda	NPI. Acordos por país, alunos de GB e STP têm redução de propinas	Contato com as instituições locais (Caritas, Cruz Vermelha, Camara, Junta de freguesia). Gabinete de	Aulas de Português	O GEST (gabinete de Inserção) faz a inserção e mesmo contato com empregadores.
U. Évora	I (mas apenas 50% do valor); bolsas de mérito e de ingresso, baseada na média de ingresso	Bolsa de mecenas a que se candidatam com apoio a alimentação e residência	Programa Buddies (mentoria); associação SerMaisValia; apoio na língua portuguesa	Mediação junto do SEF; apoio na obtenção de documentação; Plataforma de Estudante Internacional; Guia de Acolhimento de Estudante Internacional

Figura 64 Resumo das entrevistas

IP. Lisboa (ISCAL)	**I**	**Não existe uma estratégia nem protocolos específicos para os estudantes dos PALOP**		
Iscte	NPI. Os estudantes dos PALOP pagam as mesmas propinas dos nacionais nos vários níveis de ensino. Permite regime parcial.	Ação Social para todos os estudantes	Laboratório de Competências Transversais	Atividades desenvolvidas pelo Gab. de Relações Internacionais, onde geralmente não participam por chegarem tarde. Algumas atividades com o Núcleo de Estudantes Africanos
U. Porto (FLUP)	I; pagam propinas de estudante nacional; Regime parcial	Reencaminham para os Serviços de Ação Social	Ajuda da associação de estudantes	
U. Autónoma	I. Acordo com SONANGOL nos anos 90, que começou este fluxo. Embaixadores itinerantes para Angola selecionados entre alunos. Propinas iguais aos nacionais	Protocolos com residências estudantis. Gabinete de Ação Social	Apoio a Português, Inglês e Matemática	Barómetros de empregabilidade e gabinete de inserção profissional. Protocolo com a embaixada de Angola para apoio a alunos bolseiros
IP. Castelo Branco	Acordos com empresas dos respetivos países para pagarem parte das propinas.	Acordos através de municípios dos PALOP que contactam as famílias se necessário Bolsa de colaboração tem subsídio de alimentação. Banco de bens de apoio. Apoio de emergência Lugar nas Residências Universitárias	Aulas de Português e Informática. Apoio académico não funciona por falta de alunos	Sessão de integração com juntas de freguesia, associação Caritas, centro de saúde, SEF

U. Aveiro	**Entre 3500 e 5000€ para os estudantes internacionais.**	**Gabinete UA Intercultural que desde 2018 recebe todos os estudantes internacionais. Projeto LABIC Aveiro - Laboratório de Cidadania Intercultural, financiamento Fundação Agha Kahn, para integração dos estudantes dos PALOP**	**Mentoria: associação SerMaisValia com financiamento Camões**	**Gabinete CLAIM; centro inter-religioso: integram rede RESMI**
IP. Beja	Propinas estudante internacional (1200€)	Procuram resolver o problema das propinas em atraso. Lugar nas residências universitárias. Bolsas de apoio	Pretendem vir a implementar um ano zero	Integração com outros alunos.
IP. Coimbra	Propina igual aos nacionais para todos os estudantes. Anuidade paga integralmente "como forma de evitar práticas de tráfico"	Lugar nas Residências Universitárias. Ação Social	Parte académica coordenada com o gabinete de relações de internacionais	
U. Beira Interior	Política de internacionalização. Ajuste da propina para os que chegam tarde	Residência estudantil; apoio Misericórdia, apoio cantinas. Acordo com Instituto de Bolsas de Angola	Mentoria (dada pelos alunos de 3º ciclo; aulas extra de matemática. Vários recursos online	Gabinete CLAIM. Acolhimento pelas associações académicas

Legenda

Propinas: LM-iguais para licenciatura e mestrado; NPI-iguais para nacionais e PALOP ou internacionais; I- propina de estudante internacionais; B-política de bolsas de redução de propina com impacto

Apoio social estudantes PALOP/internacionais: A- facilidade de alojamento em residências; S- apoio no acesso a serviços, incluindo cantina

Apoio académico a estudantes PALOP/internacionais: C- cursos facultativos de Português, Matemática, Informática; M-programa de mentoria

Apoio integração estudantes PALOP/internacionais: R- integra rede RESMI; C- possui gabinete CLAIM liderado pelo ACM

Outro problema reportado por todas as instituições entrevistadas prende-se com os obstáculos encontrados pelos candidatos na obtenção do visto de estudante em tempo útil, impedindo muitos de frequentarem o primeiro semestre. As dificuldades em responder ao grande volume de pedidos de visto foi apontada na entrevista ao cônsul de Portugal na Guiné-Bissau, realizada em conjunto com o representante do SEF naquele país em 3 de junho de 2022. Nesta entrevista foi realçado o grande volume de pedidos de visto, que cresceu desde a aplicação do artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º 9/2018, de 11 de setembro, e que não consegue ser coberto pelos recursos humanos do consulado. A este problema acresce a necessidade de comprovar a autenticidade dos documentos apresentados. Os entrevistados calculavam intuitivamente que cerca de um terço dos pedidos de visto de estudante apresentavam documentos falsos. Ambas as situações tornam ainda mais moroso o processo de concessão de vistos.

Esta situação não é exclusiva da Guiné-Bissau, nem dos PALOP: na UBI foi-nos indicado que os principais problemas advêm com os originários de países da América do Sul, sobretudo quando os candidatos só se podem dirigir aos consulados honorários que não têm capacidade para responder a estes pedidos. O resultado é o enorme atraso na atribuição do visto de estudante, impedindo muitos estudantes de chegar às IES a tempo de frequentarem as atividades letivas. Este atraso tem várias consequências: em primeiro lugar, os alunos raramente conseguem frequentar ou completar o primeiro semestre. A sua inserção nas turmas é tardia e origina problemas de integração. Finalmente, a obrigação de pagarem as propinas de um semestre que acabarão por repetir vem acrescentar aos problemas financeiros sentidos por uma grande parte.

Face a esta situação, as instituições ensaiam várias tentativas de solução. Na sua maioria permitem que o aluno só se registe no segundo semestre, apresentando-se como aluno a tempo parcial. Todas as instituições permitem aos alunos pedirem um plano de pagamento faseado, para auxiliar com a regularização das propinas. Algumas IES propõem a frequência do semestre zero no segundo semestre, como acontece na ULHT e na UNL, tendo-se esta revelado uma solução eficaz, pois permite aos candidatos obter uma formação eficaz e as competências necessárias para frequentarem o ensino superior.

A chegada tardia dos estudantes por dificuldades na obtenção dos vistos, e o atraso no pagamento das propinas, vêm incrementar os problemas financeiros que muitos sentem. Os estudantes internacionais devem assegurar o seu financiamento ou consegui-lo através das famílias. A realidade reportada por todas as instituições é de que a maioria tem de trabalhar para conseguir

pagar a estadia e os custos académicos. Por sua vez, o regime especial alínea D) é destinado a estudantes bolseiros, sejam dos seus respetivos países, da cooperação portuguesa ou de instituições privadas, onde sobressai a Fundação Calouste Gulbenkian. Contudo, muitos dos estudantes que entram por esta via não são bolseiros e têm igualmente que garantir o seu financiamento. Como referimos, desde 2018 que os estudantes admitidos no ensino superior deixaram de ter de fazer prova de meios de subsistência.

Às dificuldades financeiras somam-se os problemas logísticos, que se fazem sentir diferentemente nas diversas zonas do país. A elevada concentração de emigrantes na zona da grande Lisboa leva a que muitos estudantes prefiram residir e estudar nesta região onde podem alojar-se em casa de familiares. As residências de estudantes dependem da Ação Social e destinam-se sobretudo a alunos bolseiros que residam fora da área da universidade, categoria onde não se integram os estudantes dos PALOP por não serem beneficiários da Ação Social. Nas restantes regiões e, em particular, nas zonas do interior, esta situação não se verifica e os estudantes procuraram alugar apartamentos conjuntos ou conseguir um lugar nas residências universitárias, como acontece nos Institutos Politécnicos de Bragança, Castelo Branco, Guarda, e as Universidades de Évora e Beira Interior. Alguns dos inquiridos consideraram mesmo que o regime especial alínea D é uma forma de contratação de trabalho ilegal: os alunos não têm condições de frequentar a universidade e vêm para alimentar o mercado de trabalho (FLUP, IP Beja).

Determinadas instituições entrevistadas não consideraram que os problemas financeiros fossem os mais relevantes para os estudantes dos PALOP: na Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências e Tecnologia e Faculdade de Direito), Universidade Autónoma, Universidade Lusófona, Universidade da Beira Interior, os estudantes dos PALOP são, na sua maioria, estudantes internacionais. A forma de seleção inicial, sendo que nas primeiras destas universidades é oferecido um semestre de preparação, garante que só os mais interessados integram as instituições. Na UAL, que integra um grande contingente de estudantes angolanos, foram inclusive relatadas situações de manifestações exteriores de riqueza muito óbvias por parte destes estudantes.

As respostas das instituições aos problemas financeiros dos alunos são diversas. Verificou-se que todas as instituições disponibilizam bolsas de mérito para todos os estudantes, incluindo os estudantes dos PALOP. Em alguns casos são facilitadas formas de apoio social, como o acesso à cantina, ou à residência, para os estudantes que apoiam em atividades da universidade.

De forma sintética, podemos dividir os principais problemas em dois grupos, os que decorrem da formação insuficiente dos candidatos, e os problemas financeiros, sendo os mais imediatos os que são consequência da dificuldade dos estudantes em obter o visto junto das embaixadas de Portugal

no país de origem, o que conduz à sua chegada tardia, muitas vezes impossibilitando a frequência do primeiro semestre, embora se mantenha a obrigação de pagamento da respetiva propina. As respostas que as instituições têm criado variam e podem ser resumidas entre o apoio financeiro e o apoio académico.

Boas práticas na inserção dos estudantes

São aqui apresentados alguns projetos e boas práticas de inserção dos estudantes dos PALOP identificados ao longo do estudo: com o apoio do ACM, os CLAIM e a RESMI; a criação do LABIC na Universidade de Aveiro; A Associação SerMaisValia; e o Laboratório de Competências Transversais no Iscte.

. Várias instituições apoiam a integração dos estudantes através do estabelecimento de um Centro Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM) no espaço académico. Os CLAIM são gabinetes que emanam do Alto Comissariado para as Migrações e pretendem apoiar o processo do acolhimento e integração dos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais. Estes serviços prestam apoio e informação geral em áreas como a regularização de migrantes, obtenção de visto e de nacionalidade, reagrupamento familiar, habitação. A sua inserção no espaço universitário apoia os estudantes na resolução dos problemas de regularização e obtenção de documentos, que são prementes na chegada a Portugal. Atualmente existem CLAIM na Universidade de Aveiro, na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, do Instituto Politécnico de Viseu, no Instituto Politécnico da Guarda, na Universidade Lusófona, e outras instituições já manifestaram interesse em incluir um, tais como o Iscte, o Instituto Politécnico de Leiria e a Universidade do Algarve. A rede dos CLAIM está espalhada por todo o país, possuindo um total de 156 centros, e procura fazer um atendimento integrado de todos os migrantes, uma perspetiva que muito beneficia os estudantes recém-chegados, mas também apoia os serviços de acolhimento das próprias universidades.

. O ACM patrocina ainda a Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural (RESMI), que integra um total de 32 instituições a nível nacional, entre faculdades, institutos e centros de investigação. Esta rede pretende trabalhar as questões da mediação intercultural, e assessorar o ACM nesta matéria. Das IES entrevistadas, algumas integram a rede RESMI, nomeadamente os Institutos Politécnicos de Castelo Branco, Coimbra, Lisboa, Guarda, Beja e Leiria, o Iscte, as universidades de Aveiro, Coimbra, Lusófona, e a Universidade Nova de Lisboa através da FCSH. Embora o propósito dos parceiros integrantes da RESMI não se prenda especificamente com os estudantes internacionais e, em particular, com os estudantes dos PALOP, a existência da rede foi referida em algumas entrevistas como uma alavanca de atividades multiculturais.

. Associação SerMaisValia

SerMaisValia – Associação para a Cidadania e Desenvolvimento é uma organização não governamental para o desenvolvimento (ONGD), com estatuto de Utilidade Pública, que desenvolve o projeto Mentoring (https://sermaisvalia.org/a-nossa-historia/). Este projeto, destinado aos estudantes dos PALOP, visa apoiar o seu percurso académico e promover a sua autonomia, através do apoio de tutores /mentores. A associação foi lançada em 2012 pela Fundação Calouste Gulbenkian e conta ainda com o apoio dos seguintes parceiros:

– Camões – Instituto da Cooperação e da Língua, IP
– Fundação Novo Futuro de S. Tomé e Príncipe
– Universidade de Évora; Universidade de Aveiro
– Associações de Estudantes

- Criação de um gabinete único de apoio na Universidade de Aveiro: UA Intercultural

LABIC Aveiro - Laboratório de Cidadania Intercultural.

Este laboratório, criado por dois professores da Universidade de Aveiro, é uma iniciativa financiada pelo programa 'Parcerias para o Impacto' do 'Portugal Inovação Social', conduzida por uma parceria entre a Fundação Aga Khan, Associação Mon Na Mon, AIDA-Câmara de Comércio e Indústria do Distrito de Aveiro, Grupo Prifer e Universidade de Aveiro. Visa uma maior integração da comunidade africana lusófona em Aveiro e promove diversas atividades tais como: a criação de uma plataforma de informação de apoio ao acolhimento dos alunos africanos; a promoção da prática desportiva como forma de construir sentido de comunidade; a aprendizagem de expressões artísticas multiculturais (música, dança e poesia); o reforço da oferta de formação aos alunos africanos (português, TIC, inglês e outras áreas) realizada em regime colaborativo; a realização de encontros artísticos multidisciplinares; a criação de pontes entre estudantes africanos que vivem em várias cidades de Portugal e a valorização económica e cultural da gastronomia africana (https://www.ua.pt/pt/noticias/9/74835).

. Laboratório de Competências Transversais, Iscte

Este Laboratório tem por objetivo a transmissão de competências genéricas que, conjugadas com os conhecimentos específicos das áreas científicas, reforçam a capacidade de acesso e adaptação às mudanças no trabalho e a cidadania responsável. Oferece um conjunto de formações, incluindo trabalho académico, TIC, competências linguísticas em português e inglês, matemática. Muitas destas formações são vocacionadas para públicos específicos, incluindo os estudantes dos PALOP e da CPLP (https://www.iscte-iul.pt/conteudos/estudar/laboratorio-de-competências-transversais/competencias-transversais/1945/ucs-para-estudantes-provenientes-de-cplp-com-estatuto-de-refugiado).

3. Perfis / caraterísticas de estudantes dos PALOP

Os estudantes dos PALOP apresentam características diversificados e enfrentam diferentes problemas. Na sua maioria, são estudantes-trabalhadores, chegam de diferentes espaços geográficos, com percursos educativos desiguais e manifestam modos e práticas culturais diversas.

Contextos socioculturais e diversas identidades étnicas e linguísticas

Embora seja o português a língua oficial e de trabalho em todos os cinco países africanos aqui referenciados, em cada um deles, com a exceção de Cabo-Verde, existem dezenas de grupos étnico-linguísticos com diferentes expressões e práticas culturais. Na Guiné-Bissau, com uma enorme complexidade linguística, menos de 15% da população sabe o português, sendo o crioulo o veículo de comunicação preferencial da população. Conforme reportou um dirigente associativo estudantil em Castelo Branco, os estudantes guineenses reproduzem a mesma prática.

> Em termos de língua, muitos ficam com receio de falar, porque na Guiné, como nós sabemos, ninguém tem o hábito de falar português, fora das salas de aulas. A língua portuguesa acaba também por ser um entrave, impedindo os alunos de avançarem. *JM, IP de Castelo Branco.*

Ou seja, neste país, como nos restantes PALOP, as línguas étnicas e maternas continuam a ser o principal veículo de transmissão de valores e conhecimentos. O contacto com o a língua portuguesa é tardio, quando comparado com países como Angola, Moçambique e Cabo-Verde, onde o português é de facto a língua de comunicação nacional. Mesmo os estudantes angolanos que, como Félix Neto concluiu "relataram níveis mais elevados de bem-estar e também relataram níveis mais elevados de proficiência em língua portuguesa…" (Neto, 2020, p. 464), reportam casos de incompreensão do português na sua variante europeia. No estudo intitulado "Everything Is So Different...: African Students' Voices on the Challenges of Doing a PhD at a Portuguese University", realizado por Susana Pinto, que procurou diagnosticar e discutir os desafios enfrentados pelos estudantes africanos em doutoramento na Universidade de Aveiro, apenas dois dos sete estudantes entrevistados (seis angolanos e um moçambicano) tinham português como língua materna, sendo que os restantes falavam Kimbundu Nhungué, Umbundu e Kikongo (Pinto, 2021). Esta pluralidade cultural e linguística dos PALOP reflete-se nos modos de ensino e educação. Cada um destes países segue políticas de ensino diferentes, de acordo com a sua conjuntura sociopolítica.

Modelos e sistemas educativos

Os países de origem de estudantes apresentam modelos e sistemas educativos diferenciados. Na Guiné-Bissau, em particular, "o sistema educativo continua a não dispor de condições que permitam criar expectativas positivas face à evolução da situação escolar" (Barreto, 2013, p. 2). Quando chegam a Portugal para estudar, deparam-se com um sistema de ensino superior diferente e mais exigente. Conforme Susana Pinto, estes desafios, relacionados com as diferenças estruturais dos sistemas de ensino superior e com as diferentes culturas pedagógicas e académicas, impedem os estudantes de se sentirem plenamente envolvidos na instituição (Pinto, 2021, p. 905).

Classes sociais e condições financeiras

Os estudantes dos PALOP diferem também em termos de disponibilidade financeira. Muitos ingressam nos primeiros ciclos com estatuto de bolseiros, no âmbito do regime especial alínea D - bolseiros dos PALOP, mas nunca chegam a beneficiar de uma bolsa porque, de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 9/2018, podem candidatar-se e ser admitidos no ensino superior sem apresentarem qualquer prova de meios de subsistência.

O resultado do estudo "(In)visibilidade de necessidades percebidas pelos estudantes PALOP", assinala que, no universo de 112 estudantes entrevistados, apenas 4.5%, correspondente a 5 estudantes, beneficiam da bolsa. No total dos entrevistados, 88,4% dependem da família, e 13,4% têm como a fonte de rendimento o trabalho em regime de *part-time* (Neto et al., 2020, p. 8).

Os estudantes angolanos são os que menos dificuldades financeiras apresentam. No estudo conduzido por Félix Neto sobre a questão do bem-estar subjetivo entre os estudantes angolanos em Portugal, reporta as seguintes repostas à pergunta "o que pensam e quão satisfeitos estão com sua vida académica": do total de 204 entrevistados angolanos, entre 18 e 44 anos de idade, 75% relatam estar numa boa situação financeira (Neto, 2020). Durante o processo de entrevistas a estudantes dos PALOP, no quadro do atual projeto, percebeu-se que um considerável número de estudantes angolanos são beneficiários de bolsas de algumas empresas privadas e de instituições públicas angolanas ou a operarem nesse país. Uma estudante angolana de engenharia no Instituto Superior Técnico de Lisboa, assegura:

> Da minha experiência, em relação a Angola, há muitas bolsas do governo, maioritariamente dos ministérios: Ministério de Petróleos, Ministério da Educação etc. Agora, há um instituto, não me lembro bem o nome, mas acho eu que é Instituto Nacional de Bolsas. Depois, há também instituições privadas que dão bolsas aos filhos dos seus empregados, caso da Total. Também, as instituições militares dão bolsas, para alguns militares. *LM, IST.*

Numa situação paralela aos estudantes angolanos encontram-se os estudantes cabo-verdianos. Nas entrevistas percebeu-se que os estudantes cabo-verdianos, mesmo não vindo com bolsas de empresas privadas locais, são subvencionados pelo seu governo.

> Eu posso falar da parte de Cabo Verde, em que a maioria de estudantes vem com uma bolsa do Governo, frutos de um acordo com o Governo de Portugal. A propina é paga diretamente pela Embaixada cá. É dado também um apoio para transporte, alimentação e habitação. Mas a maioria de estudantes, que eu saiba, vem por conta própria. *JS, IST.*

A fraca capacidade financeira de estudantes, para financiar os estudos e a estadia em Portugal é recorrentemente apresentada pelos estudantes oriundos da Guiné-Bissau que ingressam no ensino superior ao abrigo do regime especial alínea D. O governo da Guiné-Bissau, conforme os estudantes, não tem prestado nenhuma ajuda financeira, ao contrário do que acontece com outros PALOP. Os estudantes guineenses chegam na esperança de concretizarem seus sonhos, mas deparam-se com realidades diferentes e dificuldades de várias ordens. Um estudante em Leiria assinala que:

> A maioria dos que vêm para o Politécnico de Leiria, quase 90%, vem com a intenção de estudar! Devido aos custos e a dura realidade, que nunca imaginavam, acabam por abandonar. Na Guiné, a gente vende uma falsa realidade do que é a vida cá! *BC, IP de Leiria.*

A mesma convicção tem um dirigente associativo do Instituto Politécnico de Guarda:

> Acho que o objetivo principal de todos os estudantes é estudar. Se depois decidirem desistir, ou é porque perderam a motivação, ou porque há dificuldades para além do que esperavam. *LC, IP de Guarda.*

As dificuldades são expressas de diferentes formas e ilustradas pelas experiências vividas.

Dificuldades e experiências apresentadas

As dificuldades começam antes da chegada destes estudantes a Portugal. Nos países de origem, os estudantes têm problemas na obtenção de vistos de estudo, para além de dificuldades de ordem técnica, tais como o acesso às plataformas digitais para consulta de cursos e registos.

Obtenção de vistos de estudo

A demora na obtenção dos vistos de estudante é um problema reconhecido, apontado em muitos estudos anteriores (Doutor et al., 2018). Neste estudo, é reportado por todos os entrevistados, de todas as cinco nacionalidades. Como consequência, os estudantes iniciam tardiamente as aulas, sendo que grande maioria só chega a Portugal no fim do 1º semestre letivo. Esse atraso não só reduz os dias letivos, como dificulta a inserção e integração de estudantes, afetando seu desempenho escolar.

> Quando chegas com atraso significativo e vens para uma faculdade exigente–estamos a falar do Técnico– não tens mesmo tempo para fazer a adaptação [a integração]. Por exemplo, se chegasses em setembro, a adaptação seria mais normal. Mas quando chegas em novembro ou dezembro, ou num outro mês, já tens dificuldades a nível de tempo para te adaptares. E no Técnico as coisas correm rapidamente; perdes praticamente uma boa parte do semestre. Isso acaba por condicionar o teu aproveitamento e o teu rendimento académico. Muitas vezes os estudantes perdem a bolsa, porque não têm o aproveitamento exigido pelas entidades que financiam essas bolsas. *JS, IST.*

No Iscte, o entrevistado insiste no mesmo ponto e salienta as consequências financeiras que decorrem deste atraso, uma vez que os estudantes terão que pagar as propinas do semestre que não frequentaram.

> Um estudante que chega no primeiro semestre, já chega atrasado, logo fica desenquadrado; perde a matéria. E quando o primeiro semestre vai acabando, ele perde um semestre. Então, se o estudante vem determinado para fazer 2 anos de mestrado, acaba por fazer 2 anos e meio, isso gera uma complicação, sobretudo económica. Se não pagar as dívidas em atraso, não consegue obter declaração da escola para entregar no SEF, para efeito de legalização. Todas essas situações e mais as questões de estadia, acabam por afetar muito o desempenho do estudante. *ES, Iscte.*

Obrigatoriedade de pagamento de propinas em atraso / acumuladas

Em todas as IES, a primeira dificuldade que os estudantes recém-chegados encontram é a de pagamento de dívidas em atraso, referentes às propinas dos meses em que aguardavam a obtenção do visto nos países de origem. A situação, para além de condicionar o desempenho escolar, contribui para a elevada taxa de desistência de estudantes.

Existem exceções quando as IES encontram soluções para não cobrar o semestre inicial, como é o caso da Universidade de Aveiro, na qual, segundo o dirigente associativo entrevistado, estudantes com dívidas acumuladas não têm a obrigatoriedade de pagá-las, desde que apresentem um pedido formal para a sua anulação:

> Alguns colegas chegam depois do início das aulas. É a política da universidade ajudar [orientar] as pessoas a redigirem cartas de pedido de anulação das mensalidades não estudadas. Tenho um colega que veio para estudar mestrado, só que chegou quase um ano depois … se fosse noutra universidade, ele teria de pagar esse ano, mesmo não estudando. Mas aqui, na Universidade de Aveiro, é diferente. A pessoa só escreve uma carta a pedir a anulação dessas mensalidades, a Universidade faz isso. *PD, Universidade de Aveiro.*

As restantes IES, conforme os interlocutores, têm por norma a cobrança de propinas, desde o momento em que a matrícula esteja realizada e o estudante não tenha formalizado o pedido de desistência. Umas mais flexíveis que outas, quase todas as IES apresentam a possibilidade de negociação de dívidas atrasadas.

> A partir da minha experiência, porque eu cheguei em dezembro. Então, praticamente eu tinha perdido o meu primeiro semestre. De facto, tive que pagar praticamente todo o primeiro semestre, apesar de não assistir nenhuma aula nesse semestre. Há possibilidade de negociar os modos de pagamento das dívidas. Mas não há possibilidades de serem anuladas. *JS, IST.*

A não regularização das dívidas em atraso implica que não podem obter a declaração de frequência que devem entregar no Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para obterem o título de residência. Segundo os estudantes, são estes os fatores mais penalizantes:

> Se não pagas [propinas em atraso], não poderás legalizar ou renovar o título de residência. Isso leva muito ao insucesso do aluno. TM, São Tomé e Príncipe.

Um outro revela:

> No caso particular de Leiria, para além de outros fatores, a elevada taxa das propinas é o maior obstáculo para o sucesso e continuidade de estudantes! *BC, IP de Leiria.*

Ao mesmo tempo que enfrentam a necessidade de regularizar as dívidas acumuladas, os estudantes que chegam já no período de avaliações, com receio de ficarem sem estudar e acumularem mais problemas, procuram realizar os exames semestrais. Neste caso, a IES é obrigada a cobrar a dívida, independentemente do sucesso do aluno nas provas académicas.

Alojamentos

As dificuldades dos estudantes dos PALOP em conseguir alojamentos são recorrentes, tanto nas unidades universitárias, como fora de campus universitário. A questão foi nomeada por grande parte de estudos desenvolvidos sobre estudantes dos PALOP em Portugal. Alguns referem que os estudantes africanos experimentam formas de discriminação, pela sua cor de pele, quando da tentativa de arrendar um quarto ou um apartamento (Doutor et al., 2018).

Porém, para quem estuda na área metropolitana de Lisboa, o alojamento não é uma questão premente. Na área da Grande Lisboa, onde vive uma importante comunidade proveniente dos PALOP e os estudantes possuem uma vasta rede de contatos, a maioria opta por morar em casas de parentes e/ou amigos. Certos estudantes que optam por Lisboa, sobretudo vindos de Angola e Moçambique, mas sem contatos familiares, apresentam muitas dificuldades em encontrar alojamentos nas residências estudantis.

> Há certa dificuldade de encontrar alojamento. É um trabalho que a Federação Académica de Lisboa tem estado a fazer; trabalhar no sentido de facilitar o acesso ao alojamento para estudantes. *JS, IST de Lisboa.*

No interior de Portugal, a situação parece mais difícil. O acesso às residências escolares é muito concorrido e baseado, muitas vezes, no desempenho escolar de estudante e na sua condição financeira. Fora do âmbito escolar, com a atual crise de habitação que assola Portugal, preços e rendas de casas são considerados elevados, quando comparadas com os aplicados nas residências estudantis, e as exigências de arrendamento, para estudantes dos PALOP, aumentam.

> Alojamento é um dos grandes problemas que Aveiro está a ter neste momento. Eu lembro-me quando cheguei aqui, era mais fácil de encontrar quartos; pagava-se, por arrendamento, volta dos €130 euros, incluindo as despesas. Agora, o mínimo que se pode pagar é a volta dos €200, sem as despesas incluídas. Há colegas que se encontram cá há mais de 6 meses e não conseguem encontrar casas. PD, Universidade de Aveiro.

Supostamente por motivos de barulho, estes estudantes, mesmo depois de marcarem visitas, vêm ser-lhes recusados as chaves de apartamentos.

> Se o senhorio souber que o interessado é um preto, a situação complica-se ainda mais. Tenho uns colegas que já haviam marcado visitas, quando o senhorio percebeu que eram africanos, não voltou a falar com eles. *PD, Universidade de Aveiro.*

Para fazer face às despesas com propinas, alojamentos, alimentação e/ou bens essenciais, grande parte de estudantes é obrigada a conciliar estudo e trabalho, um desafio que procuram superar com a ajuda de colegas e redes de apoio.

Principais desafios apresentados pelos estudantes dos PALOP em Portugal

Os desafios vão desde o nível académico até questões sociais e de adaptação ao clima. Os estudantes queixam-se da fraca recepção por parte das IES, dos seus serviços e pessoal, e da pouca abertura por parte de estudantes nacionais. Os quatro maiores desafios são a inserção e integração académica e social, barreiras culturais e linguísticas, métodos de ensino e de avaliação, e adaptação à mudança de clima.

Inserção e integração académica e social

No que diz respeito à integração académica e social, os estudantes, salvo raras exceções, sentem pouca receptividade por parte das instituições de acolhimento e dificuldades em estabelecer relações com estudantes portugueses. Muitos entrevistados dizem sentir-se distantes da vida estudantil e da cultura universitária.

> Acho que o que faz mais falta é a pessoa chegar aqui e sentir-se em casa; sentir-se à vontade, tanto dentro da faculdade como num sítio novo, onde está a morar. Torna-se muito pesado, estudantes estarem a

> estudar e não terem nenhum contato com outras pessoas; não terem amigos; não terem aqui a família...! E a pessoa, às vezes, sente-se mesmo sobrecarregada, sente muita pressão, por não ter momentos de descontração e de lazer. RC, ISCSP.

Uma das preocupações levantadas, ligada à integração académica, tem que ver com dificuldades em integrar grupos de trabalho. A questão é manifestada pelo sentimento de isolamento e suposto preconceito racial. Estudantes que a referem falam em fraco acolhimento e proximidade por parte de estudantes nacionais. Uma estudante angolana de mestrado, no Iscte, testemunha que:

> Quando cheguei, a delegada de turma nem se importou em colocar-me (adicionar-me) no grupo WhatsApp da turma. Uma colega, também africana, de Moçambique, é que me adicionou ao grupo. No grupo, mandei mensagem a explicar que estava disponível, caso se precisasse de mais alguém para formar grupo de trabalho, ninguém respondeu. Tive de recorrer ao professor. O professor disse-me que depois dos grupos estarem formados, ia-me inserir num. Até hoje não tenho grupo de trabalho. Eu sinto que é cada um por si. Na minha turma, é tipo: quem é português e é branco, senta-se à frente; quem é negro, senta-se atrás. Quem é negro, fica com quem é negro. É pá...! É complicado! *Mestranda angolana, Iscte.*

Outros desafios dos estudantes dos PALOP nas salas de aulas relacionam-se com a compreensão oral da língua portuguesa, muito embora cheguem convictos de que não terão problemas linguísticos por ser o português a língua oficial nos seus países de origem.

Barreiras culturais e linguísticas

Vários estudos anteriores constataram que a proficiência linguística constitui um dos grandes desafios dos estudantes internacionais em Portugal. As competências linguísticas não são apenas indispensáveis para o sucesso educativo, como contribuem para a integração social (Doutor et al., 2018). A falta destas competências tem um efeito negativo no desempenho académico dos estudantes dos PALOP (Neto, 2020), e "o facto destes estudantes internacionais africanos não falarem a variante portuguesa europeia e não terem competências em inglês tem impacto na comunicação com os supervisores, na aquisição da língua da disciplina, na divulgação da investigação e na redação da tese" (Pinto, 2021).

A variante europeia da língua portuguesa causa a este contingente de estudantes grandes constrangimentos nos primeiros períodos de aprendizagem. O período entre o processo de inserção e integração, familiarização com a variante europeia da língua portuguesa e assimilação de conhecimento, é bastante reduzido, podendo condicionar o desempenho escolar de muitos deles. No entanto, os desafios linguísticos não constituem preocupações só de estudantes do 1º e 2ºciclo, mas também dos de 3º ciclo. Num diagnóstico elaborado por Susana Pinto sobre os desafios enfrentados pelos estudantes africanos em doutoramento na Universidade de Aveiro, compreende-se que os estudantes dos PALOP, para além dos tradicionais desafios de integração e barreiras linguísticas, se deparam com uma cultura científica complexa e sensação de não valorização de seus percursos e conhecimentos académicos anteriores pelas instituições de acolhimento e pelos seus supervisores. Esta impressão dá-se, sobretudo, pelas diferenças nos modos de expressão de português. O estudo revela falhas na percepção e interpretação de certas expressões entre professores, orientadores e estudantes. A questão linguística vem sendo assinalado em diversos estudos. No Iscte foi realizada uma análise dos desafios linguísticos de

estudantes dos PALOP e, através de metodologias participativas e inclusivas, de investigação e ação, foram propostas respostas. Identificando e reconhecendo que "o contexto sociolinguístico destes estudantes promove situações inesperadas e ignoradas de incompreensão entre falantes de diferentes variantes do português, potenciando um menor desempenho académico e uma inclusão social mais difícil dos estudantes africanos" (Pinto & Matias, 2018, p. 364). O Iscte, através do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) em parceria com o Centro Estudos de Linguística Geral e Aplicada da Universidade de Coimbra, desenvolveu o projeto Trovoada de Ideias, de forma a "contribuir para atenuar a incompreensão entre estudantes fluentes em diferentes variantes do português e assim potenciar o sucesso das aprendizagens e a integração dos estudantes africanos na comunidade académica" (Pinto & Matias, 2018, p. 364).

A situação relativa à variação da expressão do português entre Portugal e os cinco países africanos, é assinalada como um dos maiores entraves à aprendizagem por quase todos entrevistados do presente estudo. O entrevistado do Instituto Politécnico de Guarda reconhece o facto, argumentando o seguinte:

> A língua é um outro fator que nos cria barreiras. Podemos pertencer à mesma Comunidade com Portugal, mas há barreiras linguísticas que, de certa forma, interferem na integração dos estudantes. Chegar cá, pela primeira vez, e deparar-se com esta variedade linguística...! Nós falamos português, mas não é a mesma variação que de cá. Há expressões tipicamente portuguesas; há expressão tipicamente guineense; há tipicamente angolana etc. *LC, IP de Guarda.*

O desafio da língua torna-se ainda maior pela forma de abordagem de professores e os alunos retraem-se com receio de serem malvistos por não falarem corretamente a variante europeia do português.

> A nível de professores, podia haver uma abertura maior. Porque já houve casos que eu presenciei, casos também que me contaram, em que são os próprios professores que gozam com a pessoa [pelo facto de não falar português corretamente]. *RC, ISCSP.*

Em Coimbra, um membro da Associação de Estudantes Africanos, lamenta que:

> Os professores ensinam como se todos tivessem o mesmo nível de compreensão do português, não tomam em contam as especificidades de estudantes. *BB, Universidade de Coimbra.*

Uma dirigente do NEA do ISCSP apela o bom senso de professores no sentido de tomarem em conta as variações da língua portuguesa e tentarem ser mais abertos e tolerantes às diferenças no modo de expressão. A situação, no ponto de vista da interlocutora, afeta a autoconfiança de estudantes, limitando a sua participação nas aulas:

> (os alunos) Ficam com vergonha de estar na sala. Às vezes, sabem a resposta sobre uma pergunta e acabam por não responder, porque têm medo de que vão gozar com eles. *RC, ISCSP.*

Associado a estas barreiras, está o modelo português de ensino e avaliação, diferente dos que são aplicados nos países de origem desses estudantes.

Métodos de ensino e sistemas de avaliação

Tal como alguns estudos anteriores evidenciaram, nos primeiros contatos com o sistema de ensino português os estudantes dos PALOP sentem-se poucos familiarizados com as metodologias de ensino e avaliação. Quanto ao sistema de avaliação, um mestrando guineense no Iscte admite que:

> Nós, na Guiné não temos esta estrutura. Tu terminas a licenciatura, não fazes relatórios. Por isso temos essas dificuldades. *Mestrando guineense, Iscte.*

Para que consigam responder às exigências do sistema do ensino português, o mesmo estudante sugere que as IES constituam equipas para acompanhar e seguir os recém-chegados, e ofereçam formação em metodologias de investigação científica. E questiona-se sobre os métodos de elaboração de trabalhos académicos:

> (…) a questão de textos, relatórios etc., como se faz? Como escrevê-los? Porque não tivemos metodologias de investigação. Estou cá, a preparar o meu relatório para apresentar numa aula, na próxima semana, mas não sei por onde começar. É muito difícil. Tem que haver um acompanhamento neste sentido. Precisamos de equipas para nos acompanhar em termos de investigação. É isso o meu problema. Porque não tive cadeiras ligadas à investigação e isso está a criar-me certas dificuldades! *Mestrando guineense, Iscte.*

Um estudante angolano, ao falar da diferença de métodos de ensino entre o seu país de origem e Portugal, procura ilustrar a situação da seguinte maneira:

> Nos países dos PALOP, acho que estudamos muito. Muito no sentido de quantidade, de repetição [incidir no mesmo assunto]. Veja só. Se tu tens a biologia e vais fazer uma prova, tanto na 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª ou da 12ª classe, há sempre duas perguntas que te surgem: "1ª: o que é a biologia? 2ª: em que áreas se pode dividir a biologia?" E aqui, em Portugal, se tu tens a biologia como disciplina, na prova, vais encontrar uma definição da biologia, seguido de um "comente".
>
> O estudo aqui é acompanhado de livros ou referências bibliográficas, para permitir pensar fora da caixa. Falando da minha experiência como angolano, aqui é que começamos a ler mais livros académicos, para que possamos ter uma opinião mais abrangente sobre certos assuntos e poder questionar ou concordar com certas opiniões". *GA, IP de Setúbal.*

Contudo, há quem consiga derrubar todas as barreiras e superar os desafios. Um mestrando angolano, no Iscte, conta que quando chegou, nas primeiras semanas, constatou as mesmas situações que os colegas relatam:

> (…) que a terra era muito fria e sentia essa frieza por parte das pessoas. Mas, como tenho feitio de romper as barreiras, não permiti determinadas coisas. Procurei inserir-me num grupo e fiz amizades. Na medida que vou conhecendo outras pessoas, africanas e não africanas, vou ganhando diversas experiências. Uma das coisas que me ajudou na integração, foi quando fiz parte de atividades promovidas pela *AIDGlobal*, um projeto virado para estudantes recém-chegados dos países não partes da União Europeia. *APM, mestrando, Iscte.*

Adaptação à mudança do clima

Outro desafio para os estudantes recém-chegados a Portugal decorre das diferenças climáticas. Considerando que o início do ano letivo em Portugal coincide com o outono e inverno, os estudantes ressentem-se da diferença relativamente aos seus países de origem. Castelo Branco, Guarda e Bragança, são as três localidades em que os estudantes mais colocam a questão do frio como um desafio à aprendizagem. Por exemplo, em Castelo Branco,

(...) por ser muito; mais muito frio, muitos sofrem deformação na pele. Peles de alguns sangram-se. Vi um com a pele descascar. É um pouco difícil, para ser sincero. Estudantes sofrem aqui, nos primeiros anos". *JM, IP de Castelo Branco.*

Na Guarda, os estudantes dos PALOP deparam-se com a mesma situação que os de Castelo Branco, contudo têm beneficiado de apoio por parte de certas entidades locais, tais como agasalhos para fazer face ao frio:

A maior parte dos nossos associados vêm de fora, de África. E em África, a maioria dos países tem clima tropical. Ao chegar à Guarda, a mudança de clima dificulta a integração, logo no início. Mas a situação tem melhorado cada vez mais, porque há pessoas que estão cá a ajudar os recém-chegados, atribuindo os bens necessários, neste caso, cobertores e roupas, para se agasalharem da melhor forma. E isto tem corrido bem". *LC, IP de Guarda.*

Esta declaração indica que, na Guarda, os estudantes dos PALOP são bem acolhidos socialmente. A nível académico, como se ocorre o acolhimento dos estudantes dos PALOP?

Processos de acolhimento, inserção e integração dos estudantes PALOP pelas IES

Algumas IES, na perspectiva de estudantes entrevistados, têm a preocupação em acolher e ajudar na inserção e integração de estudantes dos PALOP, especificamente através de realização de diferentes atividades académicas. A maioria das IES possuem Gabinetes de Estudantes Internacionais que apoiam genericamente todos os estudantes com esse estatuto. Por exemplo em Aveiro, o Gabinete de Apoio ao Imigrante está encarregue de informar estudantes estrangeiros sobre os procedimentos académicos, mas não toma em conta as suas especificidades:

O apoio é atribuído a todos os estudantes. São suportes genéricos, não adaptados às necessidades específicas dos estudantes dos PALOP. *NEA-IST.*

Não existem atividades especificamente para estudantes dos PALOP, mas para estudantes internacionais, anualmente. Quando estas vão acontecer, são poucos sabidas pelos recém-chegados, agravando ainda o facto da maioria chegar atrasada, sendo que decorrem no início do ano letivo. *RM, Universidade do Porto.*

No Instituto Politécnico de Castelo Branco, os estudantes falam da falta de qualquer acompanhamento, seja por parte da instituição de acolhimento, seja por parte da própria associação de estudantes africanos.

Da nossa parte [associação de estudantes africanos], não. Da parte da escola também não. Não existem mentorias. Os alunos têm como obrigação, quando chegarem, de apresentar-se no gabinete de relações internacionais. Depois disso, é só é frequentar a escola. Não tem mais acompanhamento nenhum. *BB, IP de Castelo Branco.*

Contrariamente a esta declaração do estudante de Castelo Branco, as IES fora da área metropolitana de Lisboa são as que mais iniciativas que visam a inserção e integração dos estudantes dos PALOP apresentam.

Iniciativas de apoio à inserção e integração de estudantes africanos

Os estudantes reconhecem que nas universidades de Aveiro e do Porto, e nos Institutos Politécnicos de Leiria, da Guarda e de Bragança, por exemplo, existem iniciativas que visam acolher e ajudar na boa inserção e integração de estudantes internacionais, particularmente os dos PALOP. No Porto, muitos estudantes estão incluídos nas redes de apoio e acompanhamento da Associação de Voluntariado para a Cidadania e Desenvolvimento e do Projeto Mentoring – Ser Mais Valia; no Instituto Politécnico da Guarda, foi referido o Gabinete de Mediação Intercultural; no Instituto Politécnico de Leiria, citaram o programa Sénior Aprendendo+, através do Programa 60+. Estas são entidades, citadas por estudantes, que mais ações promovem de inserção e integração do contingente africano. Estes projetos são, em muitos casos, iniciativas autónomas, criadas pelos professores ou técnicos ligados às IES. No Caso de Aveiro, o nosso entrevistado testemunha que:

> Há um ano e pouco, alguns professores criaram um projeto para ajudar na melhor adaptação de estudantes; para compreender a problemática por detrás…. Então, realizamos algumas reuniões e recolhemos informações sobre o que deve ser feito para melhorar a situação dos estudantes. De lá para cá, o projeto está a funcionar, tem muitos estudantes bem enquadrados no sistema; oferecem até aulas de explicação de informática, entre outras. O responsável é um professor [foi meu professor], chama-se José Carlos Mota. É quem está a frente do projeto. *PD, Universidade de Aveiro.*

Também, no Instituto Politécnico de Leiria, o nosso interlocutor conta que:

> Apesar de ser com pouca frequência, os estudantes são acompanhados através de encontros de interação, palestras, convívios e passeios, promovidos pelo Gabinete de Estudantes Internacionais e Projeto de *Mentoria Sénior Aprendendo+*, através do seu *programa 60+,* não só para a integração de estudantes, mas também para reforçar convivência entre gerações. *BC, IP de Leiria.*

No Instituto Politécnico de Guarda, o mesmo testemunho:

> Os professores de diferentes áreas é que se juntaram e criaram aquele gabinete de mediação intercultural, para ajudar os estudantes, tanto dos PALOP como de outas nacionalidades, na integração.

Na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, os estudantes contam que as suas situações são registadas com preocupação por um professor de sociologia, que procura sempre escutá-los e encontrar formas de ajudá-los a lidar com as dificuldades. Para além disto, os estudantes dos PALOP da instituição contam com o apoio e a orientação do programa Integrar Inteligente, projeto de uma professora.

> Temos um programa de mentoria–mas isso se deve a uma parceria entre o NEAL-NOVA e a Associação Integrar Inteligente,–que ocorre todos os sábados. Quero referir que isso não teve, sequer, um apoio por parte da faculdade. *AS, Nova-FCSH.*

No Iscte, segundo os entrevistados, chegou a existir um projeto de mentoria, no qual um estudante mais velho acompanha de perto a integração e a evolução de um novo. Esta instituição de ensino, como outras, presta alguns apoios através de Serviços de Ação Social e outros programas.

Apoios sociais e ofertas formativas

Vários estudos sugeriram que as IES deviam oferecer programas específicos para estudantes internacionais adequados às suas necessidades. Algumas IES, através dos Serviços de Ação Social (SAS), prestam apoios sociais aos estudantes dos PALOP. Os Institutos Politécnicos de Castelo Branco, de Bragança e as Universidades de Aveiro e de Évora, são referenciados pelos estudantes, como os que ocasionalmente oferecem cabazes alimentares, bolsas comunitárias ou de ação social, a estudantes com dificuldades financeiras comprovadas e que apresentam bons desempenhos escolares (bolsas de mérito).

Na opinião do representante da Associação de Estudantes Guineenses em Aveiro, pelo feedback que recebe de colegas a estudar nas outras IES, a sua instituição de ensino é das melhores em termos de acolhimento e inserção de estudantes, argumentando assim:

> No meu entender, eu acho que a Universidade de Aveiro é a única que consegue inserir muito bem os estudantes dos PALOP no ambiente académico, por causa de residência, apoio alimentar que dá aos estudantes; sem contar com os trabalhos que dá [disponibiliza]. O estudante inscreve-se e consegue uma oportunidade de emprego, faz uma ou duas horas por dia e no final do mês recebe uns cento e pouco. Não é grande coisa, mas dá para cobrir certas despesas, *PD-Aveiro.*

Em Aveiro, como em Coimbra e em Évora, os estudantes africanos são elegíveis para as bolsas no âmbito da Ação Social. Conforme os entrevistados, para beneficiar de isenção nas residências e cantinas escolares, o estudante tem de provar a falta de rendimento e apresentar um bom desempenho escolar. No caso da Universidade de Évora, para beneficiar de bolsas de Ação Social, para além dos créditos exigidos, é necessário que o estudante tenha realizado atividades de voluntariado comunitário numa das associações locais, incluindo a Liga dos Estudantes Africanos.

> Temos bolsas de residência, em que o estudante [candidato] fica a pagar 70 EUR, em vez de 140 euros mensais, pela moradia. Há muitos que pagam 170 EUR por mês e há outros também que se candidatam à bolsa e moram lá, de forma totalmente gratuita. Existem estudantes que comem na cantina escolar, beneficiando-se de cartões de subsídio de alimentação, anualmente, sem pagar nada. *BB, Universidade de Coimbra.*

> Há passes sociais que dão aos estudantes. A pessoa passa a ter direitos a almoços e jantares, inclusivamente aos fins de semanas e durante os feriados. Para obter esses benefícios, o estudante deve cumprir alguns requisitos, como por exemplo: redigir uma carta a declarar sua situação financeira; provar que seus pais não têm condições para arcar com as suas despesas. Também, o estudante tem de ter um bom aproveitamento escolar etc. *PD, Universidade de Aveiro.*

> Por 3 anos, durante o meu percurso na licenciatura, beneficiei desse apoio. Não pagava nada para as refeições diárias: almoços, jantares, mesmo nos feriados e nas férias. PD, Universidade de Aveiro.

> Ainda ontem, enviei a declaração, de uma estudante cabo-verdiana, a comprovar que ela realizou 30 horas de atividades de voluntariado, de forma a conseguir uma bolsa de estudo, da Fase-UE (Fase da Universidade de Évora). Essas são bolsas atribuídas pelo Serviço de Ação Social da Universidade de Évora, para estudantes dos PALOP e da CPLP. *GJ, Universidade de Évora.*

Na maioria das IES, as queixas que os estudantes dos PALOP mais dirigem aos SAS, têm que ver com as políticas de atribuição de bolsas sociais, às quais os estudantes que ingressam pela alínea D não têm acesso por serem considerados estudantes bolseiros. Para os estudantes, as bolsas

internas e/ou sociais, que muitas vezes são atribuídas por esses departamentos, são fechadas, exclusivas apenas aos estudantes nacionais-portugueses. Quando são abertas às outras nacionalidades, as exigências são elevadas para os candidatos dos PALOP.

Relativamente às ofertas formativas destinadas ao fortalecimento de capacidades de estudantes, o Iscte, através do Laboratório de Competências Transversais, oferece conjunto de cursos gratuitos a estudantes dos PALOP inscritos na instituição, em língua portuguesa (português académico), inglês, informática básica etc. Em quase todas as IES, verifica-se a fraca participação dos estudantes nestas sessões formativas. Aliás, os próprios reconhecem este facto. Por exemplo, no Instituto Politécnico de Guarda, o responsável estudantil entrevistado, afirma que:

> O Politécnico oferece, gratuitamente, aulas de línguas, para apoiar os alunos a adaptarem da melhor forma possível. Daí, aparece um constrangimento da nossa própria parte. Os estudantes não têm comparecido nessas aulas como deviam. O Politécnico criou essas aulas porque percebeu que os estudantes têm dificuldades tanto na língua portuguesa, como em matemática, língua inglesa e informática. Tenta ao máximo colocar à disposição dos estudantes o mínimo necessário. O problema é da nossa parte, como conciliar o nosso projeto diário com essas horas de aulas extras. *LC, IP de Guarda.*

Perante vários desafios que enfrentam, como é que os estudantes dos PALOP constroem seus espaços de ação e intervenção?

Construção de espaços de intervenção e redes de interajuda

A dificuldade de inserção e integração de estudantes, foi dos objetivos fundamentais que nortearam a criação de maioria de associações e/ou Núcleos de Estudantes Africanos (NEA) em Portugal. Em quase todas as IES existe uma representação desses estudantes.

> Há dificuldade de ser estrangeiro cá; há dificuldade de adaptação; há frieza. Esta é uma das motivações que me levou a fazer parte do NEA-Iscte; procurar criar condições para que os próximos que cheguem não passem pelas mesmas dificuldades com que eu passei. *Mestrando angolano no Iscte.*

Algumas das organizações criadas para esse efeito funcionam plenamente, promovendo regularmente atividades que visam a aproximação entre estudantes. Outras funcionam de forma ineficaz, com enormes dificuldades de convocar e reunir estudantes. Em localidades como Castelo Branco, por exemplo, os estudantes reconhecem dificuldades de inserção e integração dos colegas e em fazer andar a organização:

> O que levou ao surgimento da associação aqui, no Castelo Branco, é exatamente o problema de inserção de estudantes africanos. Já realizamos algumas atividades, mesmo assim não se pode considerar a associação muito ativa ou dinâmica. *JM, IP de Castelo Branco.*

Pese algumas situações de ordem técnica ou administrativa, todas as estruturas estudantis, apresentam listas intermináveis de atividades que pretendem desenvolver para ajudar na melhor inserção e integração de estudantes nas IES portuguesas.

Atividades promovidas, pelos NEA, para inserção e/ou integração de estudantes

Todas as associações ou NEA concorrem no sentido facilitar a inserção e integração social e académica dos estudantes africanos nas IES, procurando proporcionar-lhes um percurso académico desejável. Neste sentido, procuram desenvolver um conjunto de atividades que vão ao encontro das necessidades deles. Há organizações com projetos próprios de mentoria, como acontece no NEA do Instituto Superior. Noutros casos, este serviço é prestado em parceria com as estruturas estudantis.

Quase todas as organizações realizam atividades culturais e desportivas, combinadas com convívios, passeios de lazer, palestras e sessões formativas e informativas de esclarecimento de dúvidas relacionadas com o funcionamento das IES e dos seus programas escolares, do SEF etc., conforme é explicado de um dos entrevistados:

> Tentamos informar aos estudantes sobre os procedimentos e os documentos necessários para apresentar no SEF, como: declarações de junta de freguesia, o NIF, nº de utente do SNS etc. No ano passado foi realizada uma ação de formação, por exemplo, sobre como pedir uma segurança social direta. Esse workshop foi uma organização da antiga direção do NEA, e teve a participação de um jurista, que esteve a mostrar matérias jurídicas, desde questões da legalização, do pedido de NIF, nº de utente etc. *ES, Iscte*.

Para além das atividades descritas, algumas associações estudantis africanas procuram capacitar os seus associados em domínios de iniciação à informática, bar e mesa, emergências e primeiros socorros, e prestam-lhes apoio no acesso às plataformas digitais e em efetuar pagamentos.

Um método de aproximação e de interação entre estudantes, que tem facilitado a integração académica e a inserção social, são os grupos WhatsApp, criados, em cada escola, pelos núcleos estudantis. Os estudantes são adicionados aos grupos de conversa, espaços em que as dúvidas sobre funcionamento de serviços académicos, agendamentos e/ou documentos a apresentar no SEF, possibilidades de arrendamentos de quartos etc., são colocadas.

> Temos acesso aos números de telefone e aos e-mails dos estudantes. Através desses números, criámos um grupo do WhatsApp, onde temos contato com todos os estudantes africanos que entraram este ano. E através do grupo, os estudantes também podem mandar suas dúvidas, às vezes, sobre a calendarização dos exames, horários etc. Também há mensagens de pessoas que querem entrar em contato com o SEF etc. o grupo é uma maneira de estabelecermos contato mais direto. *RC, ISCSP.*

Nesses circuitos, estudantes partilham também suas inquietações e experiências, e procuram respostas conjuntas.

Participação de estudantes nas atividades dos Núcleos de Estudantes Africanos

A participação de estudantes em eventos académicos, promovidos pelas suas associações ou núcleos, que visam acolhimento, informação e orientação, é limitada.

> Para ser realista, há pouca (fraca) participação de estudantes africanos. Procuramos criar oportunidades para eles, mas tem sido muito difícil a sua participação. *GJ, Évora.*

A fraca participação dos estudantes nessas atividades havia sido constatada previamente por um estudo liderado por Catarina Doutor. Segundo este trabalho, o atraso na chegada dos estudantes a Portugal implica que faltem à recepção dos caloiros, uma importante atividade académica que busca promover a integração dos recém-chegados (Doutor et al., 2016). No atual estudo, o mesmo motivo, geralmente originado pela demora na concessão de visto, volta a ser apontado como uma das justificações para a fraca participação dos estudantes.

> A meu ver, a participação é muito reduzida [fraca]. Também, porque os estudantes vão chegando a Portugal em "conta gotas"; chegam em períodos bastantes diferentes; nunca de início do ano letivo, ou no fim do primeiro semestre ou então no segundo semestre". Este ano, no quadro da nossa organização, em dezembro, realizamos a recepção de caloiros. Decidimos escolher o dezembro para esta realização, porque mensalmente chegam estudantes (a conta gotas). Até agora estão a chegar estudantes guineenses. É uma situação difícil de gerir. Mas há organizações que realizam a recepção de caloiros em setembro, início do ano letivo. *BB, Universidade de Coimbra.*

Outro motivo indicado, relaciona-se ao facto da maioria parte de estudantes serem também trabalhadores. Nesta condição não podem comparecer aos eventos académicos. Em algumas IES é reportada a fraca manifestação de interesse por parte dos estudantes

> Há algum tempo fiquei a saber que a comunidade guineense é a segunda maior comunidade na Universidade de Aveiro, tem à volta de 140-150 estudantes inscritos. Na prática, tenho quase a certeza que 90% desses inscritos não estudam. Quando marcamos reuniões para discutir alguns assuntos ligados à associação, só surgem uma, duas pessoas, ou três ou quatro pessoas; é complicado trabalhar desta forma. *PD, Universidade de Aveiro.*

Para além da reduzida participação, os Núcleos e as Associações dos estudantes africanos, enfrentam outras barreiras que os impedem de desenvolver outras atividades em prol dos estudantes.

Limitações das Associações e Núcleos de Estudantes Africanos

A maioria dos Núcleos está sob a tutela de Associações Académicas. Este facto, segundo os estudantes, limita as suas capacidades de intervenção. Caso queiram estabelecer relações diretas, tanto com os serviços académicos e administrativos, como com as direções ou reitorias das instituições, não o podem fazer por não estarem formalizados, não lhe serem reconhecidos e conferidos tais poderes. Segundo um dirigente estudantil:

> O Núcleo não tem um estatuto legal que lhe permita chegar junto dos serviços académicos, para abordar questões relativamente aos estudantes africanos. Porque aí estamos a entrar noutro campo, que é o da proteção dos dados; seria como se estivéssemos a pedir dados de terceiros. Nós não somos representantes legais desses estudantes, para saber da sua situação. Mas, a partir de uma base jurídica, com protocolos assinados, o Núcleo terá esse poder, de encaminhar os processos de estudantes para os serviços académicos. *ES, Iscte.*

A limitada capacidade de intervenção também acontece junto do SEF e de algumas entidades empregadoras locais. Os representantes de estudantes africanos nunca tentaram o estreitamento de relações com o SEF, para servirem de mediador entre estudantes e a instituição, por falta de

um mandato formal ou legal para o efeito. Dadas estas barreiras, há quem sugere a formalização destas estruturas representativas de estudantes.

> Eu acho importante formalizar as coisas (o Núcleo). Porque, às vezes, a impressão que me passa é que eles não consideram ainda os Núcleos instituições verdadeiras (sérias). Uma formalização do NEA, com documentação ou autorizações e tudo, poderia fazer com que seja levado mais a sério. Depois também, aqui, no caso específico do NEA do Técnico, ainda estamos incluídos na associação de estudantes. Então, os nossos espaços são limitados." *LM, IST de Lisboa.*

Apesar das limitações de acesso e de intervenção, algumas associações conseguem estabelecer parcerias a nível local.

Relação estudantes e embaixadas de países de origem

Constatou-se a deficiente relação entre os estudantes e suas embaixadas. As Embaixadas de Cabo-Verde e da Angola em Portugal, são as entidades diplomáticas dos PALOP referidas como as que mais se preocupam com os estudantes de países de origem. O representante da Associação dos Estudantes dos PALOP na Guarda declara que:

> Temos tentado, nos últimos tempos, entrar em contato com as embaixadas, mas não foi possível. Embora, nos últimos dias, recebemos uma comunicação da Embaixada de Cabo-Verde a pedir informações para atualizarem os seus bancos de dados sobre associações de estudantes de Cabo-Verde em diferentes localidades de Portugal. *LC, IP de Guarda.*

> Temos somente a relação com a Embaixada de Cabo-Verde e com a da Angola. Principalmente com a Embaixada de Angola temos uma boa relação. No mês passado, o senhor Cônsul e o senhor Embaixador passaram cá, na Universidade de Évora a escutar, não só a escutar os estudantes angolanos, mas também a Liga dos Estudantes Africanos. *GJ, Universidade de Évora.*

Os estudantes guineenses são os que mais dificuldades apresentam, tanto em termos financeiros como em termos de inserção e adaptação ao sistema de ensino português. Contudo, a Embaixada da Guiné-Bissau é apontada, tanto pelas representações estudantis de Lisboa como pelas do interior do país, como a que menos preocupação tem com os estudantes do seu país.

> A embaixada que nós tentamos mais vezes entrar em contato, é mesmo com a Embaixada da Guiné, porque é onde temos casos mais graves e onde são mais pessoas. Mas o que acaba por acontecer é que às vezes conseguimos falar, por exemplo, com a Secretária do Embaixador. Acabam por dizer: vamos marcar uma reunião, mas a reunião nunca acontece. *RC, ISCSP.*

Um outro dirigente associativo acrescenta que:

> A Embaixada da Guiné-Bissau não atende nem responde às preocupações, ou convites de estudantes. No mínimo podia, pelo menos, acusar a recepção de convites ou desculpar-se pelas ausências. A nossa relação, é uma relação de desrespeito. *AS, Nova-FCSH.*

Esta mesma queixa é apresentada pelos estudantes guineenses no Porto:

> Quanto à Embaixada do nosso país (e ao consulado no Porto), por obrigação das partes existe uma relação¸ mas muito fraca, na medida em que não há contacto permanente entre as partes, devido à pouca abertura da nossa Embaixada, que não responde aos nossos contactos. *RM, Universidade do Porto.*

Apesar da distância entre a Embaixada da Guiné-Bissau e os estudantes guineenses, estes últimos continuam a acreditar na capacidade de influência da representação diplomática em ajudar a ultrapassar as situações de atraso na concessão de vistos, bem como acompanhar os seus percursos educativos:

> A Embaixada também tem que dar suporte, não só em termos da documentação, mas em tentar saber as condições em que se encontram seus estudantes. Os cabo-verdianos, os moçambicanos, chegam cá, estudam, terminam seus cursos e vão-se embora. Por que é que os guineenses não conseguem seguir o mesmo caminho? Não há nenhum guineense a fazer o mestrado cá, exceto eu. Isso me entristece muito". *PD, Universidade de Aveiro*.

Enquanto isso, os estudantes angolanos, em relação à sua embaixada, dizem ter

> (...) uma relação de cortesia. Apesar da embaixada estar um pouco distante dos estudantes, procuramos sempre lhe dar o conhecimento sobre o estado de situação dos estudantes. – *SP, Associação de Estudantes Angolanos em Portugal.*

Sobre a embaixada de Angola alguns estudantes, embora reconheçam a existência de estruturas de apoio estudantil, entendem serem insuficientes as ações prestadas aos estudantes.

> A Embaixada de Angola tem um setor de estudantes. Apoiam mais na fase inicial das candidaturas e de chegar cá. Mas, também é só uma questão de contatos, de aconselhar aonde ir. Não é muito de responsabilizar-se pelo estudante. Fora isso, não há nenhuma relação. Não mantemos nenhum contato oficial, entre o Núcleo de Estudantes Africanos e a Embaixada, pelo menos de Angola cá. *LM, IST de Lisboa.*

Redes locais de apoio a estudantes

Em algumas localidades, como Bragança e Évora, as associações de estudantes africanos, estabelecem parcerias com algumas instituições públicas e privadas de caridade. A Liga de Estudantes Africanos na Universidade de Évora, por integrar o Conselho Regional de Juventude local, recebe uma fatia orçamental da Câmara Municipal destinada a apoiar atividades de juventude.

> Temos boas relações com o governo local. A Liga é membro efetivo do Conselho de Juventude da Câmara Municipal de Évora. Temos boas relações. A Câmara local presta muita ajuda à Liga. A nossa nova sede é na Câmara Municipal, no *Espaço Jovem. GJ, Universidade de Évora.*

O dirigente da Liga de Estudantes Africanos na Universidade de Évora acrescenta à lista de parceiros outros nomes e explica que, em troca, os estudantes prestam serviços de voluntariado às instituições parceiras.

> Temos relações não só com a Câmara Municipal, mas também com a Federação Regional de Associações de Alentejo, com IPDJ (Instituto Desportivo Português). Também temos boas relações com a Fundação Eugénio de Almeida. Esses nossos parceiros apoiam-nos nas realizações de atividades, *workshops,* e acolhem estudantes africanos para serviços de voluntariado nas suas instituições. *GJ, Universidade de Évora.*

De modo a superar as barreiras linguísticas, que dificultam a integração académica e social dos estudantes africanos, a Liga de Estudantes Africanos firmou acordos de parceria com duas escolas locais de línguas. Quanto aos produtos alimentares, a organização de uma associação em Évora regularmente apoia os estudantes africanos com produtos da primeira necessidade. A estrutura

estudantil, por intermédio do Serviço de Ação Social, ainda conta com apoios do Banco de Roupa em termos de vestuário.

> Na época do frio, há dificuldade de conseguir roupas adequadas, por exemplo blusões. Mas o Serviço de Ação Social da Universidade de Évora costuma, nessa altura, enviar e-mail ou ligar à Liga no sentido de irmos ao Banco de Roupa, levantar roupas para os estudantes africanos. *GJ, Universidade de Évora.*

Em Bragança, onde reside o maior número de estudantes dos PALOP em Portugal, estes contam que recebiam, no período Covid e pós-Covid, bens alimentares e de primeira necessidade por parte do Banco Alimentar. Posteriormente passaram a beneficiar de apoios de Bancos de Roupas. A Caritas de Bragança prestam ajuda, quinzenalmente, a pessoas que recorrem aos seus serviços, e alguns alunos beneficiam desses apoios.

Nesta localidade, por se interessarem e se dedicarem às atividades desportivas, os estudantes africanos são partes integrantes do campeonato de futebol local. Como recompensa estes estudantes beneficiam de bolsas do IPB:

> A nossa equipa de futebol (masculina e feminina) que já está integrada no Distrital de Bragança, onde participam muitos estudantes do PALOP, onde também beneficiam de uma bolsa paga pela IPB, correspondente ao pagamento da propina anual. *Associação dos Estudantes Africanos, IP de Bragança.*

Na Guarda, a Cáritas e o Gabinete de Mediação Intercultural oferecem cobertores aos estudantes. A Associação de Estudantes dos PALOP nesta cidade é apoiada pela Câmara Municipal. Os estudantes contam que, em novembro passado, receberam lençóis e cobertores da parte desta edilidade.

Propostas apresentadas para superar alguns desafios

Para facilitar o processo de inserção e integração na vida académica e social, e consequentemente, poder tirar bom proveito do sistema de ensino superior português, é indispensável, na perspectiva dos estudantes:

Formalização dos NEA e criação de canais de comunicação entre eles

Esta iniciativa, do ponto de vista dos estudantes dos PALOP, ajudaria a resolver vários problemas da comunidade estudantil africana em Lisboa e a comunicação entre os estudantes dos PALOP e as IES

> Acho importante formalizar as coisas (os NEA). Porque, às vezes, a impressão que me passa é que eles não consideram ainda os núcleos instituições verdadeiras [sérias]. E uma formalização concreta do NEA, com documentação ou autorizações e tudo, poderia fazer com que seja levado mais a sério. Acho que isso é mais importante. *RC, ISCSP.*

> Acho que a criação de canais de comunicação entre todos os NEA seriam um bom início, para conseguirmos resolver problemas de toda a comunidade estudantil africana em Lisboa. Acho que a criação da Federação Académica Africana é uma boa iniciativa e um bom ponto de partida. *LM, IST de Lisboa.*

Estabelecimento de parceria entre associações de estudantes africanos e o SEF

Face às preocupações apresentadas por estudantes dos PALOP, no que concerne ao processo de legalização em Portugal, eles entendem que:

> Seria bom que existisse uma relação entre estudantes africanos e o SEF, porque facilitaria muito o processo de legalização. Eu sei, há uma certa dificuldade de se deslocar ao SEF para tratar questões ligadas à documentação. Se existisse essa relação, sob a mediação do NEA, ia facilitar muito os estudantes. *JS, IST de Lisboa.*

> Seria benéfico para a comunidade estudantil dos PALOP se houvesse alguma cooperação significativa entre as associações e o SEF, a fim de facilitar processos de legalização e outras questões legais. *JS, IST de Lisboa*.

Repensar a definição do "estudante internacional"

Embora exista, na maior parte das IES, um Gabinete de Estudante Internacional, e políticas e ações para este grupo, incluindo os dos PALOP, estes últimos sentem que, por serem tão genéricos, esses gabinetes não evidenciam as particularidades de estudantes africanos e não tomam em conta suas preocupações. Para eles, tendo os estudantes dos PALOP as suas especificidades, os seus problemas deveriam merecer uma particular atenção.

> Que as escolas aceitem as organizações de diferentes países e procurem sugestões junto a elas, porque cada país tem a sua realidade e cada estudante tem a sua situação.

> Cada estudante é um estudante. Cada situação é uma situação. E cada estudante chega com uma situação diferente. Mas se as escolas tentarem saber, entrando em contato com essas organizações, conseguirão lidar melhor com as dificuldades de estudantes de cada país. Sem essa colaboração institucional, fica difícil lutar contra o fenómeno de abandono escolar de estudantes. Às vezes, a pessoa abandona a escola não só por questões financeiras, mas por várias questões por detrás. *BB, Universidade de Coimbra.*

Papel mais interveniente de professores

Os estudantes consideram de grande importância o papel de professores no processo de inserção e de integração académica dos estudantes africanos, convidando-os a terem um papel mais interventivo na constituição de grupos de trabalhos nas salas.

> Se o professor for e perguntar se a pessoa quer ir para um grupo ou se há um grupo disposto a aceitá-la, a pessoa acaba por se sentir mais integrada. Mas se a pessoa faz tudo sozinha, como é que a sua experiência na faculdade vai ser boa? *JC, ISCSP.*

> Os professores podiam ser um bocado mais compreensivos, porque a pessoa vem de fora– e isso não acontece só com estudantes dos PALOP. Com os estudantes brasileiros acontece a mesma situação– há palavras que a pessoa não escreve igual ou certo; há certos pormenores que não são iguais, por a pessoa não ser daqui. Mas na mesma, ela está a escrever em português. São casos que os professores deviam ter em atenção, e não prejudicar a pessoa, por não estar a escrever da maneira correta. *JC, ISCSP.*

Estas situações, conforme os interlocutores neste estudo, afetam os estudantes a nível de autoconfiança e autoestima. Envergonhados, por vezes, sabem a resposta sobre uma pergunta e a não respondem com receios de serem criticados pelos professores ou os colegas de turma.

4. Conclusões

As principais conclusões do estudo realizado são:

. Pode-se observar que a mobilidade de estudantes dos PALOP para Portugal, nos últimos 6 anos letivos, de 2015 a 2021, tem evoluído notavelmente. Os estudantes da Guiné-Bissau são os que registaram um maior aumento nos últimos anos, passando de 839 estudantes inscritos, no ano letivo 2017-2018, para 4978 no ano letivo 2020-2021. Estes números significam um aumento de 600% neste curto período – e superior a 900% no período de referência entre 2015 e 2021.

. Assinala-se que Angola, seguida de Cabo-Verde e Guiné-Bissau, regista o maior número de ingressos nas Instituições do Ensino Superior em Portugal. São-Tomé e Príncipe e Moçambique, com quase o mesmo número de inscritos, figuram respetivamente em quarta e quinta posição. Todos os países analisados apresentam mais inscritos nos cursos de licenciatura, seguido dos de mestrado. Angola e Moçambique sobressaem por terem poucas inscrições nos cursos pré-licenciatura e elevado número de inscritos no ensino pós-graduado de mestrado e doutoramento.

. Com exceção dos estudantes de Angola, que frequentam sobretudo o ensino universitário, a maioria dos estudantes dos PALOP encontram-se no ensino politécnico. A preferência pelo ensino politécnico pode-se justificar pela vigência de protocolos específicos / regimes especiais, pelo menor valor das propinas e pela existência dos cursos TESP.

. Os cursos pré-licenciatura, que aparentam ter um acelerado ritmo de crescimento, sobretudo a partir do ano letivo 2018-2019, continuam a apresentar uma taxa inferior de inscrições, quando comparado com o curso de licenciatura, mestrado e doutoramento.

. De todas as nacionalidades, Moçambique é a que menos procura o ensino politécnico, onde a Guiné-Bissau e Cabo-Verde são os países mais representados

. O Instituto Politécnico de Bragança é a instituição que mais recebe estudantes dos PALOP, principalmente provenientes de Cabo Verde. Esta instituição recebeu 5361 estudantes cabo-verdianos durante o período de 2015 a 2021.

. A área científica de “ciências empresariais e administração” inclui os cursos de preferência para os estudantes de todos os PALOP.

. O número de mulheres e homens inscritos é equilibrado para todos os PALOP, com a exceção da Guiné-Bissau, onde a assimetria entre números de homens e de mulheres inscritos é acentuada. São-Tomé e Príncipe é o país em que este equilíbrio é mais visível. Cabo-Verde apresenta mais mulheres do que homens em todos os ciclos de estudos.

. É de assinalar o elevado número de estudantes de Cabo Verde nas IES portuguesas, relativamente ao seu quadro demográfico, comparando com os restantes PALOP.

. As IES têm reagido de diferentes formas face a este contingente de alunos. As universidades privadas (ULCT e UAL) e uma pública (UBI) procuraram com sucesso, desde os anos 1990, incentivar a vinda de alunos de Angola.

. Diferentes estratégias são seguidas pelas IES públicas do interior do país, comparando com as do litoral. As primeiras procuram atrair os alunos dos PALOP através de protocolos estabelecidos com os países de origem, seja com os municípios, as empresas ou com o governo. As IES do litoral procuram integrar os alunos, mas não seguem uma estratégia de captação de estudantes vocacionada para estes países.

. Constata-se a existência de uma diferença significativa da preparação dos estudantes vindos dos diversos sistemas de ensino. Distinguem-se, por um lado, os alunos provenientes de Angola, Cabo Verde e Moçambique, com prestações escolares positivas, dos estudantes provenientes da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe, que apresentam dificuldades quando integram o primeiro ciclo.

. A dificuldade em obter vistos e a falta de recursos financeiros conduz a que muitos alunos tenham de trabalhar, e tenham dificuldade em acompanhar as aulas. Esta situação é particularmente visível entre os estudantes da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe.

. Algumas IES têm vindo a desenvolver estratégias de acompanhamento dos alunos com resultados positivos.

. As universidades privadas (ULCT e UAL) e uma pública (UNL) instituíram um semestre de preparação que tem facilitado a integração dos alunos e a prossecução dos estudos.

5. Recomendações

- Reconhecer a importância da presença dos estudantes dos PALOP nas IES em Portugal em termos diplomáticos, de cooperação e colaboração entre os estados.
- Reconhecer a importância para as IES da presença dos estudantes dos PALOP, principalmente no interior do país onde se verifica um crescimento acentuado de algumas IES graças à internacionalização, que inclui a vinda de estudantes dos PALOP.
- Ponderar a necessidade de manter o regime especial alínea D (estudantes bolseiros) para os estudantes dos PALOP, cujas valências são cobertas pelo estatuto de estudante internacional. Acresce que a esmagadora maioria dos estudantes que chegam por este regime não são bolseiros, contrariando o que está definido na lei.
- Ponderar a possibilidade de se instituírem provas de ingresso aos estudantes dos regimes especiais provenientes de países sem exames nacionais.
- Ponderar a possibilidade de exigir a presença num semestre de preparação e integração ou de um ano zero a estudantes dos regimes especiais que não tenham realizado provas em Portugal. Promover cursos livres de apoio ao ensino.
- Desenvolver contatos institucionais entre países de modo a prever aproximadamente o volume de candidatos que perspectivam vir para Portugal e para que cursos. Isto possibilitaria um melhor encaminhamento destes jovens e uma atenção particular dirigida às condições de ingresso.
- Agilizar a obtenção de vistos - ver quando é implementado o visto de estudante CPLP.
- Apoiar a criação de redes de apoio a estes estudantes, nomeadamente através do ACM (ex: os CLAIM que têm delegações em algumas IES; a rede RESMI)

Referências bibliográficas

Ambrósio, S., Marques, J. F., Santos, L., & Doutor, C. (2017). Higher Education Institutions and International Students' Hindrances: A Case of Students from the African Portuguese-Speaking Countries at Two European Portuguese Universities. *Journal of International Students*, *7*(2), 367–394. http://jistudents.org/

Barreto, M. A. (2013). Reformas Recentes no Sistema Educativo da Guiné-Bissau: Compromisso entre a Identidade e a Dependência. In Instituto de Investigação Científica Tropical & Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (Eds.), *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau: Percursos do Saber e da Ciência*.

Carvalho, C. (2019). *A Cooperação Portugal-PALOP no Domínio da Educação: Um Instrumento de Soft Power para a PolíticaExterna Portuguesa?* 142–165.

Doutor, C., Filipe Marques, J., & Ambrósio, S. (2018). *A cor da pelo no Ensino Superior: Experiências de racismo no quotidiano dos estudantes provenientes dos PALOP em Portugal*. 167–186.

Doutor, C., Marques, J. F., & Ambrósio, S. (2016). Transição para Portugal: O caso dos estudantes provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa no Ensino Superior. *ResearchGate*. https://www.researchgate.net/publication/305619866

Neto, F. (2020). Subjective Well-Being of Angolan Students in Portugal. *Journal of Studies in International Education*, *24*(4), 456–473. https://doi.org/10.1177/1028315319861353

Neto, F. (2021). Loneliness Among African international students at Portuguese universities. *Journal of International Students*, *11*(2), 397–416. https://doi.org/10.32674/jis.v11i2.1379

Novo, R. M. R., Prada, A. R. R., Lopes, L. S. S., & Moreno, L. F. C. (2020). Educação (In)visibilidade de necessidades percebidas pelos estudantes PALOP. *EDUSER: Revista de Educação*, *12*(1), 2020. http://www.eduser.ipb.pt

Pinto, P. F., & Matias, A. R. (2018). Trovoada de ideias: Português académico para estudantes dos PALOP. In V. B. Furtoso (Ed.), *Anais do Simpósio Internacional SIPL* (pp. 362–370). http://www.siple.org.br/images/2019/ANAIS_SIPLE_2017.pdf

Pinto, S. (2021). "Everything Is So Different…": African Students' Voices on the Challenges of Doing a PhD at a Portuguese University. *Journal of International Students*, *11*(4), 895–913. https://doi.org/10.32674/jis.v11i4.2702

Raghuram, P., & Sondhi, G. (2021). Gender and International Student Migration. In *The Palgrave Handbook of Gender and Migration* (pp. 221–235). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-63347-9_14

Anexos

Instituições do Ensino Superior entrevistadas

Instituição	Nº de estudantes PALOP	Data	Nome/Posição
IP Bragança	7839	23.05.2023	Prof. Luís Pais Vice-Presidente do Instituto Politécnico de Bragança
U. Lisboa	6969	05.04.2023	Faculdade de Letras Dra. Lília Aguardenteiro Pires, Dra. Eduarda Camilo, Dra. Alexandra Assis Rosa
U. Lusófona	3757	14.03.2023	Prof. Teresa Damásio Administradora do Grupo ENSINUS U. Lusófona de Humanidades e Tecnologias
U. Lusófona		17.03.2023	Dra. Madalena Braz
U. Nova de Lisboa	3302	24.03.2023	Dra. Carlotta Pisano Project Officer; Dra. Ana Costa; Dra. Marina, FCT-UNL
IP Guarda	2707	15.03.2023	Prof. Joaquim Manuel Fernandes Brigas, presidente do Instituto Politécnico da Guarda
U. Évora	2678	01.06.2023	Dra. Suzete Rico Coordenadora do Gabinete de Apoio ao Estudante | GAE Serviços Académicos
IP Lisboa	2502	08.03.2023	Prof. Cândido Peres, Vice-Presidente
U. Beira Interior	2473	03.07.2023	Prof. José Carlos Páscoa Marques, Vice-Reitor
Iscte	2392	16.01.2023	Dra. Silvia José, diretora dos serviços académicos
Iscte	2392	16.01.2023	Prof. Rosário Mauriti, Diretora do Laboratório de Competências Transversais

Instituição	Nº de estudantes PALOP	Data	Nome/Posição
U. Coimbra	2333		
U. Porto	2187	14.03.2023	Dra. Raquel Matos, responsável pelo Serviço de Gestão Académica
U. Autónoma	2113	17.03.2023	Prof. Reginaldo Rodrigues de Almeida, Vice-Reitor e Administrador Escolar
IP Castelo Branco	2007	16.03.2023	Prof. Ana Ferreira, Vice-Presidente
U. Aveiro	1931	28.05.2023	Prof. José Carlos Mota
U. Aveiro	1931	29.05.2023	Dr. Miguel Oliveira Reitoria da Universidade de Aveiro, Divisão Internacional | Internacional Office
U. Católica	1851		
IP Beja	1839	28.04.2023	Prof. Nuno Loureiro, Vice-Presidente, IP Beja
IP Setúbal	1851		
U. Minho	1782		
IP Coimbra	1691	05.05.2023	Dra. Maria João Jacob
U. Aberta	1418		
IP Leiria		20.12.2022	Dra. Lina Rosálio, Coordenadora do grupo de missão para os estudantes migrantes

Organizações estudantis entrevistadas

Nº	Organização
1.	Associação de Estudantes Angolanos em Portugal
2.	União de Estudantes Cabo-verdianos em Lisboa
3.	Associação de Estudantes da Guiné-Bissau em Lisboa
4.	Associação de Estudantes de Moçambique em Lisboa
5.	Associação de Estudantes de São-Tomé e Príncipe (Inativa)
6.	Instituto Superior Técnico de Lisboa
7.	NEA-Iscte
8.	NEA-Instituto Politécnico de Leiria
9.	Associação de Estudantes da Guiné-Bissau na Universidade de Aveiro
10.	Liga de Estudantes Africanos da Universidade de Évora (LEAUE)
11.	Estudantes Angolanos - Instituto Politécnico de Setúbal
12.	NEAL-FCSH/UNL
13.	NEA – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
14.	NEA- ISCSP
15.	Associação de Estudantes Africanos em Bragança
16.	Associação de Estudantes Africanos – Instituto Politécnico de Guarda
17.	Conselho Internacional de Coimbra
18.	Associação de Estudantes Guineenses no Porto
19.	Associação de Estudantes Africanos – Castelo Branco
20.	Associação de Estudantes Cabo-verdianos – UBI

Questionário aplicado às associações de estudantes

1. Existe um protocolo de acolhimento de estudantes dos PALOP?
2. Como se relacionam com os serviços administrativos e a direção das Instituições do Ensino Superior (IES) respetivas? /
3. Os problemas de inserção social dos estudantes dos PALOP são recenseados? (Caso sim, por que meios? / Como é feito esse recenseamento?)

- Sabem se têm dificuldades em encontrar alojamento?
- Sabem quais são beneficiários de bolsas? (Se sim, que tipos de bolsas?)
- Sabem se têm dificuldade de acesso a bens de primeira necessidade?

4. Realizam atividades para inserção dos estudantes dos PALOP? (que tipos de atividades? Com que frequência? Em que período? Como avalia a participação de novos ingressos?)
5. Direcionam os estudantes PALOP para os serviços académicos e informam-nos das condições de inserção académica? (Se sim, de que forma?)
6. É dado apoio académico aos estudantes PALOP (ex: mentoria)?

- Quem presta este apoio?

7. São recenseados os estudantes com dificuldades financeiras e é dado conhecimento às IES? (Se sim, de que forma, ou por que meio?)
8. São promovidas relações com a autarquia ou empregadores para a inserção destes estudantes? (Como é feita essa ação?)
9. Que tipo de relações existem entre as associações, o SEF e as Embaixadas/consulados dos países de origem? (Se sim, quais os elementos que evidenciam essa relação entre a sua organização, o SEF e os consulados de países de origem?)